



Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO RN:
FORMAÇÃO POLÍTICA**

Nathália Potiguara de Moraes Lima

Natal - RN

2018

Nathália Potiguara de Moraes Lima

**MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO RN:
FORMAÇÃO POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação, sob a orientação da Professora Doutora Isabel Fernandes e Co-orientação do Professor Doutor Pablo Seixas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Natal - RN

2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Lima, Nathália Potiguara de Moraes.

Movimento nacional da população em situação de rua do
RN: formação política / Nathália Potiguara de Moraes Lima.
- Natal, 2018.
152f.: il. color.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio
Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Maria Farias Fernandes de
Oliveira.

1. População - Situação de rua - Dissertação. 2.
Movimentos sociais - Dissertação. 3. Formação política -
Dissertação. I. Oliveira, Isabel Maria Farias Fernandes de.
II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 316.6

“O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social e ideológica, que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência, ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e refaz.” Paulo Freire (1994, p. 99).

Agradecimentos

“[...] na vida só vale o amor e a amizade. O resto é tudo pinóia, é tudo presesunção, não paga a pena...”

Jorge Amado (2001, p.20).

Expresso imensa gratidão à todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente nesta produção. Ao longo de dois anos de desenvolvimento da pesquisa, pessoas incríveis e de personalidades singulares cruzaram o meu caminho e com elas aprendi sobretudo, que a arte de conviver e de respeitar o próximo está intrinsicamente ligada ao processo de tornar-se humano, a cada dia aprendendo com o outro e transformando a si próprio. Não se pode medir e seria inevitavelmente inconcluso qualquer tentativa de expressar a importância de tudo o que foi vivido, bem como de mencionar e agradecer a todas as pessoas que contribuíram para o meu crescimento intelectual e pessoal neste período. Portanto, faço aqui um agradecimento coletivo consciente de que as pessoas mencionadas representam apenas uma parte de todos aqueles que contribuíram e fizeram diferença para esta produção e para a minha vida.

Agradeço em especial, à minha família. Meus pais, Leni e Sérgio, por todo apoio, pelas palavras de incentivo e pelas orações. Ao imensurável amor e cuidado que têm comigo e que me fazem sentir segura para sonhar alto. Tenho muito orgulho e admiração pelas pessoas que vocês são, exemplos de perseverança e de força. Vocês são o início e a base de tudo.

Ao meu irmão, Filipe, pelos momentos de descontração acompanhados ao som de violões e bateria, pelas conversas e conselhos que, embora poucos, aconteceram sempre em momentos oportunos. A vida de adulto nos afasta, mas sempre que podes demonstra seu apoio e torcida pelo meu sucesso. Amo vocês, incondicionalmente!

Ao meu companheiro de vida e melhor amigo, Gabriel, obrigada por sonhar os meus sonhos e por me incentivar com suas palavras e conselhos, pelo ouvir e pelas diversas conversas que temos. Você é um exemplo de pessoa que leva a sério o sentido da palavra comprometimento e responsabilidade e com isso me ensina, através da sua postura frente as diversidades da vida, o que é não desistir. Esses anos nos renderam algumas angústias e alegrias, que se fossem vividas sem você não teriam o mesmo tom de poesia. Te amo o infinito ida e volta.

Agradeço especialmente à Geovanna, minha sogra, carinhosa e atenciosa que à mim direcionou amor e preocupação tanto quanto ao seu próprio filho, torceu e comemorou conosco as vitórias deste caminho. Obrigada por tudo!

Gratidão aos meus orientadores, Isabel Fernandes e Pablo Seixas, por todo aprendizado e por todos os direcionamentos sugeridos ao longo da pesquisa. Sinto profunda admiração pelo magistério que vocês desempenham, e certamente posso dizer que ao longo desses dois anos estive em boas mãos. Aprendi com vocês em vários momentos, seja durante as orientações, nos eventos ministrados ou durante as aulas. A habilidade didática, a precisão das palavras, a capacidade crítica e a humildade no falar e no ouvir são aspectos que levarei comigo para que sejam também trabalhados em mim.

A todos os(as) companheiros(as) de luta, e aos principais colaboradores desta pesquisa, as pessoas em situação de rua. Obrigada pelos diálogos, pelo acolhimento, pelas lições de vida. Obrigada por compartilharem e confiarem a mim relatos tão íntimos e tão tocantes, exemplos vivos de força e determinação. Que façamos de todas as experiências expostas não apenas palavras, mas combustível para persistir na luta pelos direitos da população em situação de rua, pois os constantes desafios podem nos deixar em pedaços, mas a vitória nos fará inteiros.

Resumo

O fenômeno da população em situação de rua é originado por múltiplas determinações, entretanto, ganha destaque o modo de organização da sociedade capitalista, orientada a partir da lógica do trabalho assalariado e da maximização dos lucros em detrimento da vida. Neste contexto, o segmento pesquisado se configura como um grupo social marginalizado e estigmatizado pela sociedade que não reconhece seu modo de vida e torna sua existência desprezível. Apesar disso, este grupo não é composto por pessoas alheias ao que acontece no mundo, incapazes de questionar sua própria condição, desinteressados em transformar suas realidades e a superar este estado. E por isso, o presente estudo apresenta como objetivo geral da pesquisa: analisar a função assumida pelos Encontros de Formação Política realizados pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte (MNPR/RN). Como objetivos específicos elencam-se: I) identificar os momentos de formação política desenvolvidos pelo MNPR/RN; II) analisar as discussões que emergem de tais momentos; III) e obter informações acerca da percepção do grupo com relação a estes momentos. Trata-se de um estudo científico no qual serão utilizados como métodos de investigação, a pesquisa documental, o trabalho de campo realizado por meio da observação participante, e a realização de entrevistas semiestruturadas. Como critério de seleção dos entrevistados definiu-se: militantes do MNPR/RN, em situação de rua, que frequentam os Encontros de Formação Política desenvolvidos pelo movimento, bem como, coordenadores gerais do MNPR/RN. Emergiram da imersão em campo, através da observação participante, seis categorias de análise que remetem a temas e questões levantadas com maior frequência nos debates do grupo imersos ao contexto pesquisado. Espera-se que os resultados obtidos através dessa pesquisa possam contribuir para novas perspectivas acerca do fenômeno da população em situação de rua, além disso, que proporcione a compreensão dos aspectos

referentes a organização política deste segmento através do movimento social, das conquistas e embates travados nesse contexto.

Palavras-chave: população em situação de rua; movimentos sociais; formação política.

Abstract

The phenomenon of the population in the street situation is originated by multiple determinations. However, the mode of organization of capitalist society, guided by the logic of wage labor and the maximization of profits to the detriment of life, stands out. In this context, the segment researched constitutes a social group that is marginalized and stigmatized by society that does not recognize its way of life and makes its existence contemptible. Nevertheless, this group is not made up of people outside the world, incapable of questioning their own condition, disinterested in transforming their realities and overcoming this state. Therefore, the present study aims to analyze the role assumed by the Political Formation Meetings held by the National Population Movement in the State of Rio Grande do Norte (MNPR / RN). Specific objectives include: I) identifying the moments of political formation developed by the MNPR / RN; II) to analyze the discussions that emerge from such moments; III) and to obtain information about the group's perception regarding these moments. This is a scientific study in which research methods, documentary research, fieldwork through participant observation, and semi-structured interviews will be used as research methods. As a criterion for the selection of the interviewees, it was defined: MNPR / RN militants, in a street situation, who attend the Political Formation Meetings developed by the movement, as well as general coordinators of the MNPR / RN. Six categories of analysis emerged from the field immersion through participant observation, which refer to the themes and issues most frequently raised in the group's debates immersed in the context of the study. It is hoped that the results obtained through this research can contribute to new perspectives on the phenomenon of the street population, in addition, that provides an understanding of the aspects related to the political organization of this segment through the social movement, in this context.

Keywords: homeless; social movements; political formation.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social.

CRDH - Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social

DEPSI/UFRN – Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DPE-RN - Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte.

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis.

EFP – Encontros de Formação Política.

FACEX/UNIFACEX - Faculdade para Executivos.

FNEPSR - Fórum Nacional de Estudos sobre a População em Situação de Rua.

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial.

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis.

LGBTTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

MNPR/RN – Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte.

ONG - Organização Não-Governamental.

PCC - Primeiro Comando da Capital.

PFMC - Piso Fixo de Média Complexidade.

PNPR - Política Nacional para a População em Situação de Rua.

POP RUA / PSR – População em Situação de Rua.

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira.

PROPESQ/UFRN – Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RI - Regimento Interno.

RN – Rio Grande do Norte.

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

SEMTAS - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.

SETHAS - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social.

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social.

SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

SUS – Sistema Único de Saúde.

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UBS - Unidades Básicas de Saúde.

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Informações cruzadas entre dados sobre a faixa etária e gênero da população em situação de rua de Natal/RN.	35
Tabela 2 - Marcos nacionais para a luta da população em situação de rua, anteriores/posteriores à criação do MNPR.	62

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Informações cruzadas com dados sobre recorte geracional e razões de ida para as ruas da população em situação de rua de Natal/RN.....	36
Gráfico 2 - Gráfico com informações cruzadas entre categoria geracional e Etnia/cor da população em situação de rua de Natal/RN.....	37
Gráfico 3 - Nível de escolaridade por faixa etária da população de rua de Natal/RN.....	38
Gráfico 4 - Dados de frequência nos Encontros de Formação Política de acordo com o sexo dos participantes presentes.....	73
Gráfico 5 - Dados de frequência nos Encontros de Formação Política de acordo com a vinculação dos participantes.....	77

Sumário

Introdução	13
1. Percursos Da Pesquisa: Método	19
2. Às sombras do urbano: População em situação de rua	26
2.1 Aspectos Gerais	26
2.2 Nos porões da cidade: população em situação de rua do Município de Natal/RN	33
3. A Rua em Movimento	39
3.1 Movimentos sociais: considerações gerais	39
3.2 O Movimento das ruas: MNPR	45
3.3 MNPR: Rio Grande do Norte	54
3.4 Sobre sementes e frutos: marcos históricos do MNPR e MNPR/RN	58
3.4.1 <i>Marcos Nacionais</i>	58
3.4.2 <i>Marcos Regionais</i>	66
4. Formação Política: A Voz Ativa do MNPR/RN	72
4.1 Categoria 1 - Um é pouco, dois é bom, três é demais: questões sobre a liderança	85
4.2 Categoria 2 - A Dureza da Vida Violentada: descartáveis urbanos, perigo!	92
4.3 Categoria 3 - Equipamentos sócio assistenciais: omissão e violências do Estado	99
4.4 Categoria 4 - Ser mulher nas ruas	104
4.5 Categoria 5 - Para ser alguém na vida: o caráter educativo das formações políticas	109
4.6 Categoria 6 - Os impasses da vida: trabalho, emprego e renda	116
Considerações finais	120
Anexos	143

Introdução

A pesquisa em questão emerge do seguinte questionamento: como se efetiva e quais os objetivos das atividades de formação política para a população em situação de rua realizadas pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte (MNPR/RN)? O fenômeno da população em situação de rua é originado por múltiplas determinações. Dentre as mais recorrentes, encontra-se a configuração da sociedade capitalista (Silva, 2009), produzindo e reproduzindo os processos de acumulação do capital que, por sua vez, resultam na composição do cenário de pobreza estrutural, desigual e excludente.

Conseqüentemente, este segmento compõe um grupo social marginalizado e estigmatizado pela sociedade, pois, ao não dispor de uma atividade profissional formalmente reconhecida, tem seu modo de vida e sua existência concebida como algo desprezível. Geralmente, são pessoas que apresentam os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, encontram-se em situação de pobreza extrema, acomodam-se em locais públicos pela inexistência de moradia convencional, e não exercem nenhum trabalho regular, embora parcela substancial desenvolva atividades informais. Além disso, as pessoas nesta condição lidam constantemente com situações de violações de direitos sociais e civis.

Trata-se de uma população composta por pessoas com histórias de vida singulares e, ao mesmo tempo, comuns a outras tantas histórias que, por consequência de fatores de ordem biográfica ou estrutural, tem seus caminhos traçados ao pauperismo. Nesse sentido, é necessário explicar que os fatores biográficos reportam-se à situações e problemas de ordem pessoal, como, por exemplo, a perda de parentes próximos e, por consequência disso, o desamparo; ausência de um local para morar devido a situações de desastres naturais, ou até mesmo a vivência de algum transtorno psicológico por parte do sujeito.

Ainda assim, acredita-se que tais situações são potencialmente agravadas devido à dinâmica da sociedade capitalista, que exclui intencionalmente parte da população que não se encaixa nos padrões estabelecidos, e não ampara a todos que dependem da atuação do Estado para suprimento das necessidades básicas de um cidadão. Predominantemente, a situação de rua é conduzida em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista (Silva, 2009).

Silva (2016) afirma que, embora a experiência nas ruas seja marcada por uma extrema marginalização do segmento, “os que transitam por ela não podem ser tomados enquanto “*fora*” da realidade. Estar na rua não significa de modo algum a não existência de outros referenciais” (p.70). Ou seja, apesar do perfil controverso, este grupo não é composto por pessoas alheias ao que acontece no mundo, incapazes de questionar sua própria condição, desinteressados em transformar suas realidades e a superar este estado. Afirma Giddens (2013) que algumas pessoas em condição de rua escolhem deliberadamente vagarear pelas cidades, dormindo nelas, livres de constrangimentos da posse de bens. Mas, a grande maioria nunca desejou tal sorte. Foram empurradas para o abismo, sendo levadas a esta condição devido a fatores para além do seu controle. Assim que se encontram sem um abrigo permanente, as suas vidas deterioram-se numa espiral de miséria e privação. Nesse contexto, há algumas veredas sociais que buscam amenizar o desamparo por parte do Estado com relação a certos grupos – no caso desta pesquisa, a população em situação de rua, atuando através da lógica assistencialista por meio de entidades conhecidas como Organizações Não-Governamentais (ONGs).

As ONGs atuam em torno de interesses específicos, voltadas ao atendimento de demandas populares, através da prestação de serviços sociais de caráter filantrópico – constituindo-se como serviços públicos, porém, prestados pelo privado. Desta forma, se apresentam como uma via de articulação materializada entre o Estado e setores privados, ou

seja, organizações do *terceiro setor*, quais sejam: privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas de associação voluntária (Acotto & Manzur, 2000). Para Montañó (2007), estas entidades compõem o chamado “terceiro setor”. Tal termo é construído a partir de um recorte social nas esferas: do Estado - *primeiro setor*, do mercado - *segundo setor* e da sociedade civil - *terceiro setor*.

Parte da sociedade que integra o *terceiro setor* dispõe-se a realizar atividades voluntariadas baseadas em um perfil caritativo que, possivelmente, mascaram a questão social emergente da configuração da sociedade capitalista. Para este autor, o *terceiro setor* não acarreta, integralmente, resultados positivos frutos de cooperações coletivas, pois atende a necessidades que cabem, primordialmente, ao Estado. Ou seja, as ONGs desempenham ações que geram uma precarização do atendimento estatal às demandas sociais, e uma autorresponsabilização da sociedade por respostas às próprias necessidades – contribuindo, indiretamente, para a destruição das políticas de cidadania embasadas nos direitos sociais construídos a partir da atuação dos movimentos sociais, e garantidos por meio de políticas públicas. Muitos grupos de voluntariado são relutantes em suspender as medidas de curto prazo, como a distribuição de sopa, sacos-cama e roupa quente às pessoas em situação de rua (Giddens, 2013). A questão é controversa pois, estes grupos ao focar a atenção na solução de questões imediatas, não priorizam o planejamento de intervenções que cooperem para a resolução dos problemas apresentados pelo segmento de forma permanente. As ações desenvolvidas por esses grupos tratam um problema específico, ou seja, interferem no atendimento às demandas das ruas de maneira pontual – podendo, em certa medida, estar colaborando na permanência dessas pessoas na condição em que se encontram.

Em contrapartida à lógica do *terceiro setor*, os movimentos sociais apresentam-se como esforços persistentes e intencionais para promover mudanças nos campos jurídicos, sociais, econômicos, culturais, identitários, a longo prazo, como defende Jasper (2016). Isso

resulta na realização de protestos e manifestações organizadas contra aquilo que se apresenta como ofensivo para um dado grupo ou segmento social, unidos em torno de perspectivas e objetivos análogos. Dito isso, este estudo apresenta o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR¹) como principal organização de luta pelos direitos sociais, civis e políticos da população em situação de rua.

Fundado em 2007, o MNPR surge contrapondo a crença disseminada pelas práticas assistencialistas de que as pessoas em situação de rua podem e preferem sobreviver por meio de práticas de caridade, desafiando também a errônea ideia de que elas seriam incapazes de se organizar e reivindicar seus direitos através da mobilização política. No município de Natal (Rio Grande do Norte/RN), o Movimento da População em Situação de Rua deu seus primeiros passos em 2012, por meio da articulação entre o Centro de Referências em Direitos Humanos (CRDH/UFRN) e a coordenação nacional do MNPR – estabelecida em um evento determinante para a mobilização de representantes em terras potiguares. Como principais pautas de reivindicação do grupo encontra-se o direito à moradia, emprego/renda, saúde, alimentação e educação (formal e não formal). Tais pautas foram estabelecidas por meio do decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (Brasil, 2009), que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), bem como, situadas na Cartilha para Formação Política elaborada pelo MNPR.

Com relação a esta última, o MNPR/RN realiza Encontros de Formação Política (EFPs²) para a população em situação de rua. Tais momentos tem como objetivo oportunizar o diálogo sobre assuntos de interesse do grupo, bem como possibilitar a troca de informações sobre as experiências de vida nas ruas, preconceitos vividos e reflexões acerca de possíveis

¹ Ao longo da pesquisa o MNPR poderá vir representado pelas palavras: organização; organização social; Movimento.

² Ao longo da pesquisa os EFPs poderão aparecer no texto representados pelas palavras: Encontros; momentos de formação política; reuniões de formação política; atividades de formação política;

formas de enfrentamento. Estes momentos são mediados por coordenadores do Movimento que desempenham o papel de educadores sociais, atuando como responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de formação. Assim, desempenham a função de leitura de documentos nacionais sobre os direitos da população em situação de rua; compartilham informações a respeito das conquistas políticas alcançadas pelo movimento nacional/regional; mediam a construção de novas pautas de reivindicação do segmento; e realizam ponderações acerca do atendimento oferecido pelos equipamentos socioassistenciais e sanitários que frequentam. Estas informações serão detalhadas na discussão realizada ao longo do capítulo três deste estudo.

Acredita-se que os Encontros de Formação Política podem cumprir a função pedagógica ao oportunizar o embate de opiniões, o amadurecimento das estratégias de tensionamento político dos participantes, bem como a discussão sobre direitos humanos e o exercício da curiosidade e da argumentação. A formação política é apreendida enquanto dimensão educativa do movimento social pelo pressuposto básico de que um processo educativo pode ser desenvolvido fora dos canais institucionais escolares, isso implica ter uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos por meio de técnicas e instrumentos do processo pedagógico (Gohn, 2012).

A partir das considerações feitas, apresenta-se como objetivo geral desta pesquisa: analisar a função assumida pelos Encontros de Formação Política realizados pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte (MNPR/RN). Como objetivos específicos elencam-se: I) identificar os momentos de formação política desenvolvidos pelo MNPR/RN; II) analisar as discussões que emergem de tais momentos; e III) obter informações acerca da percepção do grupo com relação às atividades de formação política. Esta pesquisa, desenvolvida a partir de métodos de investigação integrados à abordagem qualitativa, está organizada em dois capítulos teóricos,

que correspondem às seções intituladas “*Às sombras do urbano: população em situação de rua*”³ e “*A rua em movimento*”⁴. A base de desenvolvimento dos referidos capítulos orienta-se a partir das considerações teóricas acerca da temática proposta em cada uma delas. No entanto, há de se esclarecer que, ao longo desta pesquisa, o texto articula ponderações teóricas e informações coletadas em campo. A construção das ideias aqui expostas emergiu da relação entre a elaboração teórica da literatura e do material empírico. Desta forma, para que o leitor possa compreender o que resulta da análise de informações empíricas ou não, serão devidamente sinalizadas, quando necessário, as informações procedentes das observações realizadas pela pesquisadora durante a imersão em campo, e àquelas resultantes de discussões estabelecidas por autores renomados da temática em estudo. Ademais, no capítulo intitulado “*Formação Política: a voz ativa do MNPR/RN*” concentra-se a maior parte das análises provenientes dos registros em diário de campo, das observações feitas a partir da imersão da pesquisadora nas atividades desenvolvidas pelo Movimento e das entrevistas realizadas.

Dito isso, será apresentado na seção seguinte o percurso metodológico adotado para a construção da presente pesquisa, apontando quais os instrumentos da pesquisa científica foram utilizados para a coleta e análise das informações para responder aos objetivos propostos.

³ Capítulo 2.

⁴ Capítulo 3.

1. Percursos Da Pesquisa: Método

Esta pesquisa está integrada à abordagem qualitativa e busca possibilitar uma análise apurada das investigações propostas. Acredita-se que os fundamentos desta abordagem atendem à realidade estudada, que necessita de uma maior aproximação com o segmento em investigação e a obtenção de informações que permitam a compreensão do fenômeno em profundidade.

Nesse contexto, Guareschi (2003) enfatiza a importância de se ter clara a complexidade dos fenômenos que se quer investigar, e de se ter claros também os pressupostos que carregamos ao nos aproximarmos do objeto a ser pesquisado. A abordagem qualitativa que fundamenta essa pesquisa tece uma relação entre o sujeito e o mundo em que este está inserido, reconhecendo-o como sujeito integrante de uma sociedade em contínuo processo de conhecimento, numa busca incessante de interpretar seus fenômenos, imputando-lhes significados e sentidos, como ratifica Chizzotti (2006):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado (p. 79).

Para atingir os objetivos desta investigação, foi realizada a pesquisa em campo, através de imersões da pesquisadora nos Encontros de Formação Política do movimento, através de observações participantes ao longo de um ano e quatro meses. Além disso, foram

realizadas também entrevistas semiestruturadas com quatro participantes vinculados ao MNPR/RN (militantes e coordenadores).

O primeiro passo consistiu no mapeamento das atividades desempenhadas pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua - núcleo Rio Grande do Norte, para, em seguida, dar início ao processo de imersão neste contexto afim de apreender as informações com mais precisão. Seguindo tais procedimentos, identificou-se durante o período supracitado a realização semanal de reuniões promovidas pelo MNPR/RN conhecidas pelo grupo como “Encontros de Formação Política”, a pesquisadora, então, passou a frequentar estas reuniões entre o período de maio de 2016 a setembro de 2017, totalizando doze participações nos encontros do grupo. Em maio de 2016 os EFP's eram realizados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) - unidade Central. O grupo estabeleceu-se neste local até meados de outubro do mesmo ano até que os entraves de permanência ficaram cada vez maiores, esta situação será detalhada posteriormente⁵.

A inserção da pesquisadora no grupo se deu através de um convite realizado por uma parceira, também pesquisadora da UFRN, que já conhecia e vinha atuando com o segmento há certo tempo, realizando trabalhos de pesquisa da Universidade com o auxílio de pessoas vinculadas MNPR/RN há alguns anos. Assim, o convívio com o grupo foi sendo estabelecido gradualmente. Seguindo a dinâmica de apresentação dos participantes presentes nos EFP's, a cada reunião a pesquisadora se identificava para o grupo e após o término dos encontros se aproximava de algumas pessoas individualmente para conhecer melhor cada um deles. Essas são características de um posicionamento assumido em uma observação participante.

⁵ Capítulo 3.

Neste arranjo, “a comunidade estudada concorda com a presença do pesquisador entre eles, como um vizinho e um amigo que também é, casualmente, um pesquisador” (Angrosino, 2009, p. 33). Sendo assim, a investigação não é imparcial, pois propicia um certo envolvimento particular com o objeto de estudo, a partir dos diálogos estabelecidos com o grupo. O modo de conhecer o mundo ou a realidade é baseado, essencialmente, na construção do conhecimento de mundo através da relação dialógica que se estabelece entre pesquisador e pesquisado (Smeha, 2009).

Para Guareschi (2003), o discurso não é considerado apenas como um produto ligado a uma situação interativa específica, mas ele reproduz a existência de discursos mais amplos que circulam na esfera social. Através deles, o indivíduo é ligado ao social. Assim, é por meio dos discursos estabelecidos que nos aproximamos do objeto e compreendemos o fenômeno a partir do próprio fenômeno. Os Encontros de Formação Política realizados pelo MNPR/RN se apresentam como momentos oportunos para o estabelecimento de contato com o público investigado, em dia e local específicos.

Uma vez inserida nos Encontros e aceita pelo grupo, a pesquisadora tomou nota de cada reunião e evento (promovido pelo MNPR/RN) em que esteve presente entre maio de 2016 e setembro de 2017. As observações foram registradas em diário de campo, visando subsidiar as posteriores análises dos acontecimentos e impressões dos contextos vivenciados, contribuindo também para a formulação de estratégias de coleta de dados. Entende-se que o diário de campo constitui-se como um instrumento de coleta de dados imprescindível em pesquisas qualitativas, pois é através dele que a visão do pesquisador com relação ao fenômeno pesquisado é exposta de maneira direta, a partir de uma descrição rica e detalhada. Graham Gibbs (2009), explica que a descrição detalhada contribui para uma compreensão e uma eventual análise do contexto estudado.

Particularmente, o foco está em fornecer uma descrição densa, a partir da qual pode-se dar um passo adiante e oferecer uma explicação para o que está acontecendo. Portanto, no diário de campo da pesquisadora foram registradas informações sobre o cenário específico em que ocorriam os Encontros, a relação dos participantes – destacando a quantidade de pessoas em situação de rua e militantes externos presentes –, descrições dos participantes, descrição dos comportamentos em momentos de fala específicos, registro de conversas e outras interações verbais.

Diante das informações registradas, constatou-se que durante a realização dos EFPs, alguns assuntos surgiam com mais frequência. Sendo assim, aquelas temáticas mais discutidas pelo grupo foram escolhidas para o aprofundamento das análises posteriores, sendo divididas em seis categorias de debate, que são: liderança; preconceito; atendimento sócio assistencial; maternidade e relações de gênero nas ruas; educação; trabalho. Essas categorias surgiram a partir da fala dos participantes presentes nos EFP's e em momentos de debate abertos durante eventos do MNPR/RN. Desta forma, o diário de campo foi estruturado destacando informações, como: a qual categoria de debate o pronunciamento pertence, local/ocasião e data dos relatos registrados, bem como, identificação dos sujeitos pronunciantes (militantes ou coordenadores) e observações da pesquisadora.

A análise de tais categorias está concentrada no capítulo três desta pesquisa. No entanto, alguns pronunciamentos registrados em diário de campo são trazidos ao longo do texto, para enriquecer as discussões estabelecidas nos demais capítulos que compõem o estudo, sendo assim, as informações registradas em diário de campo não estão restritas à análise apenas no capítulo 3 deste estudo.

As informações registradas auxiliaram não apenas na categorização dos dados, como também na construção do roteiro de entrevistas semiestruturadas que foram realizadas. Para facilitar o processo de aproximação com o grupo (atores participantes dos EFPs), a

pesquisadora levou em consideração a importância de estar sempre esclarecendo o porquê da sua presença nesses momentos, colocando-se também à disposição do grupo para auxiliar em atividades internas ou em outros espaços políticos, como em audiências públicas e atos/manifestações.

Elencou-se como estratégias de escolha dos indivíduos entrevistados: pessoas em situação de rua participantes dos Encontros de Formação Política, coordenadores e representantes de base do MNPR/RN. A divisão existente entre “participantes dos EFP’s” e “coordenadores/representantes de base” surge levando em consideração que, no período estudado, os coordenadores do movimento não se encontravam mais em situação de rua, vivendo cada qual em casas alugadas, por outro lado, os participantes aqui mencionados, refere-se aos militantes vinculados ao movimento e frequentadores dos EFP’s que estão em situação de rua e acessam, ou não, os serviços disponibilizados pelo Albergue Municipal. A escolha dos entrevistados foi feita, portanto, a partir do entendimento supracitado, levando em consideração também que pessoas que assumem o papel de representantes do movimento e aquelas que se identificam apenas como militantes, podem atuar e exercer papéis diferentes no grupo, bem como, apresentar percepções diferentes acerca do movimento.

Sendo assim, realizou-se quatro entrevistas – duas com representantes de base⁶ do Movimento e outras duas com militantes⁷. Esta quantidade foi apreendida como suficiente para a coleta de dados, levando em consideração o processo de amostragem intencional por “saturação teórica”. A expressão “saturação teórica” foi inicialmente utilizada por Glaser e Strauss (1967). A transposição desta ideia para a metodologia de pesquisa está baseada na compreensão de que quando se coletam dados qualitativos, ocorre uma transferência de

⁶ Ao longo do texto o termo “*representantes de base*” também pode aparecer como “*coordenadores de base*”.

⁷ O termo “*militantes*” aqui referido diz respeito apenas as pessoas do segmento vinculadas ao MNPR/RN e participantes dos EFP’s. Não considerou-se colaboradores externos, estudantes e professores.

significações que passariam de seu meio original (locutor) para outro meio (interlocutor). Sendo assim, a “saturação teórica” diz respeito ao indicador de repetição dos dados, utilizado para inferir redundância de informações (Fontanella & Júnior, 2012). Isto posto, considerou-se a quantidade de entrevistas concedidas suficientes para a análise de dados do presente estudo. Além das entrevistas realizadas, também considerou-se para fins de análise, alguns pronunciamentos realizados durante os Seminários e Eventos que o MNPR/RN e o segmento pesquisado fizeram-se presentes.

O roteiro semiestruturado das entrevistas foi pensado a partir das seguintes questões:

a) Os Encontros de Formação Política são importantes para você, por quê? b) O que você tira como positivo e negativo desses momentos? c) Você se sente representado(a) pelo Movimento?⁸. As perguntas tiveram como objetivo compreender o que a Formação Política representa para o grupo, do ponto de vista daqueles que estão à frente do processo (coordenadores e representantes de base) e daqueles que somam aos encontros (militantes). Buscam conhecer a perspectiva das pessoas em situação de rua, seus anseios, questionamentos, críticas e sugestões com relação aos Encontros mencionados.

Além dos métodos citados acima, o percurso metodológico contou também com a análise de materiais documentais. Entende-se que dentre as situações básicas em que é apropriado recorrer ao uso deste instrumento, está a que o pesquisador busca estudar o problema a partir da própria expressão dos indivíduos, ou seja, quando a linguagem dos sujeitos pesquisados é crucial para a investigação (Holsti, 1969, como citado em Ludke & André, 1986). Sendo assim, justifica-se a escolha dos documentos utilizados nesta pesquisa

⁸ Especificamente nessa pergunta, houve uma modificação dela durante a realização de uma das entrevistas. A pergunta foi acidentalmente substituída por “O que o Movimento representa para você?”, constatou-se, no entanto, que esta falha não causou nenhum tipo de efeito negativo para o andamento da pesquisa, e a análise dos dados mediante os objetivos propostos.

por fornecerem informações específicas referentes à população em situação de rua do Rio Grande do Norte, lócus do estudo.

Entretanto, os relatos das próprias pessoas em situação de rua registrados em diário de campo, também se constituem como ferramentas essenciais na construção e compreensão do perfil do grupo analisado. Utilizam-se dados de caracterização da população em situação de rua, tabelas e gráficos oriundos das pesquisas “Direitos Humanos da População em Situação de Rua na Cidade do Natal: Investigando Limites e Possibilidade de Vida” e “Direitos Humanos e População em Situação de Rua: Conhecer Intervindo em Contextos de Vulnerabilidade Social”, realizadas no contexto do programa do CRDH – um Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013-2016), vinculado ao Departamento de Psicologia. Com suporte destes documentos, nos apropriamos de informações referentes ao perfil da população estudada no contexto de realização da presente pesquisa, conhecendo suas particularidades e características.

Considerando as particularidades do público alvo desta pesquisa, é certo afirmar que o desenvolvimento de qualquer atividade com este segmento configura-se como um desafio para os profissionais atuantes. Espera-se que os resultados obtidos através dessa pesquisa possam contribuir para novas perspectivas acerca do fenômeno da população em situação de rua, que proporcionem a compreensão dos aspectos organizacionais do movimento e das conquistas políticas, bem como cooperem para o enriquecimento da literatura acadêmica sobre a temática.

As informações acima contribuem para a exposição dos caminhos traçados nesta pesquisa, quais os objetivos e as perguntas que emergiram durante o estudo e quais os procedimentos tomados para respondê-los. Na seção seguinte trataremos de aspectos relacionados ao segmento pesquisado expondo suas características e peculiaridades afim de situar os leitores deste documento acerca do grupo alvo da pesquisa.

2. Às sombras do urbano: População em situação de rua

Este capítulo tem por objetivo apresentar informações a respeito dos aspectos gerais sobre a população em situação de rua, além da apresentação de características do segmento no município de Natal/RN, por meio da exposição de dados qualitativos e quantitativos acerca do fenômeno.

2.1 Aspectos Gerais

Aquele moleque sobrevive como manda o dia a dia / Tá na correria, como vive a maioria / Preto desde nascença, escuro de sol. Eu tô pra ver ali igual no futebol / Sair um dia das ruas é a meta final / Viver decente, sem ter na mente o mal / Tem o instinto que a liberdade deu, tem a malícia que cada esquina deu (Música: Mágico de Oz – Racionais Mcs).

Ao falarmos sobre população em situação de rua, involuntariamente pensamos em um determinado perfil a respeito das pessoas que compõem este segmento. Contudo, o estereótipo firmado socialmente não corresponde, necessariamente, a quem, de fato, são essas pessoas.

Silva (2009) discorre que o fenômeno não surge subitamente, e sim é fruto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho desde a emergência do processo de industrialização e permanece se reconfigurando aos contextos históricos e políticos dos países capitalistas modernos. Vale ressaltar que há pesquisas que comprovam a mendicância em sociedades anteriores a nossa. Contudo, a presente pesquisa considera não a pobreza em si (que sempre existiu), mas a questão social que emerge a partir da consolidação de uma

classe trabalhadora fabril, e tem como uma de suas expressões a pobreza. Por este motivo, ressaltam-se informações sobre o fenômeno atualmente, buscando relacionar dialeticamente o fenômeno em investigação com as transformações societárias promovidas pela dinâmica do capitalismo contemporâneo.

A história do fenômeno remonta ao surgimento das cidades pré-industriais e ao início da composição de uma sociedade urbana em decorrência do desenvolvimento do capitalismo (Silva, 2009). No capitalismo, a força de trabalho torna-se uma mercadoria especial cuja finalidade é criar mercadorias, valorizar o capital, e não o trabalhador, sempre em busca de “mais-valor”. Desta forma, o movimento de exploração capitalista induz a classe proletária a uma condição mecânica de venda da força de trabalho em detrimento de uma remuneração, muitas vezes, insuficiente para suprir necessidades básicas de subsistência pessoal e familiar.

Ao discorrer sobre pauperismo social, Marx (1988) define como “aquela parcela da classe trabalhadora que perdeu a condição de sua existência - a venda da força de trabalho - e vegeta na base da caridade pública” (p. 759). Considerando que uma sociedade capitalista se organiza com base na compra e venda da força de trabalho, pode-se concluir, conforme expõe Vieira (1992), que a legitimidade social e a dignidade pessoal se afirmam indiretamente através da ética do trabalho. Quando não se dispõe da principal ferramenta para o reconhecimento social, que é a mão-de-obra ativa, – devido as contradições da reprodução capitalista e sua necessidade de constituir um exército industrial de reserva⁹, ou até mesmo por escolha, ou seja, quando não há inserção no mercado de trabalho (formal) – nosso processo de sociabilidade humana pode ser facilmente abalado, pois não

⁹ Força de trabalho, não incorporada pelo capital, no entanto, necessária ao processo de sua acumulação.

correspondemos ao perfil moralmente aceito. Abordando o processo histórico de emergência de uma população em situação rua na dinâmica do capitalismo, Silva (2009) aponta que:

Assim, os/as que não foram absorvidos/as pela indústria com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis, seja pela incapacidade dessa, seja pela dificuldade de adaptação a um novo tipo de disciplina de trabalho, foram compelidos/as a uma situação de absoluta pobreza e degradação humana (p. 95).

Para Marx (1996), este grupo compõe o que se denomina como *lumpemproletariado*, ou seja, a camada social que habita a esfera do pauperismo. Consiste na parcela da população da classe trabalhadora que está estagnada, desempenhando atividades irregulares, a respeito deste grupo, expõe:

Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. Basta apenas observar superficialmente a estatística do pauperismo inglês e se constata que sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1960, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc. (MARX, 1996, 273).

A partir do pensamento deste autor proponho, portanto, uma alusão à solene frase de Benjamin Franklin (1706 – 1790), reproduzida por Max Weber em sua obra “*A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*” (Weber, 1864-1920/2013), quando diz “o trabalho

dignifica o homem” (p.47) para pensar que, sem ele, a criatura humana não é digna de coisa alguma, exceto ações de caridade. A conduta do trabalho para a sociedade capitalista é vista como uma ferramenta inerente ao homem consciente e instruído. Cultiva-se a ideia de que no trabalho encontramos motivação e realização da vida pessoal. Trata-se da crença de que cada pessoa nasceu para fazer algo, para desempenhar determinada função e que, através do trabalho (assalariado), nos encontramos, obtemos satisfação e o sentido da vida. Todavia, a base que fundamenta esse tipo de pensamento é a mesma que força o indivíduo a se conformar às regras e comportamentos capitalistas. A vocação passa a ser interpretada como algo que o homem deve executar sem questionamentos, quase como uma ordem sobrenatural. Todo e qualquer sujeito que se opuser a cultura estabelecida, o fabricante ou o trabalhador, pode ser rapidamente excluído do cenário econômico caso não possa ou não queira se adaptar às regras, e será jogado na rua, sem emprego e sem perspectivas.

Diante dessa conjuntura, a população de rua é estigmatizada pela sociedade e pela classe trabalhadora em particular, pois não obtém os recursos e condições necessárias à permanência e qualificação profissional nos parâmetros desejados pelo mercado de trabalho; e, por isso, não se encaixa na forma legítima de vida estabelecida socialmente, tendo seus caminhos facilmente traçados à miséria. Para Marx (1988), “o pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (p. 747). Pessoas em situação de rua configuram uma das formas mais extremas de exclusão social. As pessoas sem residência permanente podem ser excluídas de muitas das atividades diárias que os outros têm como acessar, como, por exemplo, ir para o trabalho, manter uma conta bancária, conversar com os amigos ou mesmo receber cartas pelo correio. Quando não se pode estabelecer esse tipo de relação consigo e com o outro, o processo de sociabilidade é diretamente prejudicado (Giddens, 2013).

Em sua maioria, compõem o referido segmento pessoas que têm os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, que encontram-se em situação de pobreza extrema, acomodam-se em locais públicos pela inexistência de moradia convencional, não exercem nenhum trabalho regular, e lidam constantemente com situações de violações de direitos. Porém, embora haja certas características em comum com relação a este grupo, de acordo com Escorel (2000), “o que todas as pesquisas revelam é que não há um único perfil da população de rua, não se trata de um bloco homogêneo de pessoas, mas sim de populações com vários perfis” (p. 155). São pessoas com histórias de vida singulares e, ao mesmo tempo, comuns a outras tantas histórias que, devido a adversidades ou à falta de oportunidade que se levantam no caminho, se expressam e são enfrentadas de diversas maneiras, resultando nas baixas possibilidades de ascensão social.

Pessoas em situação de rua são estigmatizadas pelos cidadãos. Conforme Borin (2003, p. 122), “eles despertam medo, nojo e descaso”. É um segmento que compõe a parte marginalizada do corpo social que, por sua vez, não reconhece seu modo de vida e torna sua existência invisível. O modo de produção capitalista e a sociedade constituída a partir desta configuração agem como um dos pilares estruturais do referido problema. No entanto, tornar-se uma pessoa em situação de rua, raramente é resultado de uma sequência do tipo “causa-efeito”. Um grande número de infortúnios pode ocorrer numa sucessão rápida e simultânea que colaboram para tal fim. Uma mulher, por exemplo, pode divorciar-se e ao mesmo tempo perder não só a sua casa, mas também o seu emprego. Um jovem pode ter problemas de relacionamento em casa com os pais e partir para uma grande cidade sem ter meios de se sustentar. Aqueles que são mais propensos à situação de rua são pessoas da classe trabalhadora baixa, sem quaisquer qualificações profissionais específicas e rendimentos muito baixos (Giddens, 2013). O desemprego de longa duração também é um bom indicador.

Há uma série de aspectos e fatos que influenciam a existência da população em situação de rua. Em termos gerais, consideram-se problemas de ordem pessoal como, por exemplo: conflito/violência familiar, problemas associados ao uso de álcool e outras drogas (que muitas vezes se apresenta como consequência desta condição e não causa), alcoolismo, transtornos mentais, fracasso escolar, perda de todos os bens, além de desastres de massa e/ou naturais – como citados na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, formulada em 2008. Silva (2009), define essas situações como fatores de ordem biográfica que, por sua vez, estão diretamente relacionados à história de vida pessoal de cada indivíduo; consistem, no entanto, em fatores no campo da aparência do fenômeno. O que está por trás da impossibilidade de superação de situações como as mencionadas anteriormente é a lógica capitalista organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida.

Embora este segmento componha parte expressiva da sociedade e ainda que cada vez mais seja percebido nos centros urbanos do Brasil, nem todos os estados e municípios do país apresentam um censo para o acompanhamento e registro desses indicadores. As informações sobre este grupo ficam limitadas a estudos ocasionais e pesquisas censitárias sem periodicidade necessária para avaliação do fenômeno, afetando diretamente a possibilidade de construção de políticas públicas de atendimento às pessoas em situação de rua. Segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS, 2008), em 2008, haviam 50 mil pessoas em situação de rua em todo o país. Entre 23 de fevereiro à 26 de março de 2015¹⁰ foi realizado o levantamento censitário da população em situação de rua da maior metrópole do país, a cidade de São Paulo, onde foram

¹⁰Todos os levantamentos censitários foram realizados pela FIPE, exceto o de 2011, que foi realizado pela FESP Fundação Escola de Sociologia e Política.

identificadas 15.905 pessoas em situação de rua, sendo majoritariamente, 88%, do sexo masculino.

No estado do Rio Grande do Norte (*lócus* desta pesquisa), em 2008, foram contabilizados 233 adultos em situação de rua na capital, segundo dados do MDS. Dois anos depois, em 2010, de acordo com um estudo realizado pelo Centro Universitário da Faculdade de Ciências e Cultura e Extensão do RN (UNIFACEX¹¹) em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), este número aumentou para 2.200 pessoas em situação de rua. No entanto, após o levantamento feito pelo MDS (2008), não houveram outros censos de ordem federal sobre o segmento no estado. Por isso, não podemos apontar com precisão o número de pessoas que vivem nas ruas do RN atualmente.

Porém, é possível afirmar que essa população tenha crescido significativamente, quando levamos em consideração informações publicadas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (Semtas), da prefeitura de Natal, ao revelar que os cadastros no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) aumentaram consideravelmente nos últimos anos. Segundo informações do banco de dados da Semtas, em 2014 o Centro atendia 317 pessoas, passando para 1.082 atendimentos em 2016. Em sua maioria (70%), são pessoas que vivem no município de Natal, mas também estão presentes pessoas providas de cidades do interior e até mesmo de outros estados. Há também um recorte de gênero evidente no público que frequenta o Centro Pop: são majoritariamente homens. Há um número significativo de atendimentos em outro aparelho sócio assistencial de atendimento à população em situação de rua de Natal – O Albergue Municipal. Lá são atendidos, em média, 59 pessoas por dia, e estima-se um atendimento anual de 1.600 pessoas (Mazda, 2016).

¹¹Faculdade de Ensino superior, instituição privada, localizada na Rua Orlando Silva, 2897 – Capim Macio – CEP 59080-020 – Natal/RN.

Com base nos números apresentados, é evidente a importância de haverem levantamentos e estudos que apontem as particularidades do fenômeno e suas respectivas demandas. Dessa forma, será possível monitorar os atendimentos direcionados para o grupo e ponderar outras maneiras de atuação. Nesse sentido, houveram algumas reuniões em 2016 entre a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte (DPE-RN) e grupos de pesquisa da Universidade, bem como com a participação de representantes locais do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, para iniciar trabalhos que tenham como objetivo mapear essa população no estado (SETHAS-RN, 2016). Trabalhar com dados reais talvez torne mais viável para o Poder Público criar e executar políticas públicas voltadas para essa parcela da população com mais direcionamento.

2.2 Nos porões da cidade: população em situação de rua do Município de Natal/RN

"Intolerância e apatia, arrogância e covardia, discriminação, preconceito e toda hipocrisia / "Somos todos iguais" / Explica isso nos guetos / E algum moleque preto e pobre te faz mudar de conceito (...) / Escolas não funcionam, polícia oprime, sociedade exclui / Pronto, ingredientes perfeitos para criar monstros" (Música: Cypher Iluminai – Nocturno, Jxf, Majimba e Ujó).

Este item tem como objetivo apresentar, através de dados quantitativos, um cenário da população em situação de rua no município de Natal, utilizando como referência a pesquisa intitulada "Direitos Humanos da População em Situação de Rua na Cidade de Natal: Investigando Limites e Possibilidades de Vida¹²", realizada pelo Depsi¹³ com apoio da PROPESQ/UFRN, em parceria com o Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CRDH/RN), entre os anos de 2013 a 2016.

¹²Amorim e Pereira (2016).

¹³ Departamento de Psicologia da UFRN.

A referente pesquisa foi realizada com 159 pessoas em situação de rua que sobrevivem nas ruas do município de Natal. De acordo com a pesquisa, do total de sujeitos acessados, a maioria é composta pelo sexo masculino, totalizando 61% do grupo.

Não é por acaso que as pessoas do sexo masculino sejam predominantes deste segmento, como aborda Silva (2009):

Por um lado, histórica e culturalmente no País, a responsabilidade de garantir a renda para o sustento da família é atribuída aos homens, chefes de família [...] essas pessoas, pressionadas a cumprir tais responsabilidades, utilizam diversas estratégias para encontrar uma colocação no mercado de trabalho, mas nem sempre conseguem. Esse caminho não raro conduz à situação de rua. Por outro lado, à mulher foi reservado o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, o que implica relações de trabalho desiguais e muitas vezes opressão sexual, ambos reproduzidos na situação de rua, de forma acentuada (p. 148).

As mulheres sofrem ameaças e apresentam necessidades diferentes dos homens, por isso, preferem abrigar-se em locais menos expostos, e tomam uma série de cuidados para manterem sua integridade salva. A condição de permanência das mulheres nas ruas consegue ser ainda mais degradante. As mulheres têm de lidar com a falta de locais apropriados para sua higienização pessoal – que é menos prática e exige mais assiduidade que a dos homens. Além disso, são mais propensas a sofrerem abusos sexuais recorrentes, que muitas vezes as levam a uma condição ainda mais delicada: a de estar gestante e sem abrigo. Por esses e outros motivos, a frequência das mulheres em albergues e a procura por serviços de atendimento clínico, como, por exemplo, a assistência fornecida pelo Consultório na Rua¹⁴, são mais frequentes. Pode-se afirmar também, conforme os números da pesquisa, que a

¹⁴Serviço ligado ao Departamento de Atenção Básica (DAB) da Secretaria Municipal de Saúde de Natal, com o objetivo de ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde.

população em situação de rua identificada em Natal é composta em sua maioria por adultos entre 30 a 59 anos, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Informações cruzadas entre dados sobre a faixa etária e gênero da população em situação de rua de Natal/RN.

Faixa Etária	Gênero				Total
	Feminino	Masculino	Outro	Sem informação	
18-29	6	29	2	11	48
30-59	11	66	4	23	104
60 ou mais	2	2	1	1	6

Fonte: Amorim e Pereira (2016).

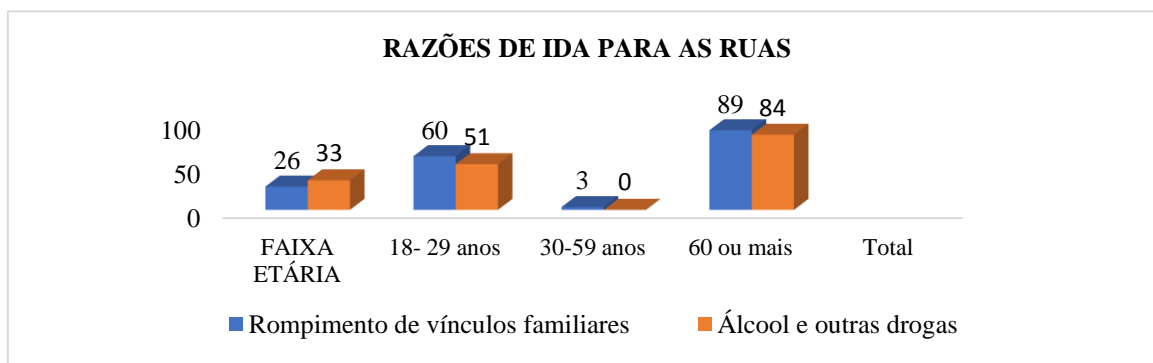
Trata-se de uma população com maioria dos seus componentes entre a faixa etária de 30 a 59 anos, considerada a mais ativa no mercado de trabalho. As principais funções desempenhadas pelas pessoas que compõem o grupo são de caráter informal. Dentre elas, estão as atividades de: coleta de materiais recicláveis; venda de doces/frutas/amendoim/frutas; trabalho de carga e descarga de materiais; flanelinha¹⁵; pedreiro/pintor/construção civil; etc. São ocupações popularmente conhecidas como “bicos”, funções temporárias e incertas que garantem um baixíssimo rendimento, incapaz de possibilitar a essas pessoas qualquer reviravolta da condição em que se encontram. Das 159 pessoas entrevistadas, 77,2% afirmam ter pelo menos uma atividade laboral. Contudo, essas atividades, quase sempre no setor informal, são marcadas pela precarização e

¹⁵O nome “flanelinha” vem do uso da flanela para limpar vidros dos automóveis. Consiste em uma atividade de trabalho informal nas ruas, sua função é a de auxílio ao motorista para estacionar em lugares permitidos, podendo ou não oferecer a limpeza externa do veículo, e pastoreamento do automóvel.

desregulamentação em níveis críticos. Foram constatados que 76,1% não exercem atividade remunerada, 5% são aposentados/pensionistas e 2,51% não informaram.

Outra análise diz respeito à baixa condição econômica e ao desemprego como fatores que se apresentam para a ida às ruas (permanente ou provisoriamente), realidade frequente entre as histórias de vida do segmento. Entretanto, não se apresentam como únicos fatores, sequer se constituem como situações originadas devido a limitações particulares dos sujeitos, e sim como fruto de um fenômeno próprio ao movimento de reprodução do capital chamado superpopulação relativa ou exército de reserva. Em Natal, constatou-se que as principais causas de ida para as ruas estão relacionadas, em primeiro lugar, ao rompimento de vínculos familiares e, em segundo, ao uso de bebidas e outras drogas, como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Informações cruzadas com dados sobre recorte geracional e razões de ida para as ruas da população em situação de rua de Natal/RN.

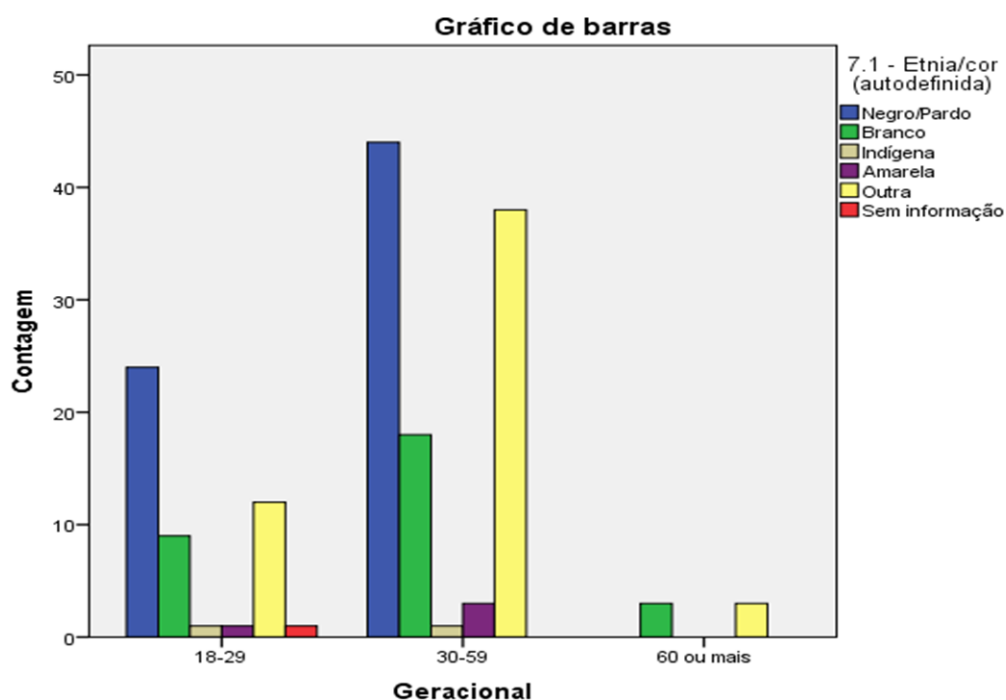


Fonte: Amorim e Pereira (2016).

Com relação às características sobre raça/cor/etnia da população de rua em Natal/RN, a maioria do grupo declarou-se como “não brancos”. As categorias variavam entre as classificações: negro/pardo, amarelo, branco, indígena e outros. Trinta pessoas do

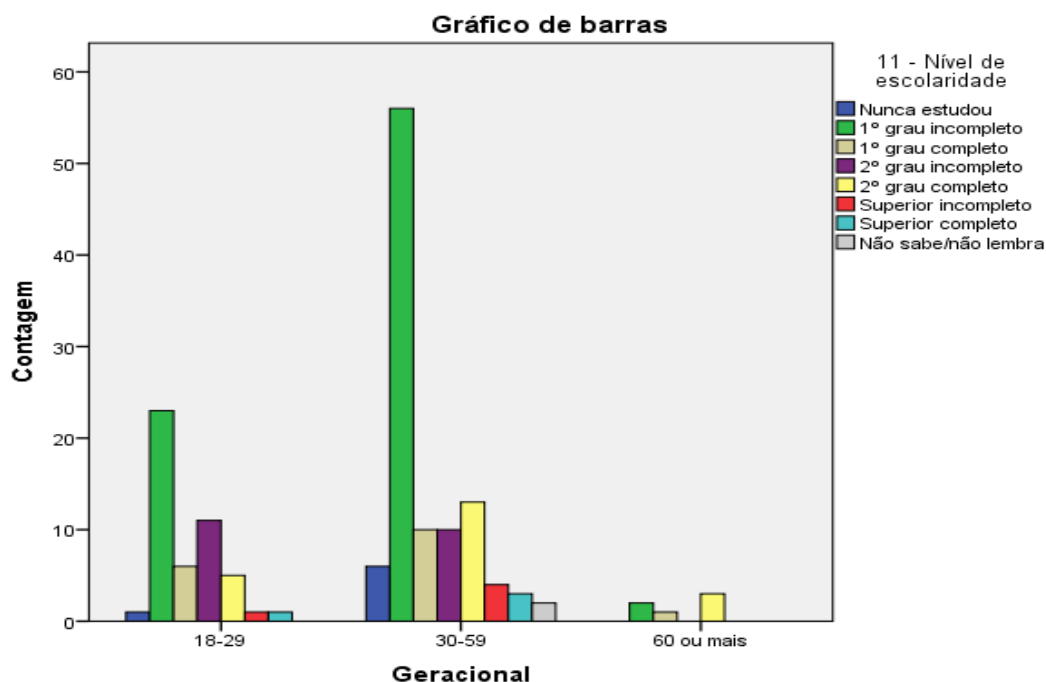
total entrevistado se declararam de etnia branca, compondo 18,98% deste grupo, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Gráfico com informações cruzadas entre categoria geracional e Etnia/cor da população em situação de rua de Natal/RN.



Fonte: Amorim e Pereira (2016).

Os índices escolares das pessoas que compõem o segmento em análise revelam uma predominante incompletude do ensino formal, no entanto, nos revela também que há um maior percentual de escolaridade entre os mais jovens (30-59 anos), como demonstra detalhadamente o Gráfico 3:

Gráfico 3 - Nível de escolaridade por faixa etária da população de rua de Natal/RN.

Fonte: Amorim e Pereira (2016).

No que diz respeito ao levantamento realizado em Natal, através da pesquisa mencionada anteriormente, das 159 pessoas em situação de rua entrevistadas, um pouco mais da metade não concluiu o ensino fundamental (50,9%), 6,92% não sabe ler nem escrever, 10,7% completaram o ensino fundamental e 13,2% concluíram o ensino médio. Esses números mostram que, ainda que a educação escolar seja um direito humano fundamental e universal, ela não é plenamente acessível a determinados segmentos da sociedade. Considera-se que para oportunizar a participação de todos no processo educativo, não basta a garantia de acesso, mas, para além disso, políticas de permanência e nivelamento pedagógico em todas as esferas e níveis escolares. A retomada do processo educativo fica cada vez mais limitada, com o passar dos anos, à proporção de ser cada vez mais necessária para inserção no mercado de trabalho convencional.

3. A Rua em Movimento

Neste capítulo será realizada a discussão teórica a respeito dos movimentos sociais. Posteriormente, adentraremos na apresentação do que consiste e como surgiu o Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Ademais, será exposta a configuração e história do Movimento no Rio Grande do Norte.

3.1 Movimentos sociais: considerações gerais

“O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre de lucro capitalista etc., são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais” (Gohn, 1988, como citada em Gohn, 2012, p. 20).

Existem diversos movimentos sociais, cada qual com suas características, podendo ser semelhantes ou não entre si. Grupos movidos por ideais específicos, alguns temporários, outros duradouros, alguns compostos por grupos pequenos, outros por milhões de pessoas; há movimentos reivindicatórios, culturais, religiosos, políticos, de classe, dentre outros (Giddens, 2013). Os movimentos sociais surgem com o objetivo de trazer à tona determinado tema ou assunto de interesse público. Lutam por transformações e pelo reconhecimento político de causas específicas. Constituem-se em ações coletivas organizadas, que podem gerar na sociedade, a longo prazo, alterações políticas e mudanças culturais e legislativas, em um determinado contexto histórico. Giddens (2013) traz exemplos disso ao citar o movimento americano de direitos civis, que teve sucesso na

aprovação da legislação que ilegalizou a segregação racial em escolas e locais públicos, bem como os movimentos LGBT ou LGBTTT¹⁶ que apresentam como pauta a luta contra a homofobia, e o reconhecimento legal da união entre pessoas do mesmo sexo.

Há objetivos e ideais de determinados grupos que não podem ser alcançados, ou então são claramente inviabilizados por meio da estrutura política de seus países, em um determinado tempo e contexto histórico. Dessa forma, a mudança política e social só pode ter lugar através do recurso às formas de ação política não ortodoxas, como as revoluções ou os movimentos sociais (Giddens, 2013). Sendo assim, alguns grupos da sociedade civil organizam-se através dos movimentos em busca da cidadania coletiva. Assim sendo, os movimentos sociais surgem como organização de esforços coletivos para reivindicar um interesse ou defender um objetivo comum, fora da esfera das instituições estabelecidas. É necessário demarcar, também, que os movimentos sociais são mecanismos de reivindicação popular que devem estar endereçados a um projeto de transformação da sociedade pois a fim de não se constituírem como instrumentos de reificação da sociedade burguesa. Para tanto, deve-se levar em consideração que o horizonte de qualquer movimento social anti-capitalista é a supressão da sociedade burguesa e não a busca de ajustes que conformem a classe trabalhadora à ordem do capital. Neste sentido, o horizonte tático dos movimentos sociais deve buscar atender demandas imediatas da classe trabalhadora, de modo que estas possibilitem reformas sociais que, de algum modo, possam criar bases para processos maiores de transformação.

¹⁶ Sigla abreviatura de: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Movimento Social que luta pelos direitos civis dessa população.

Para Gohn (2012), os movimentos sociais estão diretamente relacionados aos processos de mudança e transformação da sociedade, e relacionam-se também à questão da cidadania e à noção dos direitos. Dito isso:

A cidadania coletiva se constrói no cotidiano, através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram. À medida que o capitalismo se consolida, as lutas sociais vão deixando de ser apenas pela subsistência e surgem concepções alternativas dos direitos (Gohn, 2012, p. 21).

A noção de cidadania trazida pela a autora exerce o sentido de obrigação moral, de disciplinamento, para o convívio social harmônico entre todos os cidadãos. Por sua vez, a pessoa civilizada corresponde justamente a que exerce domínio de si na convivência grupal, sendo capaz de viver harmoniosamente na sociedade. A construção da cidadania coletiva se realiza quando, identificado os interesses opostos ao do grupo estabelecido, parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes (Gohn, 2012). A definição de “direito”, também mencionada, pode ser compreendida através de diversos conceitos. No dicionário¹⁷, a palavra é explicada como o conjunto de normas/leis estabelecidas por um poder soberano, que disciplinam a vida social de um povo. Além desse, há também outros dois conceitos: o direito natural e o direito positivo.

Nader (2017) define como direito natural aquele que se origina na natureza social do homem, não sendo definido pelo Estado, tampouco criado pela sociedade; refere-se ao direito espontâneo como o direito à vida, à liberdade. Para o autor, são princípios fundamentais de proteção ao homem que estão contemplados na legislação, a fim de que se

¹⁷ Aurélio, dicionário de língua portuguesa, editado no Brasil e lançado originalmente em fins de 1975.

tenha um ordenamento jurídico minimamente justo no país. O segundo conceito, o do direito positivo, refere-se àquele institucionalizado pelo Estado, é a ordem jurídica obrigatória em determinado tempo e lugar, como por exemplo, o Código Civil e o Código Penal. O direito positivo está subordinado ao direito natural. Essa relação pode ser compreendida através da seguinte hipótese: se usássemos a lei que caracteriza o homicídio como crime, partindo do preceito real de que a vida humana é um bem, veríamos, portanto, que a lei positiva corrobora e afirma o direito natural da vida (Nader, 2017).

Há, no Brasil, diversos movimentos sociais que, possivelmente, sem ter consciência disso, reivindicam por direito natural e positivo concomitantemente. A relação existente entre tais conceitos, nos movimentos sociais, pode ser percebida ao conhecermos detalhadamente certos grupos, quais as premissas de organização do movimento e as pautas de luta. É o caso do Movimento Mães de Maio, formado em 2006, após o assassinato de 564 pessoas por agentes de segurança do Estado de São Paulo. Os agentes e a própria mídia difundiram a informação de que a ação policial na comunidade se tratava de uma resposta aos chamados ataques da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), que acometeu 59 mortes de agentes públicos no mesmo mês. Tais ações resultaram em uma cega e desmedida chacina, vitimando jovens ligados ou não à facção, sobretudo, jovens pobres-negros e afro-indígena-descendentes, executados sumariamente por policiais e grupos de extermínio ligados ao estado (Movimento Mães de Maio, 2011).

Desde a ocorrência deste lamentável episódio, o Movimento supracitado tem protagonizado lutas políticas em busca de justiça, reivindicando a liberdade e o direito à vida de jovens negros, pobres e provenientes das periferias. Além disso, aspiram o julgamento dos agentes envolvidos na ação, daí o caráter do direito natural e positivo do movimento. Infelizmente, não há sequer um caso de policiais que tenham sido devidamente investigados, julgados e punidos conforme a própria lei orienta (Movimento Mães de Maio, 2011). Em

que pese quase todas as mortes da referida chacina não terem sido esclarecidas, o Movimento segue firme, pressionando o Estado ao longo de quatorze anos de atuação e luta, empenhando-se pela efetivação de processos criminais devidamente reconhecidos e julgados, divulgando informações pertinentes à sociedade, em especial às mães e familiares das vítimas do massacre, promovendo palestras e encontros de combate aos crimes do estado ocorridos durante o período democrático, transformando-se em referência para outras famílias e outros segmentos do Brasil.

Assim como o Movimento Mães de Maio luta pelo fim dos ultrajes, violências e mortes em decorrência da ação policial, o Movimento da População em Situação de Rua também se caracteriza como organização de reivindicação por direitos naturais e positivos – pela liberdade, pelo direito à vida, e à dignidade humana. Por isso, vem travando constantes embates sobre questões de violações de direitos sofridas pelo segmento, não apenas através da ação de agentes do estado, como também por meio de atitudes e crimes praticados pela própria sociedade civil. O descaso no julgamento de crimes contra a população em situação de rua ainda é algo constante no contexto político brasileiro. Há vários relatos e matérias disponíveis em diversos canais de informação que comprovam isso. Não são poucos os noticiários sobre ataques ao segmento nas diversas cidades do país. Por vezes, os crimes são simplesmente esquecidos ou tratados com pouca seriedade, e justificados de maneira preconceituosa e desumana. Por essas e outras razões, o Movimento tem se organizado para levar à sociedade informações acerca dessas pessoas, na tentativa de conscientizar e de sensibilizar a todos(as) contra novos episódios de tortura e massacre do segmento. Para além disso, ressaltam a importância da criação de políticas públicas para efetivação dos direitos da população em situação de rua, levando em consideração o que está previsto na Constituição Federal sobre o reconhecimento de todas as pessoas perante a lei sem distinção, sem discriminação.

Blumer (1969) acredita que qualquer tipo de movimento social é motivado pela insatisfação, e pela procura de mudança de alguns aspectos da sociedade, na tentativa de construir novas configurações. Este autor acredita que:

A trajetória de um movimento social representa a emergência de uma nova ordem de vida. No início, um movimento social é amorfo, mal organizado e disforme. O comportamento coletivo encontra-se no nível primitivo... À medida que um movimento social se desenvolve, vai assumindo o caráter de uma sociedade, adquire organização e forma, um corpo de costumes e tradições, uma liderança estabelecida, uma divisão do trabalho, regras e valores sociais duradouros, em suma, uma cultura, uma organização social e um novo sistema de vida (p. 8).

A teoria de Blumer destaca aspectos importantes sobre os movimentos sociais: a existência de duas faces da interferência que as ações coletivas podem causar na sociedade, podendo ser “ativas” ou “expressivas”. O autor explica que Movimentos “ativos” são orientados para o exterior, tendo em vista a transformação da sociedade. Em contrapartida, os movimentos “expressivos” atuam principalmente na transformação interior dos seus participantes. Nesta perspectiva, pode-se considerar que há aspectos “ativos” e “expressivos” referentes a atuação do Movimento da População em Situação de Rua sob os militantes e ativistas envolvidos. Pois, ao promulgar pautas reivindicatórias, levando em consideração interesses próprios do segmento, que não restringem-se, porém, apenas ao segmento, coopera na construção de uma sociedade menos excludente e mais justa, a medida que implica também na transformação indenitária dos militantes que passam a reconhecer-se como sujeitos de direitos – transformando suas próprias percepções acerca de si mesmos. Este processo não se dá espontaneamente e dele participam vários agentes.

Ao longo do tempo, é esperado que o movimento social amadureça e, assim, a dimensão da organização política do grupo seja estabelecida. Tal dimensão constrói-se por meio da consciência adquirida, progressivamente, sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos, quais são as questões pelas quais se lutam, o que se almeja alcançar, quem são os parceiros e os oponentes da causa. A partir desses pressupostos, o grupo fortalece questões coletivas que orientam a atuação do movimento, disseminando uma cultura interna entre os integrantes, que é propagada entre os que já estão, e os que chegam.

3.2 O Movimento das ruas: MNPR

“Sem o sonho e a esperança não conseguimos mobilizar a nossa luta. Mas sem a luta a esperança também se perde na história”
(Zitkoski, 2016, p.109).

A primeira indagação que surge ao vermos uma mobilização popular que, vem cada vez, mais ganhando repercussão na mídia e nos aparelhos estatais, gerando diferentes respostas, refere-se à sua origem: quais foram os elementos que geraram o Movimento Nacional da População em Situação de Rua? A reflexão sobre o desenrolar dos acontecimentos mostra-nos que não foi a problemática da população em situação de rua em si, pois esta é bastante antiga, mas a nossa hipótese se orienta na direção da necessidade de articulação e de mudanças estruturais e conjunturais como fontes do Movimento.

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) é formado e constituído por pessoas em situação de rua, que tem como objetivo o tensionamento político em busca da garantia dos direitos e da dignidade deste segmento, através de políticas públicas. Segundo Santos (2012), os primeiros passos para a constituição do movimento

ocorreram em 2001, quando os moradores de rua de São Paulo participaram em Brasília da “I Marcha Nacional da População de Rua”, no dia 7 de junho, como cita:

[...] segundo lideranças atuais do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR, em 2001, várias pessoas em situação de rua participaram da “marcha à Brasília”, organizada pelo movimento dos catadores de materiais recicláveis, sendo este o primeiro evento nacional de lutas, com a participação dessa população, cuja pauta vinculava-se aos seus interesses imediatos (Silva, 2010, p. 20).

Estima-se que 3.000 pessoas tenham participado do referido protesto, dentre eles, catadores, técnicos e agentes sociais de diversos estados, bem como congressistas do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis que acontecera dias antes, em Brasília, nos dias 4, 5 e 6 de junho do mesmo ano. Neste dia foram apresentadas, à sociedade e às autoridades responsáveis, reivindicações e propostas contidas em um anteprojeto de lei elaborado – pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua – no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte (MG), em novembro de 1999, para a implementação e efetivação das políticas públicas voltadas ao grupo. Dentre as pautas, destacam-se:

3.1 Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o *direito à cidade*.

3.3 Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.5 Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda).

3.7 Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento (MNCR, 2001).

Das requisições mencionadas acima, parte delas foram alcançadas pelo segmento, embora não integralmente, como por exemplo, a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas em situação de rua, como também a garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde (ambas tratadas com mais detalhes na seção 3.4.1¹⁸). Ainda que tenham sido reconhecidas legalmente, tais reivindicações deparam-se com impasses estruturais para sua efetivação. A respeito disso, de acordo com Akerman, Sá, Moyses, Rezende e Rocha (2014) e Monnerat e Souza (2011), a intersetorialidade destaca-se como estratégia fundamental para enfrentar problemas estruturais da sociedade na tentativa de

¹⁸ Tabela 2.

garantir os direitos de cidadania. Mas, ainda hoje encontramos problemas de fragmentação e descoordenação em nível operacional, que evidenciam uma distância entre o discurso e a prática, entre o previsto e o realizado. Assim ocorre com as políticas sociais pensadas para a PSR, ainda que, de reconhecível importância e de natureza emergencial, as ações destinadas ao segmento, como muitas outras dirigidas a população em geral, enfrentam limitações no tocante à sua implementação prática.

Em vista disso, a intersetorialidade necessária à efetivação de políticas sociais no âmbito do atendimento à PSR, deve considerar a lógica de intervenção social que compreende os sujeitos na sua totalidade, com suas necessidades individuais e coletivas (Junqueira, 1998). Deste modo, as ações não podem estar trancafiadas em um determinado serviço, sem qualquer conexão com outras atividades, ou sem articulação com as demais políticas desenvolvidas em um determinado território em que vivem os usuários da política. Estas e outras questões vêm sendo discutidas pelo Movimento desde as suas primeiras atuações.

Dando continuidade às informações referentes ao processo de fundação do MNPR, destaca-se a realização da I Marcha Nacional da População de Rua. Segundo o ex-coordenador do movimento em SP, Anderson Lopes Miranda, um fator específico fortaleceu o referido processo (Miranda, 2012, como citado em Santos, 2012): o do assassinato do Índio Galdino no ano de 1997, “cometido de maneira brutal por jovens de classe média na cidade de Brasília, com a justificativa de que o mataram porque pensaram que se tratava de um mendigo” (p. 27). No dia 20 de abril de 1997, cinco rapazes de classe média de Brasília atearam fogo no índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, de 44 anos, que dormia em uma parada de ônibus na Asa Sul, bairro nobre da capital Federal. Horas depois, Galdino morreu vítima de queimaduras em 95% do corpo, que foi encharcado por 1 litro de álcool. Galdino

chegara a Brasília no dia anterior, 19 de abril, Dia do Índio, e participou de várias manifestações pelos direitos dos índios (Jardon, 2007).

Outro fato decisivo que incentivou a organização do movimento foi a barbárie conhecida como a “Chacina da Praça da Sé”. Trata-se de um episódio violento contra um grupo de pessoas em situação de rua que dormiam no centro da cidade de São Paulo, ocorrido entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004. No dia 19, primeiro ataque, dez pessoas foram atingidas na cabeça por fortes golpes. Todos estavam dormindo, sem possibilidade de defesa. Neste dia, seis moradores de rua vieram a óbito. O segundo ataque ocorreu no dia 22 contra cinco moradores de rua, um morreu na hora, totalizando sete mortes (Amaral, 2010). Segundo registros, para além do número de óbitos confirmados, estima-se que outras quinze pessoas ficaram gravemente feridas após a ação truculenta de agentes do estado em detrimento das ordens de limpeza social naquele espaço. “O Movimento é fruto, ele nasce de um sofrimento grande, nasce da violação dos direitos, e tem um “bum” naquele episódio” (Moreira, 2012)¹⁹. Os ocorridos incentivaram a organização das pessoas em situação de rua para aclamarem por seus direitos e alertarem à população da necessidade de proteção e amparo do segmento, e seu reconhecido por parte do Estado.

Após um ano do Massacre da Praça da Sé nada tinha sido apurado; então, no dia 19 de agosto de 2005, com o intuito de chamar a atenção das autoridades e da opinião pública para o caso de impunidade e para a situação das pessoas que vivenciavam a situação de rua, os moradores de rua, a Pastoral do Povo da Rua e outras organizações foram para a escadaria da Catedral da Sé com faixas, bandeiras, Cartazes, apitos,

¹⁹ Entrevista com Samuel Rodrigues na TV Comunitária de Belo Horizonte em 10/03/2012 que conta a vida deste coordenador nacional do MNPR, bem como a história do movimento. Ver Moreira (2012).

batuques etc., para demonstrarem sua indignação pelo descaso com a população de rua (De Lucca, 2007, como citado em Santos, 2012, p. 30).

Desde então, iniciou-se uma movimentação por parte dos próprios moradores de rua, fortalecida por outros movimentos sociais, na composição de uma organização nacional que denunciava a violência, o descaso e a impunidade contra este grupo. O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) assume, então, a representação nacional da luta das pessoas em situação de rua do país. Sua existência foi oficializada durante o IV Festival Lixo e Cidadania realizado em Belo Horizonte no ano de 2005. O evento contou com a participação dos catadores de materiais recicláveis e de pessoas em situação de rua vindas de vários estados, entre eles, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Mato Grosso. O MNPR dispõe de um regimento interno que norteia sua organização e o cumprimento do conjunto de diretrizes e princípios aplicáveis aos membros deste movimento. Como detalha a Cartilha de Direitos da população em situação de rua:

O MNPR possui princípios que orientam sua organização e prática política, são eles: Democracia; Valorização do coletivo; Solidariedade; Ética; Trabalho de base. Diante de tantas violações de direitos, o MNPR destaca as seguintes bandeiras de luta: I) Resgate da cidadania por meio de trabalho digno; II) Salários suficientes para o sustento; III) Moradia digna; IV) Atendimento à saúde (Brasil, 2010, p. 30).

Como consequência dessas movimentações, a pauta de reivindicações e denúncias da problemática passou a fazer parte da agenda do Governo Federal. Em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) assumiu essa discussão, possibilitando a participação da sociedade civil com vistas à formulação de políticas públicas destinadas ao segmento. Em setembro de 2005, o MDS organizou e realizou em Brasília (DF), nos dias 1 e 2, o 1º Encontro Nacional sobre a população de rua. Esse encontro teve

como objetivo conhecer os desafios e construir estratégias de políticas públicas que atendessem as demandas da falta de habitação, trabalho, educação, saúde, assistência social, dentre outras questões enfrentadas pelo segmento. Em dezembro, é aprovada a Lei 11.258/2005, que inclui a população em situação de rua na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742 (Brasil, 1993), promulgada em 7 de dezembro de 1993 – Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Institui a obrigatoriedade de criação de programas dirigidos à população em situação de rua na política de assistência social, como por exemplo, o Serviço Especializado em Abordagem Social, Centro de Referência para PSR e Serviço Especializado para População de Rua (Santos, 2012).

Em 2006, a Presidência da República cria um Grupo de Trabalho Interministerial, expandindo o debate desse contexto para as áreas da saúde, educação, direitos humanos, habitação e cultura. Três anos depois, durante o governo Lula, é instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua, através do Decreto Presidencial nº 7.053/2009. Para a elaboração da Política, foi realizado, no período de agosto de 2007 a março de 2008, a Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua, executada pelo Instituto Meta, selecionado por meio de licitação pública. Esse trabalho foi fruto de um acordo de cooperação assinado entre a UNESCO²⁰ e o MDS (Silva, 2012). Segundo o Decreto Presidencial a população em situação de rua é entendida da seguinte maneira:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os

²⁰Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009, art. 1º).

Dentre os princípios delimitados na Política Nacional para a População em Situação de Rua destacam-se os artigos 5º e 6º e seus respectivos incisos:

Art. 5º I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - Respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 6º I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento; III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal; IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo; (Brasil, 2009).

A organização social em busca da efetivação de direitos, como os citados acima, através do movimento social, caracteriza-se enquanto prática social construída a partir da existência de profundas insatisfações. Sendo assim, a Política surge e tem por finalidade o respeito à dignidade do ser humano, e a garantia e defesa de direitos fundamentais à vida. Além disso, propõe-se a executar medidas para a inclusão da população em situação de rua, em ações que contribuam para a superação da condição de vulnerabilidade e de invisibilidade em que se encontram. Por isso, a existência de instituições sociais como o MNPR carrega consigo anseios pelo resgate da subjetividade desses sujeitos, pela

possibilidade de ser enxergado como cidadão, de ser ouvido e de participar da construção do mundo e do futuro.

Atualmente, o MNPR está atuando em 14 estados do país, tais: São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Espírito Santo (ES), Bahia (BA), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS), Rio de Janeiro (RJ), Maranhão (MA), Goiás (GO), Brasília (DF) e Alagoas (AL). Há algumas articulações do movimento no Pará, mas sua organização em movimento ainda não foi oficializada.

3.3 MNPR: Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte (RN), o Movimento da população em situação de rua deu seus primeiros passos em 2012, por meio do IV Seminário de Direitos Humanos – um evento realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ocorrido no dia 12 de outubro do referido ano, no bairro da Ribeira, em Natal/RN. Este evento foi organizado através de uma articulação entre o Centro de Referências em Direitos Humanos (CRDH/UFRN) e outras organizações para o debate do tema “Vivências de rua: sou invisível pra você?”. Dentre os principais representantes presentes no momento, estava a coordenação nacional do MNPR, indispensável para a mediação e início do processo político-organizativo do Movimento no RN. Segundo o relato de Almeida (2015):

Durante a atividade, escolheu-se, de forma democrática, um representante do grupo de aproximadamente 50 pessoas em situação de rua, que participavam da atividade, para viajar à Brasília, com o objetivo de participar de um curso de formação de lideranças. Posteriormente, o mesmo representante foi para mais um encontro, que o MNPR realiza anualmente com a Presidência da República. [...] Assim, de 2012, onde se deu início ao processo de organização do MNPR em Natal/RN, até agosto de 2015, a coordenação estadual realizou aproximadamente 21 viagens para encontros com a coordenação nacional, seminários, congresso, audiência, reuniões, dentre outras atividades (p. 109).

Este evento foi determinante para a mobilização de representantes do Movimento em terras potiguares e consolidação do grupo. Desde então, a luta vem crescendo, a cultura política do movimento se fortalece e atrai cada vez mais pessoas interessadas em apoiar a

causa do segmento. E, apesar dos grandes desafios e situações de turbulência que o Movimento enfrenta ao longo da sua trajetória no RN, é fato que a existência de uma organização desse tipo gera esperanças e conquista, pouco a pouco, os mecanismos necessários para a sua autonomia. O Movimento se caracteriza como um importante espaço político coletivo. Dessa forma, o sentimento de adesão à ideologia disseminada pelo MNPR, e a crença de mudanças a partir dele para parte dos integrantes da organização, fica explícito em alguns relatos registrados em diário de campo, como o seguinte: “Podemos, através do movimento, lutar por uma política para a conquista dos nossos direitos, porque não queremos depender de ninguém” (Pronunciante I²¹, Seminário do MNPR/RN, em 09/06/2017). E neste outro: “Veja as pessoas que foram alcançadas...elas mesmo que entendendo pouco, transformaram suas rotinas, pensamentos, expectativas e, como falei, seus horizontes. O MNPR representa minha luta por vida, liberdade de ser quem eu quero, isso é liberdade!” (Participante I²², em 14/08/2017).

Tais relatos retratam duas percepções diferentes que, no entanto, se congregam, a respeito da participação sócio-histórica dos sujeitos nos movimentos sociais e os reflexos dessa relação. Em uma das falas, o caráter objetivo da atuação política é explícito; na outra, a dimensão subjetiva do envolvimento do sujeito nessa relação fica evidente. Podemos perceber que o primeiro relato dá enfoque à conquista dos direitos coletivos por meio da luta política. É a maturação da ideia de que os direitos sociais são legítimos a todo e qualquer

²¹ As citações identificadas com o termo “Pronunciante” foram obtidas através de falas surgidas durante seminários e reuniões de formação política, resgatados por meio dos registros em diário de campo realizados nestes eventos.

²² As citações identificadas com o termo “Participante” foram obtidas através de entrevistas realizadas exclusivamente para fins deste estudo. Ao longo do texto, podem ser mencionadas também como “colaboradores”.

Homem, e que deve haver uma atuação coletiva organizada em busca da efetivação dos mesmos.

No segundo relato, podemos analisar a concepção de uma visão acerca de si, em que prevalecem as dimensões da mudança interior, do pensamento, da atitude, da rotina, em decorrência do conhecimento acerca do direito coletivo que também é, por sua vez, de si mesmo. A dialética da questão é experimentada numa relação de reconhecimento da luta do outro para o reconhecimento da sua própria luta. Ou seja, a atuação política de pessoas em situação de rua através do movimento social, possibilita que outras pessoas do segmento tenham a percepção de que elas também são capazes de assumirem o posicionamento de um(a) cidadão(cidadã) com voz ativa na sociedade, que é reconhecido(a) e respeitado(a). Pode emergir dessas questões mudanças de atitudes e a construção de uma identidade coletiva. Esta, porém, não baseada apenas na identidade exclusiva de classes, mas de ideologias em comum.

Conforme dados resgatados em diário de campo, atualmente, o Movimento no RN apresenta um representante de base escolhido democraticamente pelo grupo em 2012, mediante votação, para desempenhar o papel de liderança e permanece até o presente ano (2018). É de responsabilidade deste representante a participação em ações de capacitação de lideranças, seminários, audiências públicas, fóruns regionais ou em outros pontos do país, dentre outros eventos. Além dele, outros integrantes do movimento assumem posicionamentos importantes para a organização do grupo e desenvolvimento das atividades propostas. Suas atribuições são tão necessárias quanto a que é desempenhada pelo líder, em que pese suas participações em eventos fora do Estado sejam um pouco limitadas devido à dificuldade de financiamento para as viagens. Cabe aos demais coordenadores do grupo, então, assumirem o desenvolvimento dos encontros de formação política com os demais militantes do Movimento, além de organizarem e pensarem, em coletivo, táticas e estratégias

de divulgação e visibilidade do movimento social às demais pessoas em situação de rua e demais atores da sociedade civil – além da participação presencial em Fóruns e Assembléias.

O MNPR/RN não possui nenhum recurso financeiro, por isso, para a realização de qualquer atividade e eventos ou para participação de fóruns, seminários, cursos, palestras em outras cidades ou estados, precisam de ajuda financeira externa. Geralmente, em circunstâncias como essa, o apoio financeiro vem através do contato com a rede de assistência social do município, empresas, Câmara Municipal, através de doações ou até mesmo por meio de “vaquinhas” por parte das pessoas que participam ou se identificam com o grupo, além do apoio de projetos de extensão da Universidade.

A divisão de tarefas se constitui como caminho imprescindível na construção de um grupo democraticamente participativo. Busca-se, a partir dessa configuração, possibilitar ao máximo que as decisões do grupo sejam feitas de maneira consensual e menos hierarquizadas possível, para que as ações não sejam, necessariamente, focadas em uma única figura e todos sintam-se parte do processo de estruturação do movimento. No que se refere às características de composição do grupo, seus integrantes são majoritariamente do sexo biológico e gênero masculino, há poucas integrantes mulheres e parte do grupo se identifica como público LGBT²³.

²³ LGBT sigla representativa da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

3.4 Sobre sementes e frutos: marcos históricos do MNPR e MNPR/RN

Desde a fundação do MNPR, o Movimento tem caminhado arduamente em busca da garantia dos direitos “mínimos constitucionais” ao segmento. Conforme o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), os “mínimos constitucionais” preveem garantias fundamentais de sobrevivência a todos os brasileiros, ou seja, de acordo com o artigo, todos têm direito a saúde, educação, alimentação, propriedade, etc. Tais direitos são de responsabilidade do Estado, que deve oferecer as condições básicas de vida e dignidade humana aos cidadãos do país. A referida Lei aponta, ainda, para a garantia do direito às liberdades individuais, como o direito de expressão, o não preconceito com relação a sexo, raça, cor, idade, o direito de defesa da integridade moral e indenização ao indivíduo que sofrer algum tipo de humilhação. À luz dos mandamentos constitucionais supracitados, o MNPR tem guiado sua atuação em espaços públicos e políticos, ganhando cada vez mais visibilidade na sociedade. Com isso, parcerias foram se firmando e o debate, através de fóruns, de manifestações, e da participação nos conselhos de Assistência, tem se ampliado.

3.4.1 Marcos Nacionais.

Em nível nacional, alguns acontecimentos foram demarcados como frutos do engajamento político das pessoas em situação de rua e militantes. Destacam-se, entre as articulações de organização política: I) o Fórum Nacional de Estudos sobre a População em Situação de Rua (FNEPSR), constituído pela Fraternidade das Oblatas de São Bento (Silva, 2012). Ativo entre 1993 a 1999, deu início aos trabalhos de articulação da Pastoral junto ao segmento; II) seguido de outro trabalho em parceria com a igreja, conhecido como o Grito

dos Excluídos realizado em setembro de 1995. Tinha como objetivo, aprofundar o tema da Campanha da Fraternidade que tinha como lema “A vida em primeiro lugar”, comprometida com as causas dos excluídos, visto como um importante espaço de “reivindicações de temas como direitos sociais, moradia, trabalho e saúde” (Justo, 2008, como citado em Amaral, 2010, p. 37). Este Grito aconteceu em mais de 170 cidades e teve como símbolo uma panela vazia; III) anos depois, com o apoio do FNEPSR, houve o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, seguido da 1ª Marcha Nacional da População de Rua, ambos em Brasília no ano de 2001 (Barreto, 2016). Neste ato, apresentou-se propostas para a implementação e efetivação de políticas públicas aos trabalhadores de reciclagem, bem como à PSR; IV) em setembro de 2005, novamente a história da rua e dos catadores de materiais recicláveis se cruzaram. O encontro ocorreu durante o IV Festival Lixo e Cidadania, que contou com a participação das pessoas em situação de rua de Belo Horizonte em mobilização com outros companheiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Cuiabá. Foi neste encontro que houve o lançamento oficial do MNPR como expressão da participação organizada do segmento, com representantes de várias cidades brasileiras.

Levando em consideração as conquistas travadas após o surgimento do Movimento, pode-se destacar a realização do I Encontro Nacional de População em Situação de Rua (com a participação das três esferas de governo, sociedade civil, movimentos sociais e organizações não governamentais), realizada em setembro de 2005, na capital federal Brasília. O evento foi uma iniciativa inédita na história das políticas sociais brasileiras em que o Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), adotou medidas que possibilitaram a formulação participativa de políticas públicas nacionalmente articuladas, dirigidas às pessoas em situação de rua. Neste encontro, foi construído o primeiro esboço da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), além de subsídios para o texto da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que

altera a Lei nº 8.742 (LOAS) de 1993, incluindo então o atendimento especializado para a população em situação de rua nos serviços de assistência social. Um dos critérios necessários para a formulação e exequibilidade de uma política nacional para o segmento, era a de coletar e analisar dados referentes a essa população, levando em consideração suas particularidades. Dessa forma, o MDS realizou então a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua entre os anos de 2007 a 2008 (Brasil, 2008), dando subsídios iniciais para pensar e formular, com a participação da sociedade civil, uma política própria para o grupo. Dando continuidade ao processo de formulação da referida política, foi realizado em 2009, o II Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua. Neste evento foi consolidado uma proposta intersectorial para a PNPR, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Outros avanços foram realizados, conforme explica Barreto (2016):

No mesmo ano de 2009, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que é responsável pela organização e descrição das unidades, serviços ofertados e público alvo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na tipificação, encontramos alguns serviços específicos para a população em situação de rua: dentro da Proteção Social Especial de Média Complexidade são ofertados o Serviço Especializado em Abordagem Social – oferecida nos CREAS ou Centros POP; o Serviço Especializado para a População em Situação de Rua – oferecido nos Centros POP; e na Proteção Social Especial de Alta Complexidade são oferecidos os Serviços de Acolhimento Institucional (p. 30).

No decorrer dos anos de 2008 e 2009, o MNPR participou de oficinas com o Ministério da Saúde em Brasília (DF), São Paulo (SP), e Belo Horizonte (MG) para definir o “Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua 2012–2015”, que tem por finalidade apresentar ações e estratégias que orientarão a

intervenção do Sistema Único de Saúde (SUS) – e seus órgãos de gestão federal, estadual/distrital e municipal – no processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na população em situação de rua (Brasil, 2012). Dentre tais iniciativas realizadas no âmbito do atendimento médico, o Sistema Único de Saúde (SUS) lançou serviços específicos para o atendimento à população em situação de rua através da Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que estabelece a Política Nacional de Atenção Básica e que prevê Equipes de Consultório na Rua, direcionadas e organizadas com base nas diretrizes da Portaria nº 122/GM/MS, de 25 de janeiro de 2011.

O Consultório na Rua atua como um dispositivo público de atenção à saúde, promovendo a prevenção e cuidados primários de saúde às pessoas no espaço da rua. É composto por equipes de multiprofissionais (profissionais da Saúde Bucal e os Nasf²⁴), que desenvolvem suas atividades de forma itinerante e, quando necessário, executam ações em parceria com as equipes das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do território. O Consultório na Rua lida, frequentemente, com o atendimento aos usuários de álcool, *crack* e outras drogas, atuando principalmente no combate aos danos de substâncias psicoativas a partir da estratégia de redução de danos.

As políticas sociais voltadas para a PSR vêm avançando consideravelmente. Feito as considerações acima, podemos avaliar um resumo dos marcos mais significativos para o segmento, anteriores ou posteriores ao surgimento do MNPR, na Tabela 2.

²⁴ O NASF é uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que devem atuar de maneira integrada e apoiando os profissionais das Equipes Saúde da Família, das Equipes de Atenção Básica para populações específicas, compartilhando as práticas e saberes em saúde nos territórios sob responsabilidade destas equipes. Acesso em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/nasf_perguntas_frequentes.php

Tabela 2 - Marcos nacionais para a luta da população em situação de rua, anteriores/posteriores à criação do MNPR.

Ano	Marco Histórico	Responsáveis/Participantes	Objetivo/Finalidade	Local
1993	Fórum Nacional de Estudos sobre a População em Situação de Rua	Fraternidade das Oblatas de São Bento	Articulação de trabalhos realizados pela Pastoral para o segmento	São Paulo
	Lei 8.742	Presidência da República	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Sobre a população em situação de rua consultar art.23, §2º, inciso II.	Brasília
1995	Ato "Grito dos Excluídos"	Pastorais Sociais	Aprofundar o lema da Campanha da Fraternidade escolhido no referido ano. Ato comprometido em denunciar a exclusão e valorizar os sujeitos sociais.	170 Cidades no Brasil
2001	1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e 1ª Marcha Nacional da População de Rua	Catadores de materiais recicláveis, técnicos, agentes sociais e pessoas em situação de rua	Regulamentação da profissão de catador de materiais recicláveis, bem como, propor pautas de reivindicação para a implementação e efetivação de políticas públicas voltadas aos catadores e às pessoas em situação de rua	Brasília
2004	Política Nacional de Assistência Social PNAS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)	Materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Reconhecer a atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS.	Brasília
2005	IV Festival Lixo e Cidadania	Pessoas em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, artistas, pesquisadores acadêmicos e gestores públicos	Reivindicação pela efetivação de políticas Públicas e Fundação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.	Belo Horizonte

	I Encontro Nacional de População em Situação de Rua	Sociedade civil, movimentos sociais e organização não-governamentais	Formulação participativa de políticas públicas nacionalmente articuladas dirigidas as pessoas em situação de rua.	Brasília
	Lei 11.258	Presidência da República	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.	Brasília
2006	Decreto de 25 de outubro	Presidência da República	Instituir o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua. (No âmbito do SUAS)	Brasília
2007	Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)	Levantamento de dados e informações para subsidiar a formulação de políticas públicas para a população em situação de rua	71 cidades do Brasil com mais de 300 mil habitantes
2009	II Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua	MDS, MNPR, e demais atores da sociedade civil	Debater e defender a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua	Brasília
	Decreto nº 7.053	Presidência da República	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e	Brasília

			Monitoramento, e dá outras providências.	
	Resolução nº 109 CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social - Presidência da República	Tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais, ao atendimento da População em Situação de Rua na Proteção Especial, Serviço de Acolhimento Institucional e Serviços de Acolhimento em República (no âmbito do SUAS).	Brasília
2010	Portaria nº 843, 28 de dezembro de 2010	MDS	Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras providências.	Brasília
	Portaria nº 2.488	Ministério da Saúde	Aprova a Política Nacional de Atenção Básica e prevê a formação de equipes de Consultório na Rua	Brasília
2011	Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS	Tem o objetivo de contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua.	Brasília

Fonte: Pesquisa direta (2017).

Levando em consideração a descrição realizada acima, a respeito dos fatos ocorridos até então pode-se afirmar que, apesar de relativamente tardios, esforços têm sido realizados na consolidação de uma atenção específica para atender as demandas dos que estão nas ruas. Desde a Constituição Federal de 1988, mais de 20 anos se passaram para que medidas fossem tomadas e ideias fossem propostas, levando em consideração as necessidades específicas do segmento. É apreciável que em poucos anos tenham sido lançados no cenário político brasileiro políticas, leis, portarias e resoluções com o tema da garantia de direitos para a população em situação de rua; embora ainda possamos perceber um considerável abandono por parte do Poder Público com relação a este grupo de pessoas que tem os direitos inerentes a sua condição humana diariamente negligenciados. As próprias características multidimensionais e complexas dos problemas sociais, especificamente, da população em situação de rua, requerem a sinergia intersetorial para concretizar objetivos comuns (Monnerat & Souza, 2011).

Conclui-se que a luta é mais complexa do que possa parecer. Formulação de políticas públicas, em decorrência de tensionamentos políticos por parte da organização popular, não garante a execução do que está preconizado na redação dos documentos legais. É necessário que haja, contudo, monitoramentos engajados em garantir a efetivação das propostas e, principalmente, uma articulação coletiva do poder público para cumpri-las.

3.4.2 Marcos Regionais.

Semelhantemente aos esforços realizados pelo Movimento em outras cidades em torno do país, o MNPR/RN tem atuado no Rio Grande do Norte para que o segmento seja cada vez mais reconhecido pelas competências governamentais, afim de assegurar os direitos sociais do grupo por vias legais. Tem, ainda, atuado não apenas na sensibilização do poder público, como também na articulação com diversos atores da sociedade civil que possam estar interessados em apoiar o Movimento e a construir novos projetos. Com base nas informações coletadas em diário de campo, constatou-se que, ao longo dos anos, algumas parcerias estabelecidas desde a fundação do Movimento, no contexto potiguar²⁵, foram mantidas, outras novas realizadas e outras, temporariamente ou definitivamente, desfeitas. O MNPR/RN conta constantemente com o apoio de agentes e grupos provindos de diversas esferas sociais que, muitas vezes, estabelecem relações imprescindíveis para o grupo, mas que são, entretanto, transitórias.

A exemplo das relações transitórias, podemos citar o envolvimento de organizações civis comandadas por igrejas, por exemplo. A atuação da Igreja Católica, especificamente, junto às comunidades periféricas e às classes marginalizadas como um todo, vem acontecendo há muitas décadas. A prática pastoral de pensar junto com o povo é algo datado bem antes da década de 60. A exemplo disso, há o Concílio Vaticano II e o Congresso de Medellín que consolidaram uma nova orientação para a atuação da Igreja Católica, com base na Teologia da Libertação voltada para a defesa dos oprimidos (Gohn, 2003). Esses grupos,

²⁵ Denominação dada a quem nasce no estado do Rio Grande do Norte, assim como, norte-rio-grandense ou rio-grandense-do-norte.

como dito anteriormente, desempenham ações baseadas no modelo assistencialista que, no que lhe concerne, podem ser realizadas em caráter permanente ou pontuais. Ou seja, desenvolvidas apenas em datas e épocas específicas. No caso do contexto potiguar, essas organizações, em específico a representada pela Paróquia da Igreja do Galo, apresenta uma função extremamente importante para o MNPR/RN – pois, a referida instituição cedeu um espaço próprio da paróquia para a realização de atividades do grupo. Incide, portanto, diretamente na participação e sustentação do marco organizacional e operativo do movimento social. A leitura que se faz a respeito disso é que a influência da igreja junto à PSR se dá através de duas formas básicas: como retaguarda da infraestrutura do MNPR/RN e como canal de assistência social.

Outras parcerias permanecem firmes desde a consolidação do grupo enquanto Movimento, contribuindo para a construção de uma cultura própria do movimento social, e para avanços das propostas pensadas no início da organização do segmento até então. Sobre as “antigas” parcerias, destacam-se o apoio de pesquisadores (alunos e professores) vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte e de outras Instituições, estudantes que já participaram ou ainda participam de projetos de pesquisa e extensão de diversos cursos, como: Psicologia, Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia. Estes grupos acompanham o processo de desenvolvimento do Movimento, tendo atuado com o segmento em diversos espaços. A propósito, foi através do apoio fornecido pelo CRDH/UFRN que tudo começou, como mencionado anteriormente na seção 3.3 deste trabalho. A Universidade desempenha um importante papel no suporte ao grupo, seja por meio do investimento financeiro disponibilizado através de editais ofertados para os grupos de pesquisa, que propiciam a realização de Seminários e outras atividades; seja através da atuação de profissionais já formados ou não, especializados em diversas áreas do conhecimento,

dispostos a contribuir e a apoiar o Movimento em espaços políticos e em outros ambientes – como, por exemplo, nos equipamentos públicos de serviços sócio assistenciais.

Na tentativa de aprofundar questões referentes às causas que guiam e orientam a atuação do segmento por vias do movimento social, alguns espaços foram promovidos nesta perspectiva, a dizer: a realização de eventos acadêmicos, como Seminários e Oficinas, promovidos desde a fundação do MNPR/RN com o apoio da Universidade. Tais acontecimentos têm como principais eixos de discussão as questões referentes às políticas sociais destinadas a essa população no RN, partindo da premissa de que isso deve ser pensado a partir das experiências do segmento, para que possam ser produzidos esboços e ensaios de políticas no âmbito Municipal e Estadual. Além disso, são aprofundados assuntos a respeito das violações de direitos humanos sofridos pelo grupo e as possíveis formas de enfrentamento a partir da atuação política do Movimento, em parceria com outros movimentos sociais e grupos apoiadores das pessoas que se encontram em condição de rua. Com relação aos eventos protagonizados pelo MNPR/RN em parceria com o CRDH/UFRN e representantes do Fórum Potiguar de População de Rua, destacam-se, em ordem cronológica:

a) I Seminário da População em Situação de Rua, realizado em novembro de 2013. Teve como objetivo principal debater a constituição do Movimento em Natal e compartilhamento das informações referentes ao segmento no estado do RN. Foi através deste evento que a votação para eleição de um representante estadual do MNPR/RN foi realizada;

b) Seminário Potiguar da População em Situação de Rua, ocorrido em dezembro de 2014, no auditório do IFRN Cidade Alta. O II Seminário tinha como objetivo discutir políticas públicas para essa parcela da sociedade através de palestras, minicursos e mesas-

redondas desenvolvidas ao longo de 3 dias. Estavam presentes gestores dos equipamentos de atendimento à PSR, profissionais da Universidade, do Sistema de Saúde, estudantes e pessoas em situação de rua. Além disso, o evento propiciou a realização de um minicurso para estudantes e profissionais sobre pesquisa-intervenção com grupos vulneráveis;

c) Seminário Potiguar da População em Situação de Rua, ocorrido em novembro de 2015. A terceira edição do evento foi, mais uma vez, sediada pelo IFRN Cidade Alta. Ao longo dos dias, houveram mesas e oficinas discutindo questões importantes no âmbito da população de rua. O evento contou com a participação de diversos profissionais, dentre eles, representantes das Secretarias de Saúde, de Assistência Social (SEMTAS E SETHAS), um representante do Governador do RN, Robinson Faria, além de estudantes e da própria PSR;

d) Encontro LGBT do Movimento Nacional da População em Situação de Rua/RN: “Organização e Enfrentamento ao ‘Cis-tema’ em Tempos de Conservadorismo”. Evento realizado em 2016, com o apoio político e financeiro do Ministério da Saúde, que custeou a maior parte das despesas, incluindo passagens e hospedagens de participantes externos. Justificou-se sua realização pela necessidade de um amplo debate social sobre direitos humanos, cidadania e justiça que envolve a PSR, além de levar em consideração a incidência dos índices criminais, no que diz respeito a violência sofrida pelos LGBTs. Na tentativa de dar voz aos relatos da população LGBTs que compõe o segmento, a proposta do Encontro visa não apenas fomentar a organização do grupo em torno de suas pautas e suas agendas específicas, mas também em promover a consciência do respeito e da tolerância para a boa convivência entre todos(as). O evento buscou a construção de um espaço de formação e diálogo a partir das experiências vividas pela PSR, discutindo questões em torno das violações de direitos humanos sofridos por essa população e seus possíveis enfrentamentos;

e) IV Seminário Potiguar da População em Situação de Rua, ocorrido em 2017. Este evento partiu do apoio e organização do Departamento de Psicologia da UFRN (composto por alunos e professores, parte deles anteriormente ligados ao CRDH que se encontrava desativado) e o MNPR/RN. O Seminário deu ênfase particular à questão do direito à moradia, pauta que unifica as lutas deste movimento social, e que reúne muitos pesquisadores em investigações que apontam no direito à cidade. Teve como objetivo dar visibilidade às políticas sociais destinadas à população de rua do RN e avançar em debates e discussões do direito à moradia, ecoando em âmbito local, que ganha corpo nacional;

f) 1º Seminário Potiguar da “População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável” também ocorrido em 2017. A principal proposta deste evento foi discutir a luta por direitos, mobilizar entidades parceiras e formar lideranças para participação nos espaços de controle social. As discussões do evento giraram em torno da questão da violação de direitos a que são submetidas as pessoas em situação de rua e catadores de material reciclável.

Os eventos supracitados foram essenciais para a construção de espaços formativos que promovessem o debate em torno da população em situação de rua no Estado, bem como sobre o MNPR/RN e suas pautas de reivindicação, para conhecimento da sociedade civil e dentre o próprio segmento. Analisa-se esses momentos como marcos importantes para a divulgação do Movimento e empoderamento do segmento, pois é nas experiências morais de desrespeito que se encontra a fonte e força mobilizadoras da ação coletiva em busca de mudanças – resultando, destes episódios, encaminhamentos internos do MNPR/RN junto aos órgãos de Assistência e aos poderes públicos.

Os eventos mencionados promovem um momento para a livre expressão da população em situação de rua a respeito de assuntos do interesse particular ou coletivo, e, a

partir de tais relatos, vários atores se manifestam na tentativa de esclarecer informações, de apoiar opiniões, de gerar questionamentos e de tirar daí encaminhamentos para o segmento. Entende-se que quando tais experiências são articuladas e discutidas coletivamente, as mesmas vivências de sofrimento emocional podem se converter em lutas por reconhecimento social. Logo, os referidos eventos se constituíram em momentos de estabelecimento de novos contatos, de parcerias, de visibilidade social e de denúncias, possibilitando, assim, pensar caminhos para a superação da condição de rebaixamento moral e a constituição de uma autoconsciência positiva dos indivíduos ali presentes.

Dentre as demais ações que envolvem a Universidade, em parceria com o movimento social (MNPR/RN), incluem-se as atividades de estágio, uma atividade curricular obrigatória no curso de Psicologia, na qual articulam-se as dimensões do ensino, pesquisa e extensão (tripé sobre o qual se assenta a universidade pública brasileira), para a formação em direitos humanos e cidadania junto à população em situação de rua e aos profissionais que a atendem. O componente curricular referente às atividades de estágio deve ser obrigatoriamente cumprido, ficando a cargo dos(as) discentes executá-lo junto ao segmento ou não. Entretanto, acredita-se que, uma vez que tal vivência é oportunizada e reconhecida pelos cursos de ensino superior em Psicologia (dentre outros), a atuação dos(as) alunos(as) nesse contexto pode promover a qualificação da atenção psicossocial, da proteção social, do estímulo ao protagonismo dos sujeitos em situação de rua, como também pode atuar no estímulo à capacidade de problematização sobre as desigualdades sociais, suas origens e enraizamentos, configurações e consequências na vida de outros sujeitos. Por fim, contribuindo, principalmente, para os enfrentamentos necessários e urgentes em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

4. Formação Política: A Voz Ativa do MNPR/RN

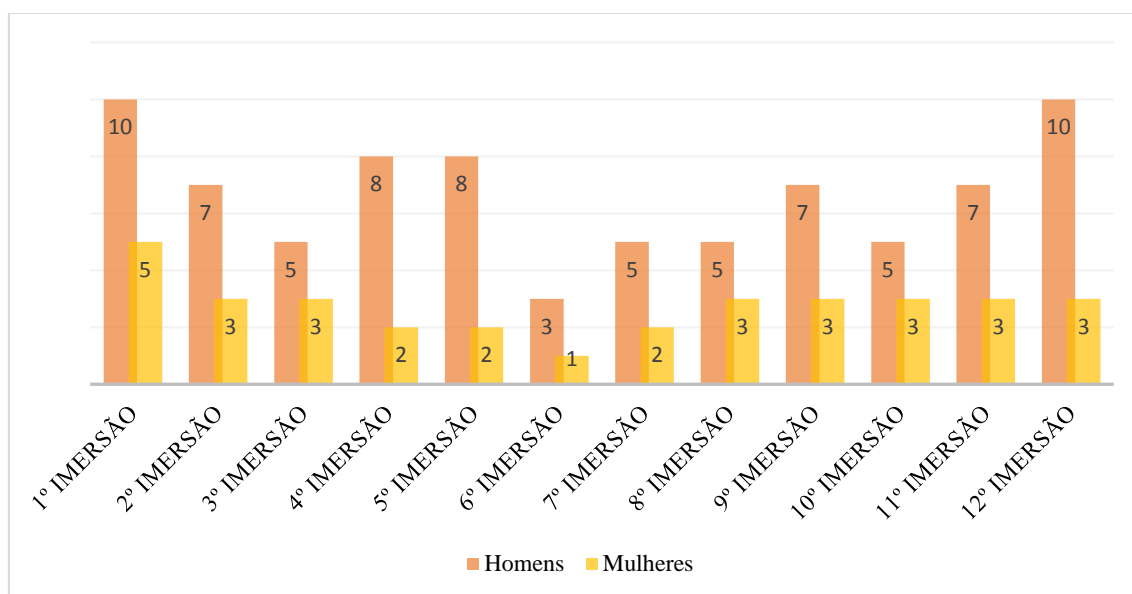
As discussões realizadas neste capítulo são orientadas a partir da análise de dados referentes, exclusivamente, aos Encontros de Formação Política do MNPR/RN. Desta forma, as considerações expostas emergiram da vivência e percepções da pesquisadora durante o período de imersão em campo. Considerou-se também os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa. A partir disto, serão expostas informações e características referentes aos Encontros, e a respeito da percepção que os atores entrevistados obtêm acerca de tais momentos. Em síntese, o presente capítulo divide-se em uma introdução sobre os aspectos gerais que circundam os EFP, continuando, posteriormente, as análises realizadas a partir de quatro categorias de discussão identificadas em diário de campo – categorias estas que serão apresentadas nas subseções que compõem o presente capítulo.

Os Encontros de Formação Política consistem em reuniões semanais de organização e planejamento das ações pleiteadas pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua (núcleo do Rio Grande do Norte), desde 2016. Tais encontros desenvolvem-se com referência nos princípios e fundamentos do Regimento Interno (RI) definidos pelo MNPR. Neles são pensadas estratégias de atuação da população em situação de rua em espaços políticos, além de contatem com esclarecimento de informações, orientações e ponderações acerca das diversas demandas do segmento, bem como da pauta de reivindicações do Movimento.

Além das próprias pessoas em situação de rua, frequentemente, somam ao grupo estudantes do Ensino Superior provindos de instituições (públicas ou privadas); esporadicamente, profissionais das unidades de atendimento sócio assistenciais da cidade (Albergue Municipal de Natal e Centro Pop) e representantes de outros movimentos sociais

ou grupos culturais. Geralmente, os encontros acontecem sob a responsabilidade de coordenadores do MNPR/RN. Atualmente, há três pessoas que assumem tal ocupação (um como representante geral do Movimento, e outros dois como representantes de base). Além deles, professores-pesquisadores da Universidade também auxiliam no desenvolvimento das discussões e organização dos encontros, articulando o grupo para debaterem assuntos de interesse coletivo. Ainda com relação às características do grupo de formação política, pôde-se perceber, mediante imersão em campo, que em sua maioria, o público presente é composto por homens, como demonstra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Dados de frequência nos Encontros de Formação Política de acordo com o sexo dos participantes presentes.



Fonte: Pesquisa direta (com base nos dados registrados em diário de campo da autora).

O Gráfico 4 traz informações referentes à quantidade de participantes dos EFPs, incluindo apenas o total de pessoas em situação de rua presentes, ou seja, desconsidera-se o número de pesquisadores e alunos da Universidade presentes, e demais militantes externos.

Dito isso, pode-se notar que ao longo de doze Encontros presenciados, o número de homens presentes sobrepõe em muito a parcela de mulheres nas reuniões realizadas. Acredita-se que tal fato reflete as questões ponderadas anteriormente (na seção 2.2), com relação às desigualdades de gênero presentes na nossa sociedade, e que, por consequência, estão presentes também na realidade do segmento. Majoritariamente, os EFPs são compostos por homens que, por sua vez, também são a maioria quando se trata da composição do segmento sobre nível nacional. A presença deles não se sobressai apenas em número, mas também em nível de participação e envolvimento nos debates que surgem ao longo de cada reunião. O poder de fala e argumentação é, diversas vezes, priorizado aos homens – trataremos disso mais adiante.

Ainda com relação às características a respeito do grupo, observou-se também que o maior número de PSR presentes nos EFPs apresentava a faixa etária de trinta a sessenta anos. A mesma faixa etária apresentada pelo Relatório Descritivo da PROPESQ/UFRN (Amorim & Pereira, 2016) como a predominante das pessoas em situação de rua que foram identificadas no município de Natal/RN (lôcus da investigação), conforme analisado na seção 2.2 desta pesquisa. A relação que se pode fazer referente a tais informações é a de que, levando em consideração a faixa etária apresentada (30 a 60 anos), o maior número de pessoas do segmento identificado na região é também aquele com maior frequência nos EFPs. Ou seja, o grupo que compõe os EFPs representa, em menor escala, a realidade local que caracteriza esta população no Município (maioria homens e maioria com faixa etária de 30 a 60 anos).

Até meados de outubro de 2016, os EFPs eram realizados em uma sala de aula cedida pelo IFRN, uma vez por semana, sempre às sextas-feiras. Após aproximadamente seis meses, o local das reuniões de formação política foi alterado, devido a contestações por parte da gestão do Instituto sobre a presença do segmento. Houveram alegações de que pessoas

do grupo de formação política eram vistas no pátio do Instituto pedindo dinheiro aos alunos, ou fazendo mal-uso das salas e dos banheiros. Com isso, a permanência do grupo no local passou a ser cada vez mais indesejada. Não se sabe até que ponto tais argumentações são apenas reflexos de um preconceito naturalizado por uma sociedade que não está preparada para lidar com as particularidades do segmento, e que recai na estigmatização desse grupo social; ou se, de fato, aconteceram com a frequência e proporção que foram denunciadas aos coordenadores. Acredita-se que quando se trata de qualquer espaço de uso comum, sempre haverá pessoas (no caso, alunos) que apresentem um comportamento indisciplinado, ou que infrinjam as regras do lugar, com ou sem más intenções. No entanto, uma vez que comportamentos indesejados passaram a acontecer por parte das pessoas que estavam ali “de favor”²⁶, as advertências sobrevieram com austeridade, segundo relatos de integrantes do grupo responsáveis pela mediação com a direção do Instituto.

Por isso, após as portas do Instituto serem fechadas para o grupo, as reuniões de formação política ficaram suspensas por aproximadamente oito meses. Neste período, houveram algumas tentativas de realização dos encontros em praça pública. Embora esses momentos tenham acontecido com parte significativa do grupo presente, e até mesmo de pessoas que nunca estiveram nos encontros que eram realizados no IFRN, muitos deles compareciam sob efeito de álcool e outras drogas, estando mais vulneráveis a desentendimentos e tensões desmedidas entre si, como de fato aconteceu de acordo com registros em diário de campo. Diante disso, coordenadores do Movimento e alguns militantes ligados à Universidade avaliaram tais condições e decidiram não dar mais continuidade aos encontros na praça. A decisão, embora sensata, nos permite questionar: Se

²⁶Serviço gratuito, prestado ou recebido - Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, acesso em: <https://www.priberam.pt/dlpo/favor> [consultado em 20-08-2017].

não tivermos um espaço físico certo (mais certo do que a rua) para reunir as pessoas em situação de rua, para onde iremos? O seguinte pronunciamento, registrado em diário de campo, revela:

O grupo...as reuniões não devem acontecer só na sala, a gente deve ir para a rua. Vamos ficar presos em sala de reunião o tempo todo? Um encontro por semana é pouco, é hora de o Movimento ganhar autonomia, fazer algo para informar a galera (Pronunciante II²⁷, Encontro de Formação Política, em 04/08/2017).

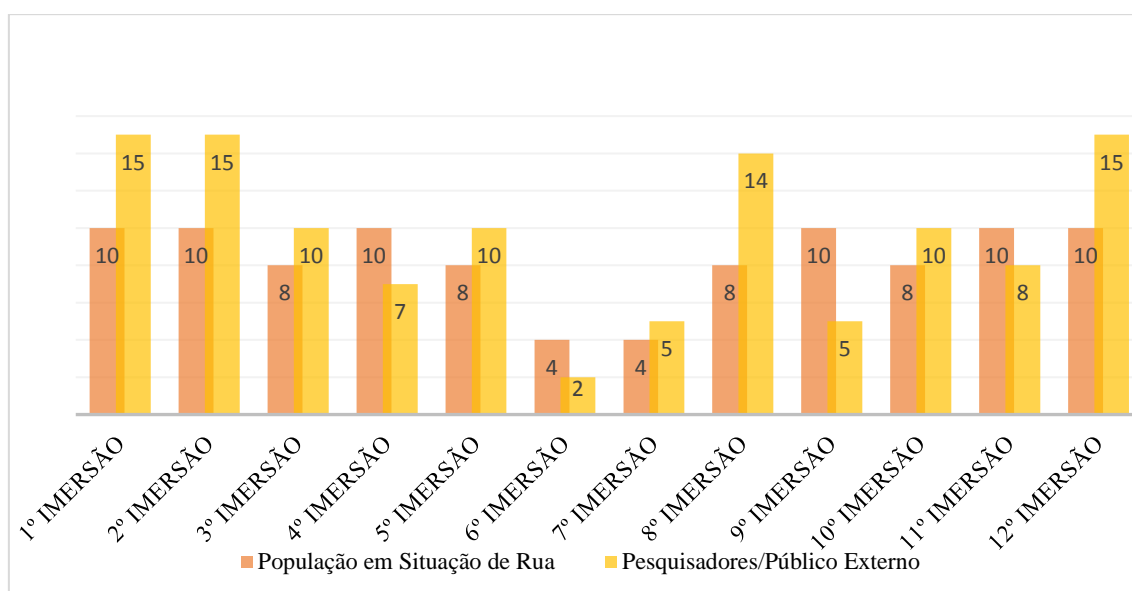
É necessário dizer que este relato aconteceu durante uma reunião no novo espaço cedido aos encontros do grupo. Abrimos um parêntese para explicar que o novo ambiente disponibilizado para os EFP/MNPR consiste em uma casa cedida pela paróquia da Igreja do Galo, situada no coração do centro da cidade. Trata-se de um salão fechado no primeiro andar da casa, com imagens e quadros religiosos compondo a decoração do espaço, cadeiras de plástico organizadas em formato de círculo e uma copa. A disponibilização deste ambiente para o MNPR/RN se deu conforme informações anteriormente narradas na seção 3.4.2. A fala do Pronunciante II destaca duas coisas importantes: a autonomia do Movimento e o local de realização dos encontros. Embora os coordenadores que estejam à frente dessas reuniões sejam pessoas que já estiveram ou ainda se encontram em situação de rua – o que pressupõe uma relação mais íntima com os demais que compõem o segmento em questão – estagiários(as) e extensionistas da Universidade detém, muitas vezes, a centralidade do poder de fala e direcionamento do grupo. Estes assumem, frequentemente, o papel de apaziguadores das relações estabelecidas, ficando responsáveis por registrarem a pauta de discussão do dia, por organizarem momentos de fala e, exercem, além disso, postura convocatória do grupo para eventos como audiências públicas e Fóruns. Em alguns casos,

²⁷Homem em situação de rua, participante frequente dos EFPs do Movimento há 2 anos.

intermediam situações entre as pessoas em situação de rua e equipe de profissionais dos aparelhos de atendimento socioassistencial.

As atividades de formação política são sustentadas num tripé de atuação que se dá pelos seguintes atores: pesquisadores, alunos da Universidade e coordenadores do Movimento. É comum e até esperado que os pesquisadores presentes tomem nota de todas as deliberações que ocorrem no dia. Além disso, espera-se deles tanto quanto se espera de um coordenador (geral ou de base) do Movimento: o poder de organização do espaço, de mediação das falas, de início e término das reuniões. Certas vezes, a presença de pesquisadores/militantes externos acaba sendo maior do que a frequência do próprio segmento, conforme o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Dados de frequência nos Encontros de Formação Política de acordo com a vinculação dos participantes.



Fonte: Pesquisa direta (com base nos dados registrados em diário de campo da autora em 2016-2017).

Neste gráfico, podemos ver que em um total de doze encontros, em oito deles a presença de pesquisadores e militantes externos superou o quantitativo de PSR nos EFPs registrados em diário de campo. Não é por acaso que em dados momentos as deliberações do grupo tomam escopos baseados nas orientações destes atores, cabendo às PSRs, e aqui inclui-se também coordenadores do Movimento, acatarem as diretrizes e recomendações de militantes externos implicados na organização social há mais tempo, e que apresentem também maior proximidade com as pessoas do grupo nesse e em outros espaços.

Sabe-se que o MNPR/RN, como qualquer outro movimento social, não é um grupo isolado constituído exclusivamente pela agregação de pessoas pertencentes a um único segmento social. Entende-se que tal organização é fruto de uma articulação de interesses entre grupos mandatários, sejam estes partidários, religiosos, universitários, etc. Nesse sentido, a intencionalidade em expor tais fatos não é a de criticar o papel que a Universidade exerce, tampouco de desvalorizar a atuação dos atores externos na assistência ao coletivo. Certamente, a participação dos pesquisadores acadêmicos na disseminação da temática em outros espaços, e até mesmo no que diz respeito à capacidade de organização das ideias e de orientação do grupo com relação a determinados assuntos, como foi dito, é importante. No entanto, não se pode perder de vista que o Movimento é *para e da* população em situação de rua. Sendo assim, a atuação de atores da academia deve se policiar para não intimidar a autonomia dos militantes pertencentes ao segmento, tampouco ofuscar o posicionamento do grupo nos espaços de discussão, sejam internos ou externos ao Movimento. Como foi dito, os EFPs apresentam como umas das principais finalidades a deliberação de ações e debates com relação aos assuntos de interesse próprio das pessoas em situação de rua. Pressupõe-se, portanto, que os diálogos conduzidos seriam mais ricos e proveitosos quando mediados por uma pessoa do próprio segmento, pois é possível que esta seja capaz de atentar-se a detalhes que uma outra pessoa que nunca vivenciou tais condições, atentaria.

O que se percebeu durante a inserção da pesquisadora em campo é que o grupo ainda apresenta pouca habilidade de autogoverno na ausência da participação de atores vinculados à Universidade – lê-se pesquisadores que são ou foram vinculados à academia. Em grande parte, a dependência do grupo com relação à função desempenhada por estes atores decorre da própria conjuntura de criação do Movimento, amparado desde o início pela Universidade. Este agente exerce ainda hoje a função organizativa do grupo e sua participação nunca foi explicitamente questionada. Tais percepções refletem para a pesquisadora uma divisão entre aqueles que pensam, aqueles que ouvem e aqueles que fazem. Nesse sentido, não se pode negar a necessidade de interação entre a atuação de pesquisadores e a de atores do segmento na desenvoltura do grupo, mas enfatiza-se a necessidade de mais participação e protagonismo das pessoas que compõem ou compuseram o segmento da população em situação de rua, e menos de quaisquer outros atores.

A ausência de lideranças do Movimento capazes de instruir os demais do grupo sem a necessidade de recorrer, necessariamente, aos pesquisadores ou agentes externos ao Movimento, revela uma fragilidade de autonomia político-administrativa da equipe. Outro fator que acentua a relação de dependência do Movimento aos assessores externos é a falta de recursos financeiros e apoio da gestão municipal ao MNPR/RN, impossibilitando possíveis investimentos do grupo na formação técnica de suas lideranças, na conquista de uma sede própria do MNPR/RN, ou no desenvolvimento da estrutura administrativa e organizativa da classe independente da Universidade e de outros agentes. Em entrevista, pôde-se perceber o quanto a atuação da Universidade, especificamente nos momentos de formação política, é marcante. Quando a pergunta “O que você tira como positivo/negativo dos Encontros de Formação Política?” foi realizada, alguns entrevistados mencionaram o fato de a linguagem utilizada em tais encontros ser demasiadamente rebuscada, como podemos ver:

Nos pontos negativos eu acho que nós temos que implantar mais Paulo Freire e deixar mais a academia pra que o conhecimento fique mais "aprendível". Essa palavra eu inventei, viu? Mas acho que você entendeu.... Pois nem todos acompanharam o processo de evolução que o CRDH nos inseriu desde que começou a trabalhar a consciência política no grupo. Não é que não tenham o interesse, é porque temos que encontrar um caminho para cada indivíduo, pois temos nossas individualidades e limitações (Participante I²⁸, 2017).

Pode-se perceber outra menção à dificuldade de compreensão da linguagem utilizada nos EFP/MNPR pelo seguinte pronunciamento:

De positivo são as informações que a gente vem conhecendo pra saber discutir... Porém, o de negativo, é o que eu vejo (...) é a linguagem quando falam com os usuários e quando falam dos usuários, né, das políticas...O diálogo é muito técnico, assim... então, dificulta um pouco a participação dos usuários nesse processo justamente por essas questões técnicas que não são muito trabalhadas (Participante II²⁹, 2017).

Os relatos supracitados foram feitos, respectivamente, por um militante interno do Movimento e por uma representante de base do mesmo. Ambos os pronunciamentos revelam a dificuldade que parte do grupo tem em compreender os conhecimentos que são compartilhados nos Encontros de Formação Política devido a linguagem utilizada, a acadêmica. É necessário, pois, pensarmos em estratégias de compreensão dos discursos estabelecidos pelas pessoas do segmento, seja através de expressões menos acadêmicas ou de conceitos menos teóricos. Por isso a importância de se ter à frente desse processo *uma*

²⁸ Relato cedido em entrevista realizada em agosto de 2017.

²⁹ Relato cedido em entrevista realizada em agosto de 2017.

pessoa do segmento falando para o segmento, com a linguagem do segmento. Que esta pessoa seja, contudo, devidamente orientada e formada na perspectiva da militância, coerente com os objetivos do Movimento. A incomunicabilidade é algo inaceitável quando o objetivo principal desses encontros se trata não apenas de informar pessoas em situação de rua sobre seus direitos, como também de ouvi-los e, assim, construir juntos ações práticas de reivindicações e protestos em busca deles.

Embora haja essas e outras dificuldades no desenvolvimento dos Encontros de Formação Política, as entrevistas realizadas revelaram uma unanimidade de opiniões com relação à identificação dos aspectos positivos das reuniões para o grupo. Em entrevista, quando a pergunta “Os Encontros de Formação Política são importantes para você? Por que?”, foi realizada, os pronunciamentos expuseram a percepção que os entrevistados têm, com relação às vivências proporcionadas e experimentadas por cada um deles, em decorrência da participação nos EFP. Dito isso, as respostas foram: “Os encontros são muito importantes! Pois me possibilita mais conhecimento sobre como lutar pra desconstruir dentro do possível, esse modelo de sociedade ultrapassada” (Participante III³⁰, 2017).

Algo semelhante, é exposto na fala de outro entrevistado: “As formações políticas pra mim significam conhecimento. Eu aprendo sobre os meus direitos, conheci a Política Nacional da ‘Pop Rua’, sobre segurança, educação. Antes eu não sabia nem como falar, me comportar, respeitar [...] com o grupo eu aprendi isso” (Participante IV³¹, 2017). As entrevistas supracitadas foram realizadas, respectivamente, com um representante de base e um militante interno do MNPR/RN. Apesar de ocuparem funções diferentes na composição do grupo, tais relatos demonstram que, independente do papel que desempenham, ambos

³⁰ Relato cedido em entrevista realizada em agosto de 2017.

³¹ Relato cedido em entrevista realizada em agosto de 2017.

compartilham ideias semelhantes sobre os EFPs. Para eles, os Encontros propiciam, sobretudo, a aquisição de conhecimentos acerca dos seus direitos. Além disso, proporcionam também a comunicação com outros atores, desenvolvendo, assim, seus processos de sociabilidade e fortalecendo hábitos de interação entre o grupo. Nesta perspectiva, outros dois relatos revelam ideias análogas às que foram apresentadas pelos entrevistados acima, tendo como base a mesma pergunta de partida mencionada. Assim, os pronunciamentos revelam que: “Os Encontros são totalmente importantes, até por que é um processo que a gente tem que participar pra que a gente possa discutir as questões que a gente vem pleiteando enquanto Movimento” (Participante II³², 2017).

E, ainda, no relato de outro entrevistado:

“Os encontros de formação política são importantes pois, temos uma capacidade dentro de nós mesmos que nem mesmo imaginávamos. Nos traz luz sobre questões que nós vivemos e não compreendemos. A formação política nos tira da ‘matrix’ que vivemos, ou seja, amplia inimaginavelmente nossos horizontes e isso nos traz de volta a vida. Um indivíduo que tem conhecimento, ele não se deixa levar pelo conformismo das coisas como estão sendo levadas” (Participante I³³, 2017).

Os relatos acima, assim como os anteriores, revelam perspectivas por parte de uma pessoa que desempenha o papel de representação de base do Movimento, e a segunda que atua como militante interno da organização. Diferentemente dos relatos anteriores, podemos perceber, a partir destes, uma diferença, ainda que singela, na visão de um entrevistado com relação ao outro. No primeiro pronunciamento, os EFPs foram citados como mecanismo de apreensão daquilo que o Movimento defende, e, ainda, como se a participação das pessoas

³² Relato cedido em entrevista realizada em agosto de 2017.

³³ Relato cedido em entrevista realizada em agosto de 2017.

que compõem o grupo não fosse apenas essencial, como também obrigatória – levando em consideração que os reflexos da participação dos sujeitos nestes momentos cooperam para a organização do Movimento, e para a militância dos atores envolvidos. Por outro lado, o pronunciamento do quarto entrevistado revela uma visão mais sentimental do que representa, para ele, os EFPs. Foram ressaltados aspectos subjetivos como, por exemplo, a descoberta de capacidades individuais, a amplitude de pensamentos, a percepção de novos horizontes e até mesmo, a mudança de vida.

As definições expostas nos permitem mensurar a importância que tais Encontros exercem na vida desses sujeitos, e de forma particular, são capazes de gerar mudanças profundas na vivência de cada participante. O simples fato de poderem compartilhar problemáticas comuns aos demais do grupo e encontrarem ali aliados, de terem liberdade para falar e serem ouvidos, além do fato de ter acesso a novos conhecimentos e outras perspectivas de vida, contribuem para a construção de posturas corajosas, de persistência, e a organização de ações coletivas em busca daquilo o que almejam. As ações coletivas indicam a existência de uma cultura política sendo fortalecida no Movimento. Em outras palavras, há um cuidado e preocupação na discussão de temas centrais na vida das pessoas que ali se encontram, como, por exemplo, a questão do acesso aos direitos, da atuação política como possível mecanismo de conquista destes, como também, a discussão sobre aspectos que circundam a vida social do segmento, etc. Tais temáticas colaboram para o processo de conscientização dos atores envolvidos, conforme afirma Gohn (2012):

A consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta, leva concomitantemente à organização do grupo. Este processo não se dá espontaneamente e dele participam vários agentes (p. 22).

Esta consciência a qual Maria da Glória Gohn faz menção refere-se à identificação de um ideal comum ao grupo e organização de táticas e estratégias para a obtenção do bem por ser um direito social. As discussões desenvolvidas nos Encontros de Formação Política apresentam um caráter questionador, problematizador e provocativo, com metas e objetivos a serem trabalhados, representando assim, mais que um momento de conversa e controvérsias: são, sobretudo, momentos formativos, de organização política e de sociabilidade. A aprendizagem de práticas de convivência, do respeito ao próximo, da argumentação, assim como a oportunidade de ouvir e ser ouvido, possibilitam o resgate de uma autoestima perdida pela invisibilidade das suas condições. Ser ouvido nas reuniões e assumir o papel de porta voz do grupo, em dado momento, produz ares de esperança nessas pessoas, esperança em si e no grupo. Por isso, os EFPs podem ser vistos como momentos preciosos para fortalecer vínculos e quebrar estigmas do grupo sobre ele mesmo, e das pessoas que se aproximam para conhecer mais sobre as pessoas em situação de rua e suas especificidades.

Levando em consideração as discussões realizadas acima, sobre o que consiste os EFPs, bem como o perfil do público participante e as perspectivas deste com relação ao referido momento, seguiremos na subseção 4.1 deste capítulo, com algumas análises acerca da primeira categoria de discussão identificada durante os Encontros: a liderança e representatividade do MNPR/RN. As ponderações a seguir foram feitas com base nas informações registradas em diário de campo, e a partir do que foi revelado também nas entrevistas.

4.1 Categoria 1 - Um é pouco, dois é bom, três é demais: questões sobre a liderança

“Se faz necessário a “união dos diferentes” para empoderar-se na luta contra os antagonicos” (Freire, 1994).

Durante a análise dos registros feitos em diário de campo, percebeu-se que ao longo de doze EFPs presenciados pela pesquisadora, a discussão e os questionamentos acerca da função da liderança e dos atores que se encontram à frente da representação do Movimento eram frequentes. Sendo assim, optou-se pela análise mais aprofundada desta questão, a fim de compreender quais os fundamentos que sustentam os discursos estabelecidos, e ainda como são trabalhados estes questionamentos nos Encontros.

Os registros em diário de campo revelaram que em vários EFPs o grupo apresentava críticas com relação à liderança do Movimento. A partir de algumas falas foi possível constatar que a gestão do MNPR/RN, durante o período em que foi realizado a presente pesquisa, passa por momentos instáveis e de pouca credibilidade com o grupo. Como mencionado anteriormente (na seção 3.3), o coordenador estadual do MNPR/RN foi escolhido em 2012, através de uma votação democrática e assume tal função até hoje (2017), sendo o porta-voz principal das demandas do Movimento em espaços políticos da cidade e em outros estados. A princípio, no ano de fundação do Movimento no RN, a ideia inicial era de se estabelecer ao menos uma liderança capaz de representar o segmento e, posteriormente, constituir um grupo maior para a organização da luta política das pessoas em situação de rua no estado. Por isso, a liderança do MNPR/RN ficou concentrada em apenas uma pessoa. No entanto, passados cinco anos do ocorrido, nenhuma outra representação foi estabelecida, e não houveram novas eleições, apesar de o grupo “gritar” por novos representantes. A questão é que, como analisado, alguns integrantes do

movimento não se sentem representados pela coordenação geral, e desacreditam da força deliberativa das ações do Movimento por não trazer, na perspectiva destes, propostas efetivas e práticas de mudanças. Podemos constatar tal posicionamento a partir da seguinte fala: "Eu acho que é assim, a pessoa faz amizade com fulano e aí consegue coisas, vira líder, mas quando a gente vai questionar esse negócio de liderança na reunião é só para dar problema" (Pronunciante III³⁴, 2016).

O pronunciamento acima foi realizado numa semana seguinte ao Encontro Nacional da População em Situação de Rua ocorrido em Minas Gerais. Nesta ocasião, foram mobilizadas cerca de 15 pessoas vinculadas ao MNPR/RN para a participação no evento. Dentre elas, sete pessoas já estiveram ou ainda estavam em condição de rua e o restante do grupo era composto por pesquisadores e apoiadores. Na semana anterior a este evento, foi acordado com o grupo que não haveria Encontro na semana seguinte, com a justificativa de que grande parte dos integrantes não estariam presentes. Contudo, mantiveram a reunião para a sexta-feira, posterior ao Seminário.

Feita a devida contextualização, o pronunciamento acima foi registrado na semana posterior ao Seminário supracitado conforme dito. Estava previsto acontecer neste dia o repasse de informações sobre o evento e os encaminhamentos delimitados para a mobilização, caso fosse necessário, do núcleo RN do Movimento em alguma questão discutida em nível de representatividade nacional da organização. No entanto, o EFP's deste dia foi cancelado sem aviso prévio. A pesquisadora chegou ao local da reunião e deparou-se, juntamente, com outras cinco pessoas, com a porta da sala trancada. Este foi o motivo pelo qual se deu início a uma série de contestações, por parte dos que estavam presentes,

³⁴ Relato registrado em diário de campo durante um EFP realizado em agosto de 2016. Trata-se do pronunciamento de um homem jovem em situação de rua, frequentador assíduo dos Encontros e integrante do MNPR/RN há três anos.

sobre a desarticulação do grupo. As principais críticas feitas nesta situação referiam-se às falhas no repasse de informações importantes para o grupo, sobre a ausência do líder nos momentos de formação política e nos aparelhos sócio assistenciais (onde se encontram parte expressiva do segmento), além dos malefícios de se estabelecer uma centralidade do protagonismo militante do MNPR/RN em uma única pessoa.

A análise que se faz a respeito do pronunciamento supracitado e dos demais questionamentos registrados em diário de campo neste dia, aponta que quando a representação de um movimento social centra-se em um único sujeito, as possibilidades de haver descontentamentos e desarmonia do grupo, tornam-se cada vez mais possíveis de acontecer. Segundo Boudon & Bourricaud (1993), a existência de um grupo latente não implica por si só que este grupo comporte-se de forma organizada diante de uma situação-problema, é necessário que o grupo acredite no movimento para que assim contribua nas ações deliberativas da organização. Nesse sentido, a função do líder é primordial, engajando e incentivando a participação de todos no processo de organização do movimento, este ator exerce relativo poder sobre o grupo, no entanto, como aponta Bobbio (1992), poder não é posse, é, antes de tudo, uma relação entre pessoas.

Além disso, as desvantagens se apresentam também no âmbito da própria administração de demandas decorrentes do Movimento. É difícil para este único representante dar conta de todos os compromissos da vida política, e ainda estar presente em outros espaços como antes fazia. Sendo assim, sobre ele recaem julgamentos e cobranças constantes por parte do grupo. Analisa-se que outro risco na centralidade da liderança é a possibilidade de personificação do movimento. Tal qual Jasper (2016) expõe, “a ação humana é cheia de dilemas e ajustes, de modo que estamos o tempo todo conciliando muitos objetivos e pontos de vista diferentes” (p.218). Portanto, uma vez que há uma única representatividade no Movimento, corre-se o risco de que ela não seja capaz de representar

o pensamento coletivo com eficiência, e seus discursos propendam a fragilidade e fluidez. Essas e outras questões, interferem diretamente na popularidade que uma liderança pode desempenhar no movimento social. São esperadas, dessa representação, características fortes, e os erros são praticamente inaceitáveis. Learbach (2012), acredita que o líder desempenha importantes papéis no movimento, seja atuando enquanto administrador, mobilizador, inspirador, coordenador, representante ou estrategista político.

Uma vez que o problema em questão foi identificado pelo grupo, dispuseram parte do tempo dos EFP's para pensar coletivamente possíveis caminhos para a descentralização dos processos decisórios do Movimento. Assim sendo, foram escolhidos (em 2017) outros dois coordenadores de base para o MNPR/RN. Estes coordenadores assumem a função de escuta e mediação do grupo, principalmente nos momentos em que o coordenador geral não se encontra na cidade em função de compromissos políticos do MNPR/RN em outros estados. Foram escolhidos um homem e uma mulher para assumirem o papel de coordenadores de base, escolha esta que foi aprovada e reconhecida pelo grupo como legítima. Desde então, esforços têm sido feitos para que os repasses de informações sejam atualizados a cada encontro, e para que haja mais divulgação do MNPR/RN nas ruas e nos aparelhos sócio assistenciais, como reivindicado pelo grupo anteriormente.

Uma iniciativa pensada em um dos EFPs, nesta nova conjuntura, foi a criação de “células de debate”. Essa ideia surgiu a partir do interesse por mais divulgação e repasses internos das informações no que concerne às articulações do MNPR/RN e sua atuação em Brasília, bem como de temáticas pensadas pelo grupo que são ainda pouco exploradas no Encontros. A partir disso, foi pensando, então, a criação de seis “células de debate” com o objetivo de proporcionar ao grupo o diálogo sobre temas e questões escolhidas a partir do interesse coletivo. Os temas delimitados para cada célula foram definidos através de votação

e sugestão coletiva. Dito isso, as temáticas escolhidas foram: saúde; serviço social; habitação; eventos/divulgação; economia solidária (trabalho e renda); educação popular.

Para a mediação e planejamento da abordagem temática definida para cada célula, foram escolhidas ao menos duas pessoas responsáveis pelos processos de organização. Dentre os critérios estabelecidos para a escolha destas pessoas, delimitou-se que uma delas tivesse familiaridade com a temática, ou ao menos comprometimento na busca de informações a respeito dela, para que pudessem ser posteriormente compartilhadas com o grupo. Ao final deste processo, cada célula foi composta por uma pessoa em situação de rua, ou que já esteve nesta condição, e um(a) pesquisador(a) ou apoiador – todos membros frequentes dos Encontros de Formação Política. Tal deliberação é um exemplo do princípio básico que fundamenta este Movimento, o da democratização das ações, buscando prezar a participação de todos nos processos de organização do movimento e participação coletiva no desenvolvimento das atividades propostas.

Processos decisórios definidos de forma democrática, ainda que presumam maiores chances de execução, podem não ser operacionalizados conforme o planejado – foi o que aconteceu com a proposta das “células de debate”. A proposição, embora aceita por todos e criada sob um clima de entusiasmo e incisivas falas de comprometimento com relação ao desenvolvimento das mesmas, não foi adiante. Tal proposta foi discutida ao longo de dois EFPs/MNPR. No primeiro, a ideia foi proposta e o grupo parou para pensar quais seriam os temas priorizados para a discussão em cada uma delas. No segundo, a definição dos temas foi novamente discutida, pois não haviam registros dos que haviam sido propostos no encontro anterior. Por isso, a escolha dos temas geradores para cada célula fora alterada no segundo Encontro. E, por fim, determinados pelo grupo neste mesmo dia, também foram definidos, neste dia, os responsáveis por cada célula, de acordo com os critérios preestabelecidos anteriormente. Vale ressaltar que o processo descrito estava sendo mediado

pelos coordenadores de base do Movimento e professores da Universidade, que se dispuseram a auxiliar na execução de algumas células. Levando em consideração tudo o que foi dito, a pergunta que se faz é “E por que não deu certo?”. E para respondê-la, é preciso dar um passo atrás.

A seleção dos coordenadores de base do Movimento surgiu em decorrência das queixas sobre a ausência da liderança, dentre outros aspectos, como mencionado anteriormente. Pois bem, uma vez elencados novos representantes, esperava-se que o grupo conseguisse se organizar melhor, planejar e executar ações que não necessariamente devessem ser pensadas apenas quando o líder retornasse dos compromissos externos. Foi dada, então, uma autonomia administrativa – embora relativa – ao grupo. É interpretada como relativa porque considera-se que não basta haver uma redistribuição de tarefas e funções no movimento social para que o grupo seja considerado administrativamente autônomo.

Mediante o exposto, pode-se dizer que faltou aos coordenadores de base, e não somente a eles, mas também às outras pessoas que se colocam à frente da condução das atividades dos EFPs, noções básicas de coordenação. Sucintamente, destaco dois fatores que podem ter colaborado para a não efetivação das células de debate, conforme planejado: a má administração do tempo dos EFPs; e a ausência de planejamento acerca das pautas de discussão previstas para cada Encontro. Levando em consideração que os EFPs são realizados uma vez por semana (com duração média de 3-4 horas, cada um), sabe-se que o intervalo de tempo entre uma reunião e outra torna-se consideravelmente longo – principalmente quando há a necessidade de se pensar e planejar alguma atividade com mais sistematização. No geral, o que ocorre é que as sugestões acatadas em um Encontro são esquecidas ao longo da semana, e não há outros espaços para a reunião do grupo durante a

semana. Sendo assim, o intervalo de tempo entre um encontro e outro torna-se muito longo para o planejamento e a efetivação de ações práticas.

A má administração do tempo dos EFPs abrange aspectos referentes aos atrasos no horário de início dos encontros, aos pronunciamentos prolongados e, muitas vezes, com poder de fala concentrado em apenas 3 ou 4 pessoas, a não prioridade de discussão e execução de tarefas mais relevantes ao grupo do que conversas circunstanciais, etc. Por outro lado, a ausência de um planejamento sobre a pauta de discussões pretendidas a cada encontro, leva a uma sistematização de temáticas aleatórias. Além disso, não há continuidade e finalização de pautas anteriores pois, a cada encontro, uma nova demanda surge, novos assuntos vão conduzindo os EFPs até que se encerre o tempo e nada seja, de fato, concluído. Aprender a administrar o tempo de modo eficaz seria fundamental para estabelecer uma rotina mais produtiva e tranquila ao grupo. Isso evitaria a exaustão física e mental dos participantes, além de tornar os momentos de encontro mais produtivos. O costume de deixar para realizar as pautas do Encontro no mesmo dia é prejudicial ao rendimento e avanço do grupo em seus trabalhos. É necessário criar uma rotina de organização e condução dos Encontros baseado em pautas semiestruturadas.

Diante disso, o papel desempenhado por cada participante nos EFPs, é de extrema importância e incide diretamente no contexto organizativo das reuniões. Além disso, a função exercida pelo coordenador geral e pelos coordenadores de base do Movimento não é apenas importante, mas imprescindível para a condução do grupo. Acredita-se que a atuação dos líderes afeta não só a emergência, mas também a dinâmica e os resultados dos movimentos sociais, pois além de atuar dentro do movimento (mobilizando e inspirando), o líder ainda atua externamente como articulador, ligando o movimento à sociedade.

As considerações realizadas nesta subseção buscaram contemplar as análises referentes a categoria de dados acerca dos impasses da liderança e a busca por uma representação descentralizada do MNPR/RN. Conclui-se, a partir das análises feitas, que os Encontros de Formação Política atuaram, neste contexto, como espaço provedor da organização coletiva em busca da resolução de problemas internos ao MNPR/RN. A questão da centralidade da coordenação do Movimento em um único ator implica diretamente no potencial de fortalecimento do mesmo, pois age como barreira à própria atuação de outros sujeitos interessados no processo de luta e organização política do grupo, limitando-os a participações eventuais, e pouco significativas. Quando implicados nas ações do movimento social, os sujeitos produzem sentimentos (urgência, esperança, raiva, a ideia de transformação, solidariedade) que atuam como catalisadores da ação coletiva. Por outro lado, quando pouco incentivados e reconhecidos nos processos decisórios do movimento, é possível que os sentimentos (inércia, medo, apatia, dúvida de si mesmo, isolamento) passem a ser pouco produtivos, fazendo com que os sujeitos se afastem e comprometam-se menos com os objetivos da luta.

4.2 Categoria 2 - A Dureza da Vida Violentada: descartáveis urbanos, perigo!

“Eu tô falando é de atenção / Que dá colo ao coração / E faz marmanjo chorar / Se faltar / Um simples sorriso / Ou às vezes um olhar (...) As pessoas se olham / E não se falam / Se esbarram na rua / E se maltratam” (Ainda há tempo – Criolo).

Os diálogos estabelecidos durante os EFPs expunham, frequentemente, relatos sobre experiências de preconceitos e discriminações vivenciados por alguns integrantes do grupo. Eram comuns pronunciamentos sobre violação de direitos, momentos vividos que punham

em risco a própria vida, bem como de intolerâncias praticadas por pessoas que atuam nos serviços de atendimento público; ou até mesmo de agentes de segurança pública que fazem ronda nas ruas, por exemplo. Nesta subseção serão apresentadas as análises referentes à categoria de dados sobre o tema *violação de direitos/preconceito*. Tal qual foi feito anteriormente, o objetivo da presente discussão é expor sobremodo quais as razões contribuíram para o aparecimento desta temática durante os EFPs, quais as demandas surgem no Movimento a partir dela e como foi trabalhada com o grupo durante os Encontros.

Em agosto de 2017, foi veiculado através dos meios de comunicação de massa notícias a respeito do tratamento desprezível que vem sendo dado às pessoas em situação de rua na capital de São Paulo, sob comando de João Doria (PSDB). As notícias divulgavam informações referentes à ação da Equipe Municipal de Segurança Pública do referido estado na Praça da Sé, mais uma vez palco de um novo episódio de barbárie contra essa população. Durante o ocorrido, os agentes lançaram jatos d'água sobre pessoas que dormiam na Praça, em uma das estações mais frias da capital, onde a temperatura estimava 8,6 °C. Além de acordarem as pessoas dessa forma, os agentes públicos também removeram barracas e molharam cobertores e roupas que se encontravam no local, como conta o relato: “Jogaram água logo cedo e voou vapor de água sobre todas as barracas. Estava muito frio! Fizeram a gente desmontar as barracas. Não temos mais paz para ficar aqui. O que eles querem fazer é ocultar a gente da sociedade” (Alyson Almeida³⁵).

O relato acima demonstra como foi impetuosa a intervenção dos agentes sobre o segmento, e o que, na perspectiva de Alyson, esse tipo de atitude significa: o aniquilamento

³⁵ Homem de 20 anos em situação de rua, frequentador da Praça da Sé há quatro anos. Entrevista divulgada pelo jornal eletrônico Folha de S. Paulo. Acesso em 22 de agosto de 2017, através do sítio eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1902707-com-frio-recorde-moradores-de-rua-reclamam-de-jato-de-agua-sob-doria.shtml>.

das pessoas em situação de rua na cidade. Ações como essa, protagonizadas por agentes do Estado, como relatada acima, geram reações diversas. Em algumas pessoas, o sentimento de compaixão e injustiça é ressaltado; em outras, legitima e reforça a ideia de que a banalização do segmento é o caminho mais lógico, pois o desprezo e indiferença pelo segmento é algo cometido pelo próprio Estado. A sociedade não reconhece a população em situação de rua de maneira positiva (Silva, 2009), são vistos pela maioria apenas como “mendigos” e pouco aceitos como “pessoas” – muitas vezes associados a uma coisa só, como se dizer “mendigos” fosse o mesmo que se referir a “bandidos”. Tal imaginário social, notadamente inspirado em pressupostos liberais e higienistas, revela o quanto o pensamento da classe dominante prevalece socialmente no julgamento dos menos abastados.

A questão é que nenhum dos termos acima definem o segmento: “mendigos” sobrevivem da mendicância, entretanto, foi exposto anteriormente³⁶ que nem todos pedem dinheiro e vivem disso, pelo contrário, muitos trabalham de maneira informal e tiram daí seu sustento (se é que pode-se tirar algum sustento das práticas como “bicos”). Por outro lado, o termo “bandido” remete à concepção de indivíduos que praticam atividades criminosas, definidas como pessoas “do mal”. Ou seja, os dois termos levam ao imaginário popular de que as pessoas em situação de rua são pouco confiáveis e, por isso, não são dignas de compaixão e respeito.

Até então, não houveram ações na mesma proporção como a que acontecera em São Paulo, realizadas em Natal/RN. Contudo, o segmento no RN também sofre represália por parte de agentes do estado, ainda que de outras formas, como expõe o relato: "Quero sair da rua porque está cada vez mais perigoso. Perdi meus pertences fugindo de um homem

³⁶ Seção 2.2.

agressivo que me perseguiu na rua. Quando encontrei um policial, fui maltratado e desprezado. Sofremos assédio de quem esperamos proteção" (Pronunciante IV³⁷, 2017).

A fala acima mostra que, em certas situações, recorrer a agentes de segurança pública nem sempre quer dizer encontrar, de fato, segurança; principalmente quando o pedido de ajuda vem de grupos menos favorecidos. A imagem que emerge é a de pessoas em situação de rua vítimas de níveis elevados de violência, que são também excluídas dos sistemas de proteção legal e policial que poderiam possivelmente oferecer alguma assistência. Este desserviço põe abaixo princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988 em seus artigos 3º e 5º, que determinam:

Artigo 3º – inciso IV – Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Artigo 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a todos, inviolabilidade de direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Brasil, 1988).

O despreparo no atendimento e tratamento oferecido ao segmento é nítido, seja por parte dos profissionais que atuam nas ruas, seja pela sociedade civil ou nos aparelhos de atendimento público. O grupo social pesquisado neste estudo é visto como transgressor de uma ordem socialmente estabelecida na organização dos espaços públicos. Neste contexto, o Estado exerce a função reguladora de vigilância e criminalização da população em situação de rua nas áreas públicas, estigmatizando o segmento. Deste modo, pode-se questionar como este mesmo Estado que criminaliza, estigmatiza e promove a morte social e biológica do

³⁷ Relato registrado em diário de campo durante o Seminário LGBT da População em Situação de Rua ocorrido em junho de 2016.

grupo alvo desta pesquisa, poderá intervir a fim de garantir direitos e condições mínimas de dignidade para a população em situação de rua.

Feitas as considerações acima, a temática discutida nesta categoria surgiu nos EFPs, a partir dos relatos realizados pelos participantes, que ao discorrer sobre suas experiências de violação de direitos e preconceitos, foram imediatamente se identificando com as situações vivenciadas pelos parceiros de militância e, assim, compartilhando as mesmas ideias, as mesmas insatisfações e desejos de mudança. O sentimento de angústia e descontentamento é o que, neste caso, une e move o grupo a pensar estratégias de enfrentamentos a esse e outros tipos de situações. É a partir deste tipo de identificação coletiva que o grupo procura se mobilizar, pois não se trata de um problema individual, é um problema da sociedade, da vida social.

Neste sentido, apoiadores, pesquisadores e militantes presentes nos EFPs intervêm sobre os diálogos em torno da temática na tentativa de explorar o sentimento coletivo sobre esta questão específica, e torná-la motivo de encorajamento para o segmento e fortalecer sua atuação política através do Movimento, valorizando suas capacidades de organização da participação popular contra as injustiças e desrespeito ao grupo.

Os Encontros de Formação Política permitem também que o segmento desfrute de um determinado tempo para planejar possíveis articulações de aproximação com atores que, eventualmente, se opõem ao segmento; como é o caso dos servidores públicos dos equipamentos socioassistenciais (Albergue e Centro Pop) que prestam serviços à PSR. Esta aproximação foi pensada como tentativa de redução dos desentendimentos e preconceitos existentes entre os dois grupos (PSR e servidores), um com relação ao outro. Pois, o que se pôde analisar nos discursos é que a relação entre ambos não se dá de maneira harmoniosa, logo, tratam-se de relacionamentos superficiais e petrificados. Não há, nas instituições de

atendimento à PSR, iniciativas de aproximação entre o grupo atendido e a equipe de profissionais atuantes, tampouco essa aproximação parece ser algo desejado pela maioria. Por isso, a relação existente entre estes sujeitos é, em grande parte, marcada por uma hostilidade mútua.

Como forma de ressignificar tais relações, foram pensados, nos EFPs, meios de aproximação entre os dois grupos. Desta forma, cerca de quatro pessoas vinculadas ao Movimento – dentre elas pesquisadores, militantes e coordenadores – se organizaram para a divulgação dos EFPs no Albergue e no Centro Pop, não apenas para as pessoas que compõem o segmento, mas sobretudo para os profissionais que atuam nos Serviços. O convite visava, como dito anteriormente, a aproximação entre os grupos por meio do diálogo e a apresentação dos sujeitos presentes como todos pertencentes a um único grupo – o grupo da formação política. Esta configuração foi essencial para quebrar, de início, as hierarquizações tão presentes na relação entre o segmento e servidores dentro dos equipamentos sócio assistenciais. Em três EFPs, foi registrado em diário de campo a participação da diretora do Centro Pop e de outros servidores nas reuniões. Durante os dias em que estes sujeitos estiveram presentes, priorizou-se as discussões sobre o atendimento da PSR nos serviços. Diante disso, foram feitos esclarecimentos acerca de situações específicas e propostas de mudanças acatadas pela diretora a serem implementadas no Centro Pop.

Concomitantemente às estratégias de aproximação com a equipe de profissionais dos serviços sociais voltados para a PSR, os EFPs também abrem espaço para a organização do grupo em prol da erradicação do preconceito direcionado ao segmento em outros âmbitos. Os relatos que evidenciam as violações de direitos sofridas pelo grupo não servem apenas para compartilhar o sentimento de desventura com relação a vida, e sim, pensar em como podemos utilizar tais experiências como instrumento de denúncia. Nesta perspectiva,

eventos públicos protagonizados pelo MNPR/RN são idealizados nos EFPs, e os debates pretendidos são externados através de Seminários, Congressos e atos públicos, a fim de promover a sensibilização da sociedade civil e de autoridades públicas às pautas de reivindicação do Movimento.

Outras propostas do grupo surgiram nos EFPs em defesa da supressão de acometimentos à população em situação de rua. A exemplo disso, foi proposta a criação de uma carteira de identificação própria dos militantes do MNPR/RN, pois parte do grupo acreditava que, ao portar tal documento e poder apresentá-lo em momentos de risco – lê-se abordagens policiais –, daria a eles maior credibilidade com relação à outras pessoas que também ocupam as ruas como espaço de sobrevivência, mas que apresentam atitudes suspeitas. Os critérios para a aquisição desta carteira de identidade eram claros: PSR que participam do MNPR/RN há um determinado tempo e pessoas que não praticavam furtos ou executavam outros atos infracionais. O que está por trás do perfil estabelecido é a reprodução da estigmatização do segmento pelo próprio segmento. Há, na sugestão de criação da carteira de militância, propósitos implicitamente preconceituosos. A análise que se faz a respeito disso é a existência de dois perfis reconhecidos pelo grupo: o “militante” e o “marginal militante”. Ao primeiro perfil, cabe o direito à dignidade, à proteção a vida e demais garantias. Ao segundo, se legitima a necessidade de punição, de julgamento e de exclusão deste com relação aos demais do grupo e com relação ao próprio Movimento, já que a este não seria concedido o direito de aquisição da carteira de vínculo.

As considerações feitas buscaram analisar os discursos estabelecidos nos EFPs e os encaminhamentos que o grupo delimita com relação às questões que surgiram. Pôde-se perceber que alguns pronunciamentos geram ações mais práticas, como no caso da aproximação com os profissionais atuantes nos aparelhos sócio assistenciais e da divulgação do Movimento através de atuações públicas, visando adquirir visibilidade ao segmento.

Contudo, outras propostas necessitam de análises mais críticas antes da deliberação de quaisquer ações práticas, pois o Movimento, enquanto representação de um setor popular e marginalizado da sociedade, deve-se policiar para que não sejam reproduzidos pelo grupo atitudes preconceituosas, ainda que sem intencionalidade.

4.3 Categoria 3 - Equipamentos sócio assistenciais: omissão e violências do Estado

"Éramos para ser unidade / Um só, um todo / Uma máquina perfeita / Cada um na sua função, um corpo / Mas não / 'Tamo' tudo dividido e alheio ao outro"
(Música: Cypher Iluminai – Nocturno, Jxf, Majimba e Ujó).

Muito embora parte das pessoas que se encontram em situação de rua em Natal/RN consiga dormir em abrigos, ou apresentem algum tipo de alojamento temporário, a maioria caracteriza-se por aqueles que dormem nas ruas, e, por isso, encontram-se muitas vezes em perigo. Esta subseção leva em consideração as declarações registradas em diário de campo que surgiram em torno do trabalho prestado pelo Albergue Municipal de Natal e Centro Pop, os únicos aparelhos de atendimento sócio assistenciais voltados para as pessoas em situação de rua do município de Natal/RN.

O Albergue Municipal José Augusto da Costa, sob coordenação da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), foi inaugurado em 2011 e destina-se ao atendimento de pessoas em situação de rua com faixa etária entre 18 a 60 anos. Estima-se que a instituição realize o acolhimento anual de 1.600 pessoas, uma média de 59 por dia. Esta unidade de acolhimento apresenta capacidade máxima de 58 vagas, sendo 46 (quarenta e seis) para usuários do sexo masculino, 08 (oito) destinadas às usuárias do sexo feminino

e 04 (quatro) para pessoas com deficiência. No Regimento Interno do serviço, alguns critérios são estabelecidos:

Art. 4º - São critérios para o acesso do usuário à Unidade de Acolhimento: I- Existência de vagas; II- Ter 18 anos ou mais; III- Ter menos de 60 anos; IV- Ser morador de rua e/ou estar em situação de rua; V- Apresentar qualquer documento de identificação com foto, ou respectivo Boletim de Ocorrência, atestando a perda de documentação. VI- Não ser foragido da polícia; VII- Não estar alcoolizado e/ou sob efeito de drogas ilícitas; VIII- Não estar em surto psiquiátrico e/ou apresentar comportamento de risco pessoal a outrem; IX- Não portar armas de qualquer natureza; X- Respeitar as normas internas do Serviço (Natal, 2016).

Notoriamente, há uma série de critérios pré-estabelecidos que dificultam o acesso das pessoas em situação de rua ao serviço, considerando que certos aspectos são comuns ao segmento, como a não obtenção de documentos e estar sob efeito de drogas. A respeito disso, alguns discursos registrados em diário de campo surgiram durante os EFPs, como o seguinte: "Se você bebe, não pode dormir guardado, tem que ir para a rua correndo risco de vida, só porque tá com bafo de cachaça" (Pronunciante V³⁸, 2017).

Pronunciante V é usuário do Albergue Municipal e diz que já foi impedido de acessar o serviço algumas vezes por estar sob efeito de álcool. No entanto, argumenta que para ele é difícil passar o dia na rua e não beber, demonstrando sua condição de dependência. A situação do Pronunciante V é comum a muitos outros usuários, cabe pensarmos até que ponto o equipamento de assistência leva em consideração as particularidades do público alvo de atendimento, e a quem está, de fato, servindo. Segundo relatos, a hostilidade é algo

³⁸ Relato registrado em diário de campo durante um EFP em junho de 2017.

rotineiro no atendimento da equipe do Albergue aos usuários. Assim, o estigma enfrentado na sociedade é reproduzido nas instituições de atendimento público. O relato a seguir revela o pensamento de um servidor público do Albergue sobre o segmento: "Se eles não aprenderam o que é educação, essas coisas, na rua, que eles possam aprender com os funcionários (...). Nós não podemos mudar as regras da unidade do dia para a noite, seguimos o que está no Regimento Interno" (Pronunciante VI³⁹).

A análise que se faz a respeito do relato acima mostra que a restrição de acesso ao serviço em virtude dos critérios impostos pela Instituição é interpretada como ferramenta de correção e moralização desses sujeitos. Tal percepção mostra que o serviço público, quando destinado aos setores populares, é menos reconhecido como prestação de serviço e mais interpretado como oferta de favor. Nesta perspectiva, a qualidade do atendimento público é depreciada, e o segmento, na ausência de conhecimento a respeito dos seus direitos, se submete a situações violadoras a não objeção de critérios insultuosos.

Com relação ao outro equipamento sócio assistencial para o segmento em Natal/RN, apresenta-se o Centro Pop. Este equipamento se destina à prestação de serviços para a população em situação de rua de segunda à sexta-feira, durante o turno da manhã/tarde, das 8h às 18h. Também vinculado à Semtas, funciona em articulação com o Albergue Municipal e apresenta capacidade para atender 40 pessoas por dia com faixa etária entre 18 a 60 anos. Além disso, oferece os serviços de orientação jurídica, psicológica, social e garantia de direitos. Através do Centro Pop são feitos encaminhamentos para tratamento contra drogas nos Centros de Atendimento Psicossocial da Prefeitura (quando o usuário está de acordo), tentativas de aproximação/contato dos usuários com suas famílias e indicações para postos de

³⁹ Relato de um servidor público atuante no Albergue Municipal, registrado em diário de campo durante o I Seminário da População em situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis realizado em junho de 2017.

trabalho/emprego. Embora o equipamento apresente, em sua finalidade, todos os objetivos mencionados, alguns usuários relatam que preencheram os documentos necessários e passaram pela triagem do serviço, mas nunca receberam um retorno da equipe com relação as proposições feitas em relatório.

Tal qual o Albergue, o Centro Pop também é alvo de alguns pronunciamentos que revelam a austeridade vivenciada pelos usuários no atendimento prestado. O relato abaixo ocorreu durante a realização do I Seminário da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis⁴⁰, no momento em que foi aberto o debate para o público presente a respeito do que foi discutido em uma mesa redonda que acabara de ser ministrada. O relato diz:

Fui acompanhado por uma funcionária até o lado de fora e vi ela fechar o portão na minha cara porque eu estava bêbado, mas não tava alterado (...). Tem que capacitar esse povo que trabalha com a gente. Eu queria que eles (os funcionários), orientassem a gente, ensinasse a gente a lutar pelos nossos direitos. Se a gente não se unir vão ficar todos feito doido e a gente rodando que nem pião no meio (Pronunciante VII⁴¹, 2017).

O relato acima conta, detalhadamente, uma situação de constrangimento vivenciada pelo usuário do Centro Pop, e a intervenção de um dos servidores do serviço que lhe foi dada ao constatar-se que o usuário estava alcoolizado. Em contrapartida ao pronunciamento de Sereno, uma funcionária do Centro Pop rebateu, em seguida, dizendo:

⁴⁰ Subseção 3.4.2, letra “f”.

⁴¹ Relato de um homem adulto em situação de rua usuário do serviço disponibilizado pelo Albergue Municipal e Centro Pop. Pronunciamento registrado em diário de campo durante o I Seminário da População em situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis realizado em junho de 2017.

Estamos aqui para tornar o serviço mais acolhedor, diante do que temos hoje, dentro do que é possível. A capacitação dos funcionários é fundamental, obviamente, as vezes temos uma postura equivocada por parte dos funcionários, como também temos das pessoas da Secretaria (SEMTAS), mas só apontar o erro não ajuda (Pronunciante VIII⁴², 2017).

A resposta da funcionária explicita o clima de tensão que existe entre usuários e servidores. Há, frequentemente, um enfrentamento tênue, uma posição de autodefesa vindo tanto por parte da equipe da SEMTAS, quanto da população em situação de rua que frequenta os equipamentos (Albergue e Centro Pop). Tais posicionamentos por parte dos funcionários intimidam e reforçam o poder implícito de um grupo em detrimento do outro nessa relação. A posição de superioridade dos agentes públicos do equipamento reflete nos usuários uma autoimagem marcada pela dependência e pela desvalorização de suas condições sociais, e comprometem, portanto, não apenas a qualidade no atendimento, como também a funcionalidade fim da Instituição.

A partir das considerações acima, conclui-se que independentemente das razões pelas quais as pessoas vivem na rua, dar-lhes um lugar para morar que ofereça um mínimo de privacidade e estabilidade é geralmente a coisa mais importante que se pode fazer para melhorar as suas vidas (Jencks, 1995). No entanto, a solução do problema não se resume apenas à oferta de tijolos e argamassa. Há de se considerar a necessidade do acesso ao trabalho, e ir mais longe para enfrentar os efeitos da fragmentação da família, da violência e dos abusos, do consumo de drogas e do alcoolismo, e da depressão. É necessária uma

⁴² Relato de uma funcionária atuante na SEMTAS, registrado em diário de campo durante o I Seminário da População em situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis realizado em junho de 2017.

abordagem a longo prazo, incluindo aconselhamento, serviços de mediação, formação para o trabalho, retorno à educação, dentre outras medidas.

4.4 Categoria 4 - Ser mulher nas ruas

“Eu quero a minha filha comigo lado a lado /Sem juiz e sem papel sem intervenção do Estado / Eu quero o meu direito, direito maternal / De amar e educar não por posse material” (O que eu quero – Cablocas Mc’s⁴³)

A partir da análise do diário de campo, percebeu-se que em certos Encontros de Formação Política, bem como em eventos promovidos pelo MNPR/RN, os diálogos sobre a questão do ser mulher nas ruas vêm se destacando pouco a pouco. Há, no grupo, quatro mulheres em situação de rua que frequentam assiduamente os Encontros; duas delas são mães e relatam, eventualmente, suas perspectivas da maternidade na condição de rua. Esta subseção busca analisar os discursos estabelecidos nos momentos supracitados e pensar, a partir disso, a funcionalidade dos EFPs mediante as situações em que emergem tais discursos.

Pesquisas mostram que o percentual de mulheres em condição de rua é majoritariamente menor do que o de homens. Como alguns determinantes apresentados para a explicação deste aspecto está, segundo Silva (2009), a relevância de fatores culturais socialmente estabelecidos na compreensão do papel que homens e mulheres desempenham. Ao homem foi atribuído o papel de provedor e chefe da família. Assim sendo, a eles são direcionadas as tarefas de auto sustento e inserção no mercado de trabalho, mas nem sempre

⁴³ Dupla feminina de rappers potiguar, criada em 2012. As Caboclas MC`s foram indicadas como um dos destaques do Hip-Hop no Prêmio Hangar 2013 e 2014, principal premiação musical do Nordeste.

conseguem. Assim, diante da impossibilidade de cumprir tais tarefas, esses caminhos podem conduzi-los às ruas mais facilmente. Por outro lado, às mulheres lhes foi atribuído o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, o que implica na baixa inserção no mercado de trabalho e, muitas vezes, na opressão sexual.

A mulher de rua é minoria, se comparada à população masculina. Pode-se explicar porque, histórica e culturalmente, a mulher sempre desempenhou o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, ou seja, sempre ou quase sempre, limitada a um espaço físico e social da casa, onde procria e por isso deve viver. Submissa no ambiente doméstico, tem tratamento desigual nas relações de trabalho, o que parece se repetir também na rua que é um espaço público (Tiene, 2004, p. 19).

A citação da autora acima mostra que a sujeição da mulher, em detrimento da autoridade masculina, não é algo reproduzido apenas entre quatro paredes, está além de uma questão intrafamiliar. Mulheres em situação de rua também são vítimas do patriarcado estabelecido socialmente, vivenciando a opressão feminina tanto quanto, e arrisco afirmar que até mais, do que qualquer outra mulher na sociedade. A citação acima afirma que o papel que as mulheres desempenham em casa é reproduzido também nas ruas, talvez em proporções maiores do ponto de vista da sujeição. O machismo latente em nossa sociedade legitima a sobreposição do homem à mulher, reproduz atitudes repressoras e julgamentos do que é ou não é aceitável ao ideário feminino respeitável. O próximo relato explica o tipo de situações as quais estão expostas as mulheres que vivem nas ruas:

Passamos por muitas situações vexatórias na rua. Temos casos na população de rua que as mulheres são perseguidas, não temos uma roupa legal para estar andando e

porque a gente, às vezes, passa na rua e as pessoas acham que somos só um pedaço de carne (Pronunciante I⁴⁴, 2017).

O relato acima traz à tona outro aspecto delicado em torno do ser mulher, e de como a sociedade a julga segundo seu comportamento e, até mesmo, seu modo de vestir. Geralmente, mulheres com roupas mais curtas tendem a passar um recado diferente para a sociedade do que aquelas que usam uma burca, por exemplo. Na verdade, a mensagem em si é a mesma: uma mulher vestida com roupa curta; uma mulher de burca; ou, por que não, apenas uma mulher. No entanto, a depender do que esteja usando, à mulher é sempre feito um comentário baseado em juízo de valor, diferentemente do que ocorre com os homens. Neste contexto, a vestimenta passa a ser um instrumento de pré-julgamento, podendo desencadear na ameaça e na própria negação da dignidade feminina perante a sociedade.

A desigualdade de gênero estrutura outras desigualdades sociais que, por sua vez, afetam campos que parecem não ter ligação nenhuma com o gênero. No entanto, é impossível pensarmos a sociedade e o modo como ela está estruturada sem pensarmos nas relações de poder entre homens e mulheres. A consciência de classe é atingida quando os membros desta classe se tornam capazes de defender seus próprios interesses. Por isso, questionar as contradições de gênero é também contribuir para elevar o nível de consciência de classe.

São muitos os relatos sobre as dificuldades de sobrevivência nas ruas para todos os gêneros, entretanto, ainda mais para as mulheres, especificamente. As necessidades e particularidades do gênero são diferentes. Porém, há ainda uma outra questão que será discutida adiante, sobre o direito a maternidade. Conforme relatos registrados em diário de

⁴⁴ Relato registrado em diário de campo durante o I Seminário da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em junho de 2017.

campo, algumas mulheres ao procurarem um posto de saúde para a realização do parto, são informadas de que a criança não poderá sair do estabelecimento sob a guarda de uma pessoa que não tem moradia e que não oferta as mínimas condições necessárias para proporcionar o bem-estar dela. Por isso, a criança é "automaticamente" tutelada pelo Estado, definitivamente ou provisoriamente. Podemos então questionar, “Não seria, tal procedimento, realmente o melhor para a criança?”.

A crítica que se pode fazer com relação a questionamentos como o exemplificado acima é a de que o problema de pensarmos que privar uma mulher de exercer sua maternidade por todos os motivos apresentados é suficiente para solucionar essa questão. Não considera que este tipo de situação – a da maternidade nas ruas – não se constrói, nem se desconstrói com palavras “sim, você pode criar seu bebê” ou “não, você é incapaz de criar esta criança”. Há de se pensar a solução dos fatores estruturais que produzem o problema. Talvez fosse melhor para a criança ser criada por sua própria mãe (caso seja também esse o desejo da mulher que a gera). Talvez o melhor para a criança fosse que, por mais que sua mãe ou seu pai se encontrem em situação de rua, o Estado não a tirasse dos braços dos seus genitores – mas que fornecesse amparo e segurança, e fizesse valer políticas públicas para famílias em contexto de privação de recursos materiais. Talvez fosse melhor para a criança ter garantido o direito de pertencer à sua família. É certo que nem todas as mulheres em situação de rua que têm seus filhos em hospitais são separadas deles de imediato. No entanto, algumas delas optam por se submeterem ao parto na rua, colocando sua saúde em risco e também a da criança, para não se depararem com a possibilidade de perderem seus filhos após o nascimento, como afirma o relato seguinte:

Algumas mulheres estão preferindo ter seus filhos na rua porque se for pro hospital sabemos que a primeira coisa que vão fazer é separar a mãe do filho. As mulheres em situação de rua também têm o direito de serem mães (Pronunciante I⁴⁵, 2017).

O relato mostra que a situação de vulnerabilidade implica em decisões sérias relacionadas tanto à questão da saúde da mulher e da criança em situação de rua, quanto ao próprio desejo da maternidade. Não há, em Natal/RN, um aparelho de atendimento sócio assistencial voltado exclusivamente para mulheres em situação de rua, sequer para mulheres, nesta condição, que sejam mães. Faltam políticas públicas para essas pessoas (mulheres, homens, público LGBT, crianças, jovens e idosos) e multiplicam-se as ocorrências de violações de direitos sofridas por este segmento.

Diante de tudo o que foi exposto, considera-se que é importante a manifestação de relatos e discussões sobre as questões mencionadas anteriormente nos EFPs, pois tratando-se de um espaço que primazia o pensamento crítico, refletir sobre o patriarcado, sobre a maternidade, sobre as relações de gênero, e o assédio ao corpo feminino é, sobretudo, abrir portas para a construção de um novo posicionamento político. Não é possível pensar vida digna para as mulheres, combate à violência sexual, física e psicológica, direito à maternidade, dentre outras questões, sem pensar em mudança social. Esta última, por sua vez, acontece aos poucos e é conquistada a cada dia, oportunizada em ambientes como o ofertado, no caso desta pesquisa, pelo movimento social. A partir dos diálogos estabelecidos, constata-se que os momentos formativos do Movimento devem estar cada vez mais comprometidos com a construção de um projeto de totalidade, que não enxerga o mundo a

⁴⁵ Relato registrado em diário de campo durante o I Seminário da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em junho de 2017.

partir de visões fragmentárias – pois quando se debate política na sua totalidade, pensamos o como ela irá nos atingir, não apenas individualmente, mas coletivamente.

4.5 Categoria 5 - Para ser alguém na vida: o caráter educativo das formações políticas

“Crianças que estudam para cangaceiro na escola da miséria e da exploração do homem.” (Capitães da Areia, Jorge Amado).

Esta categoria de análise foi construída com base nos discursos provenientes dos Encontros de Formação Política sobre a questão da Educação. Nesse sentido, analisou-se que os EFPs vão se movendo na direção da Educação Popular, ao oportunizar o embate de opiniões e o desenvolvimento da consciência política dos participantes, através da discussão sobre Direitos Humanos, dentre outras temáticas. Freire (2014) afirma que a Educação Popular é, sobretudo, o processo permanente de refletir a militância e, por isso, a prática educativa pode ser interpretada também como prática política. Sendo assim, não cabe reduzi-la apenas à técnicas de procedimentos escolarizantes, deve-se enxergá-la, contudo, como ferramenta facilitadora da compreensão científica, no movimento de superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico.

Nesta perspectiva, a autora Maria da Glória Gohn (2012) explica em quais âmbitos a Educação está presente, e a partir disso, como pode ser trabalhada nos movimentos sociais:

Nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber: a) Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder; b) Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe; c) Da aprendizagem das

diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas; d) Da aprendizagem gerada pelo contato; e) Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. O desconhecimento de grande parte dos “doutores de gabinete” de questões elementares do exercício cotidiano do poder revela os fundamentos desse poder: a defesa de interesses de grupos e camadas” (p. 56).

A citação acima afirma que o ato educativo não está presente apenas na apreensão de conteúdos, como dito anteriormente. Mostra que o ato de educar e o de aprender (processos pedagógicos) estão presentes em práticas cotidianas e são de acesso universal; por isso, devem ser pensados fora da “caixinha” das instituições. Nos movimentos sociais, a educação se externa, portanto, em torno do ser social, da necessidade de se conhecer, de questionar, de pensar e compreender o mundo, agindo sobre ele a fim de transformá-lo e assim transformar-se.

Compreende-se que a educação atua como ferramenta essencial para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, contribuindo para que estes percebam-se como construtores e transformadores da realidade em que vivemos. Além de apresentar-se como uma ferramenta de organização política e luta por direitos, não se pode negar que a educação, quando pensada para o grupo estudado, muitas vezes é diretamente relacionada à necessidade de formação profissional. Obviamente, o conhecimento de técnicas e capacidades profissionais pode permitir a inserção gradativa do segmento no mundo do trabalho e a possibilidade de superação da condição de pobreza. No entanto, a concepção de educação que se analisa como prioridade neste contexto não se direciona apenas à conquista de inserção no mercado de trabalho através da qualificação profissional do segmento. Pois, entende-se que esta inserção, quando conquistada por mérito ou por sorte, contribui para a

manutenção do *status quo* da sociedade, e em nada interfere no cenário estrutural de desemprego. Enquanto alguns adquirem a formação para ocupar determinada posição no mundo do trabalho, haverá nesta lógica tantos outros que, pela própria incapacidade do modo de produção capitalista, continuarão desempregados. Por isso, deve-se priorizar a educação no movimento social, sobretudo como prática de apreensão do conhecimento e pensamento crítico, que capacita os indivíduos a compreender o mundo e a entender as razões e ligações que estão por trás dos fatos, para assim intervir sobre eles.

Tratando-se de um grupo que está às margens da sociedade de mercado, é indiscutível que direitos básicos da vida humana são negligenciados ao segmento da população em situação de rua. Sendo assim, a educação certamente não está na lista de prioridades na vida deste grupo. Porém, isto nega a inexistência do desejo de aquisição do conhecimento por parte de pessoas que se encontram na condição de vida pesquisada. Nas palavras de Freire (1994, p. 49), “paixão, saudade, tristeza, esperança, desejo, sonhos rasgados, mas não desfeitos, ofensas, saberes acumulados nas tramas inúmeras vividas, disponibilidade à vida, temores, receios, dúvidas, vontade de viver e de amar. Esperança, sobretudo”.

Acredita-se que este universo de sentimentos é natural ao ser humano, independentemente da situação em que se encontram. Contudo, tomando como exemplo nosso contexto de pesquisa, é possível e necessário indagar a respeito da real importância que a educação assume na vida de pessoas que tem fome, não de livro e, talvez, não de conhecimento formal; mas sim de comida, que tem saudade, não da escola com suas carteiras alinhadas e um professor detentor do saber pleno ditando ordens, mas sim dos seus vínculos familiares e culturais.

Sabe-se que as necessidades emergenciais são outras, o entanto, estas constatações não devem ser interpretadas como justificativa para não pensar uma prática educacional que

esteja de acordo com os anseios desses sujeitos e que colaborem para o reconhecimento social desse grupo, bem como pela conquista de direitos através de políticas públicas.

Nesse sentido, analisa-se que os Encontros de Formação Política são, novamente, reconhecidos como momentos essenciais para o desenvolvimento do grupo, pois atuando como espaço formativo, propõem a condução das discussões estabelecidas a partir de uma pedagogia anti-método. Ou seja, uma prática pedagógica que rejeita a mecanização da intelectualidade, compreendendo o diálogo como uma forma de práxis social que “exige como condição fundamental para a emancipação humana a recuperação da voz do oprimido” (Freire, 2017, p. 131), mediante a troca de experiências, pela reflexão e ação política.

Muitas são as dimensões e vertentes do fazer educativo que atendem às necessidades básicas da aprendizagem, no entanto, as que privilegiam a vida, o ser humano como sujeito da sua própria história, a construção do conhecimento e a transformação da sociedade, são as que provavelmente contribuirão para uma prática educativa emancipadora e libertadora das classes excluídas. É a partir desses princípios e pressupostos pedagógicos e metodológicos, que a prática social da Educação Popular atua. Neste sentido,

O objetivo da Educação Popular não pode ser apenas fornecer conhecimentos, habilidades, promover os educandos, dar títulos e certificados, mas deve-se orientar para a formação de pessoas plenas, modelar corações fortes, solidários, gerar cidadãos capazes de comprometer-se com o bem comum, conscientes de que a sobrevivência da humanidade passa pela convivência, e que o egoísmo, o individualismo e as agressões à natureza, são formas anunciadas de suicídio. Precisamos atrever-nos a transformar os centros educativos em oficinas de humanismo, e a fornecer títulos de pessoas verdadeiras. A educação não pode ser apenas um meio de ganhar a vida, precisa ser essencialmente um meio de oferecer a

vida aos outros, provocar neles a vontade de viver com sentido e com projeto, com metas e ideias (Esclarín, 2005, pp. 33-34).

A partir da citação acima, entende-se que a educação deve promover não o conformismo e a obediência, mas a liberdade de pensamento e de expressão, o espírito crítico sincero, construtivo e honesto. Nesta perspectiva, Freire (1997) e outros teóricos como Maria da Glória Gohn (2012) e Stela Graciani (2014), reforçam a ideia de que a educação é um campo catalisador de transformações sociais profundas, sendo ela desenvolvida em caráter formal ou informal. A respeito da percepção que os participantes dos EFPs apresentaram ter sobre a temática – educação – destacam-se alguns pronunciamentos, como os seguintes:

Eu queria voltar a estudar, por que eu não sou burro, mas não sei ler aí as portas se fecham. A educação seria uma resposta pra esses preconceitos, se não tivesse funcionando pro fortalecimento desse sistema, e dessa forma de sociedade. Mas eu não tenho como frequentar a escola de novo (Pronunciante IX⁴⁶, 2016).

O pronunciamento acima mostra que há uma ideia preconceituosa acerca das pessoas que apresentam os vínculos escolares interrompidos experimentada por quem fala. O fato de uma pessoa não ter concluído os estudos não quer dizer que ela não obtenha nenhum tipo de desenvolvimento intelectual ao longo da vida. Por isso, mais uma vez se reforça a ideia de que a educação deve ser compreendida como uma ação contínua, que não se encerra nem se limita aos processos pedagógicos escolares formais. Além disso, um outro aspecto analisado a partir do pronunciamento acima refere-se a outro impasse decorrente da concepção de educação como, e somente através de, práticas institucionais formais como a

⁴⁶ Relato registrado em diário de campo durante um EFP em junho de 2016.

restrição de acesso às pessoas que não se encaixam no perfil de aluno “ideal” no retorno aos estudos. O modelo de abordagem educacional baseada no currículo; no material didático; no planejamento; numa aula entre quatro paredes; no conteúdo curricular pré-determinado; dentre outros critérios, não reconhece a heterogeneidade dos aprendizes, contribuindo para o fracasso e evasão escolar. Se tal modelo já se apresenta com grandes possibilidades de fracasso quando ofertado ao público “comum” – aquele que obtém as condições mínimas de sustento para dar continuidade à permanência na escola –, reproduzi-lo nesses moldes para a população em situação de rua é simplesmente inexecutável.

O déficit educacional é uma expressão da pobreza como discutido na seção 2.2⁴⁷ desta pesquisa, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem os processos sociais do segmento, e a educação está inclusa nisso. O pronunciamento a seguir, registrado em diário de campo, revela uma outra opinião acerca deste tema:

A educação deveria funcionar pensando na diversidade. A gente não tem como frequentar a escola, mas eu gostaria muito. E se a escola fosse na rua? (Pronunciante X⁴⁸, 2016).

Analisa-se o pronunciamento acima como uma semente de esperança. “E se a escola fosse na rua?” ... Essa pergunta soa quase como um desejo em voz alta e desafia qualquer educador(a) a pensar nesta possibilidade. É conveniente ter um espaço confortável para se ensinar, no entanto, para se aprender basta estarmos vivos, e por quê não pensar em práticas educativas fora dos muros? Precisamos enxergar nas ruas o potencial pedagógico do espaço,

⁴⁷ Gráfico 3.

⁴⁸ Relato registrado em diário de campo durante um EFP em junho de 2016.

fazer dela um ambiente de prática educativa possível e não vê-la apenas como um espaço de transição, mas como um ambiente propiciador e construtor de aprendizagens.

Nos EFPs, o debate a respeito desta temática lançou algumas propostas por parte do grupo, como por exemplo, a alfabetização dos participantes a partir da colaboração dos pesquisadores presentes. Infelizmente, esta ideia ainda não foi amadurecida pelo grupo a ponto de se iniciar ações práticas a respeito. Acredita-se que ideias como essa, quando compartilhadas coletivamente propiciam, ao menos, a ampliação de percepções acerca das possibilidades de concretização de processos como esse.

Conclui-se que os Encontros se constituem como espaços formativos e também pedagógicos. Neles, são observados processos no qual se exprimem ideias, fatos e opiniões relacionados à dura experiência de viver nas ruas e outras temáticas. Assim, os mediadores destes momentos desempenham a função de educadores, pois as interlocuções estabelecidas têm o caráter de prevenir, aconselhar, informar. Nesse sentido, o educador absorve a heterogeneidade do grupo e, a partir disso, age unindo razão e emoção. Os conteúdos trabalhados durante os EFPs são capazes de intervir em processos de vida que “se cria e recria a partir da constância e permanência da ação educativa prazerosa, refazendo caminhos e descaminhos para se chegar à verdadeira consciência cidadã emancipada almejada” (Graciani, 2014, p. 99).

4.6 Categoria 6 - Os impasses da vida: trabalho, emprego e renda

“Sempre fui sonhador, é isso que me mantém vivo / Quando pivete, meu sonho era ser jogador de futebol, vai vendo/ Mas o sistema limita nossa vida de tal forma/ Que tive que fazer minha escolha, sonhar ou sobreviver” (A vida é um desafio – Racionais).

Analisando-se o diário de campo, constatou-se que a questão do trabalho é um dos assuntos mais proferidos no grupo. Desta forma, essa subseção limita-se a analisar os discursos realizados sobre a temática surgidos durante os EFPs e em alguns eventos promovidos pelo Movimento. Como discutido na sessão 2.2, o trabalho exerce uma grande importância na vida das pessoas em situação de rua, bem dizer, na vida de qualquer pessoa inserida na sociedade tal qual a conhecemos. Entretanto, para o segmento, o trabalho se apresenta, na maioria das vezes, como causa da condição de rua e também como reiteração desta situação, pois a condição de rua limita profundamente as chances de reinsserir-se no mercado de trabalho. Além disso, há uma discussão ainda mais específica com relação à exclusão proposital de parte da população na lógica capitalista, que é a qual Marx (1996) denomina como lumpemproletariado, como discutido anteriormente⁴⁹. Assim, as lutas por direitos relativos ao trabalho estão constantemente em debate no Movimento social, pois são constitutivas da questão social trabalhada neste estudo.

Alguns relatos evidenciam a realização de atividades de capacitação ofertadas pelo equipamento sócio assistencial – Centro Pop –, como, por exemplo, a produção de artesanatos (papel machê, pinturas, reciclagem, etc.). A participação nas atividades ofertadas não é algo obrigatório, além disso, a realização de tais atividades também não é algo

⁴⁹ Capítulo 2, subseção 2.2.

permanente na Instituição, apesar de ser um dos objetivos fundantes do serviço pensado para o segmento. Com relação as referidas atividades, o relato mostra:

Aprender a fazer dobradura, mexer com papel machê.... Quem quer saber disso?! O que interessa para gente é alguma coisa que a gente possa trabalhar, aprender hoje e procurar trabalhar com isso amanhã. Aprender a mexer com eletricidade para fazer “bico”, ser cabeleireiro, sei lá (Pronunciante V⁵⁰, 2016).

A partir do pronunciamento acima, analisa-se que as atividades ofertadas pela Instituição pouco contribuem na perspectiva de um engajamento profissional dos participantes, pois não consistem na obtenção de conhecimentos acerca de uma tarefa que proporcione a estabilidade ou regularidade da função laboral. O relato mostra o caráter emergencial da necessidade de apropriação de um determinado conhecimento que proporcione às pessoas do segmento uma mínima possibilidade de ganho (financeiro). A prioridade é a sobrevivência ou, em outros termos, “o pão de cada dia”. Esse é o desejo da maioria. Nesse sentido, alguns esforços têm sido feitos para possibilitar o ensino de atividades profissionalizantes no serviço que possam contribuir em grau na superação da condição de rua.

Sabe-se que a capacitação profissional não significa superação da condição de rua, ou ao menos conquista de direitos, pois há uma lógica perversa envolvida na ideia de que basta haver qualificação para que se possa adquirir um trabalho. Não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível, ela precisa de um exército industrial de reserva. Nesse sentido, verifica-se que as atividades ofertadas pelo serviço contribuem para a manutenção da pobreza, uma vez que, ao habilitar essas pessoas a trabalharem com

⁵⁰ Relato registrado em diário de campo durante um EFP em agosto de 2016.

atividades informais, as conduzem a ocuparem funções precarizadas nos postos subalternos da sociedade. Salienta-se, ainda, que a capacitação no desempenho de atividades profissionais em ramos como o disponibilizado pelo serviço não dispõe de certificação de formação profissional. Assim, em muitos relatos foi expresso que, ao procurarem um emprego e participarem de seleções, pessoas do segmento, mesmo possuindo habilidades profissionais, embora não certificadas, foram automaticamente desconsiderados para a ocupação de serviço, como mostra a seguir: Sou profissional eletricitista mas preciso de um curso. Se eu não tiver curso não consigo trabalhar, já fui recusado em algumas empresas porque não tenho certificado (Pronunciante V⁵¹, 2017).

Outra barreira que se levanta para a conquista de um emprego formal acontece muitas vezes devido ao preconceito e estigma direcionado à população em situação de rua, como foi discutido no subitem 4.2 deste documento. Foi relatado que, em alguns casos, usuários do Centro Pop são encaminhados à empresas que estão com processo seletivo para ocupação de vagas aberto, e, ao entregarem a carta de apresentação ou comprovante de residência do aparelho de assistência pública, recebem a notícia de que as vagas já foram esgotadas ou são simplesmente recusados. Conforme relato abaixo:

A coordenadora do Centro Pop me disse que teriam 40 vagas para um emprego, eu fui. Cheguei lá às 8h, quando eu cheguei lá o cara viu meu comprovante de endereço, “encaminhamento do Centro Pop”, o cara nem olhou no sistema e já foi dizendo que não tinha mais vaga (Pronunciante XI⁵², 2017).

⁵¹ Relato registrado em diário de campo durante o I Seminário da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais recicláveis realizado em junho de 2017.

⁵² Relato registrado em diário de campo durante o I Seminário da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais recicláveis realizado em junho de 2017.

A partir do relato acima, pode-se refletir a respeito da necessidade de formulação de políticas públicas de inclusão para as pessoas em situação de rua em postos de trabalho. Encaminhamentos e indicações por parte dos aparelhos sócio assistenciais são caminhos possíveis (como já acontece), no entanto, ainda insuficientes para garantir que o segmento tenha acesso e garantia de renda e trabalho. Isso não quer dizer que o que tem sido feito deva ser suspenso, pelo contrário, ainda que a qualificação ofertada contribua para a ocupação de postos subalternos da sociedade, esta se apresenta como possibilidade, ainda que mínima, de obtenção de um ganho financeiro. Contudo, deve-se reconhecer que, assim como a educação não basta para a conquista da emancipação dos indivíduos, a ocupação profissional também não é garantia de segurança financeira. Conclui-se que é sempre necessário reforçar que a luta pela formulação de políticas públicas para o segmento deve ser constante, pois a mobilização política deste grupo se constitui como uma tática mais efetiva para a expansão de espaços que contribuam para a superação da condição de rua, bem como para o despertar da consciência de classe dos sujeitos.

Considerações finais

“A voz o chama. Voz poderosa como nenhuma outra. Porque é uma voz que chama para lutar por todos, pelo destino de todos, sem exceção. Voz que atravessa a cidade e vem de todos os lados. Voz que traz com ela uma festa, que faz o inverno acabar lá fora e ser a primavera. A primavera da luta. Voz que chama Pedro Bala, que o leva para a luta. Voz que vem de todos os peitos esfomeados da cidade, todos os peitos explorados da cidade. Voz que traz o bem maior do mundo, bem que é igual ao sol, mesmo maior que o sol: a liberdade”. (Capitães da Areia, Jorge Amado)

Analisar a função assumida pelos Encontros de Formação Política desenvolvidos pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte (MNPR/RN) foi o principal objetivo da presente pesquisa. Para respondê-lo, e acima disso compreendê-lo, caminhos diversos foram percorridos.

A pesquisa foi conduzida a partir de aportes metodológicos integrados à abordagem qualitativa. Desta forma, a fim de responder o objetivo do estudo, realizou-se a pesquisa documental, a observação participante em campo e entrevistas semiestruturadas. Considera-se que estes métodos foram efetivos para a condução da pesquisa. A análise documental permitiu a apreensão de informações acerca do fenômeno – como surge; quem o compõe; como vivem –. Além disso, corroborou também para o conhecimento do processo histórico e político traçado pelo MNPR, dos entraves da organização do segmento no movimento social, das conquistas e mudanças no cenário político ocorridas após a fundação do MNPR.

Com relação à observação participante realizada a partir da inserção nos EFP's, a aproximação com as pessoas do segmento aconteceu de maneira natural e sem grandes entraves. No início, a comunicação com os colaboradores do estudo deu-se de maneira tímida, alguns olhares curiosos foram percebidos, algumas perguntas capciosas por parte do segmento foram feitas. No entanto, todos esses comportamentos foram essenciais para a

construção de vínculo com os atores da pesquisa. Acredita-se que desde o início da imersão, a acolhida da pesquisadora pelo grupo se deu harmoniosamente. Dito isso, analisa-se que o processo de imersão e de observação participante nos Encontros foi um método indispensável para as posteriores conduções e elaboração das entrevistas. As perguntas construídas foram pensadas a fim de aprofundar as discussões surgidas nos EFP's, e corroboravam com o objetivo traçado neste estudo. Além disso, uma vez que a pesquisadora já obtivera aproximação com o grupo, os colaboradores da pesquisa sentiram-se à vontade para expor seus pensamentos e suas opiniões no momento da entrevista, tornando o processo menos mecânico do que poderia ser, caso não houvesse nenhum vínculo preestabelecido entre os sujeitos (pesquisadora e entrevistados).

Diante de tais considerações acerca do método de pesquisa, a pesquisa desenvolve-se inicialmente, a partir do conhecimento acerca do segmento o qual destinam-se a realização dos EFPs – a população em situação de rua. Considerações gerais em torno deste grupo foram levantadas no capítulo 2, a fim de compreender o contexto ao qual estão inseridos, as causas e fundamentos que colaboram para a existência do referido problema social.

Assim, constatou-se que a população em situação de rua faz parte, de forma crescente, do cenário mundial das cidades urbanizadas. Trata-se de um segmento social que, sem trabalho e sem casa, utiliza a rua como espaço de sobrevivência e moradia. Além disso, o referido grupo tem como característica sua heterogeneidade, pois constitui-se por famílias, homens e mulheres sós, crianças, adolescentes ou idosos, formando diferentes combinações. Analisou-se, por meio de dados e levantamentos estatísticos, que a maioria deste grupo é composta por homens, e este fato está diretamente relacionado ao modo como a nossa sociedade interpreta as relações de gênero. As discussões feitas a partir dos aportes teóricos-conceituais adotados na pesquisa, mostrou, ainda, que o segmento social estudado é uma

síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, é uma expressão absoluta das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se desenvolvem em face das mudanças no mundo do trabalho advindas da reestruturação produtiva. Neste contexto, o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário corroborou para a expansão do exército industrial de reserva, propiciando a elevação dos níveis de pobreza, e da população em situação de rua.

Com relação às características do segmento em lócus de desenvolvimento da pesquisa – o município de Natal localizado no Rio Grande do Norte (RN) –, foi exposto⁵³ que o grupo também constitui-se por maioria de homens. Além disso, os dados municipais assemelham-se também ao que foi constatado em nível nacional com relação a faixa etária predominante de seus componentes, entre 30 a 59 anos. Outras análises feitas afirmam que, no geral, o segmento apresenta características semelhantes, embora devam ser analisadas de acordo com seus aspectos específicos.

Posteriormente às considerações feitas acerca do fenômeno da população em situação de rua, o capítulo 3 deu início à discussão sobre a forma de organização política deste grupo, por meio do movimento social. Em suma, os movimentos sociais são entendidos como organização da sociedade civil em busca da conquista de direitos, e surgem do descontentamento coletivo a respeito de demandas específicas, e também plurais. Nesse sentido, a atuação política da sociedade é concebida como estratégia de luta, e as reivindicações visam, basicamente, a transformação de um cenário consolidado, entretanto, não imutável, por ideologias segundo interesses políticos de cada época. Neste sentido, o Movimento da População em Situação de Rua (MNPR), manifesta-se em decorrência das

⁵³ Capítulo 2, seção 2.2.

inúmeras violações de direitos e ataques direcionados ao grupo. O episódio conhecido como o massacre da Praça da Sé, ocorrido em São Paulo no ano de 2004, é considerado o estopim para a organização da luta e protagonismo político do segmento.

De acordo com os dados apresentados nesta pesquisa, o MNPR organiza a luta da PSR em torno da garantia de direitos e de políticas públicas pensadas para este grupo há quatorze anos. A partir do processo organizativo do segmento, em parceria com outros grupos sociais e apoiadores, o Movimento tem alcançado algumas conquistas. A criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, através do Decreto nº 7.053, é uma delas. Criada com o objetivo de orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos, a referida política demandou do poder público a realização de um levantamento a respeito dos índices em torno da PSR. Assim, foi realizado, no período de agosto de 2007 a março de 2008, a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua no Brasil, executada pelo Instituto Meta. A partir desta pesquisa, constatou-se que haviam, no período supracitado, 50 mil pessoas em situação de rua no Brasil. Lamentavelmente, o referido estudo foi o primeiro e último levantamento realizado em nível nacional sobre o segmento.

Diante de tal fato, pode-se concluir que, mesmo após o lançamento do Decreto e a instituição da Política Nacional para o segmento, o descaso com o grupo ainda é algo presente. Ou seja, a formulação de políticas não garante, por si só, a efetivação dos direitos pretendidos pela população em situação de rua, pois, para que estas medidas sejam exequíveis, é necessário conhecer com afinco a questão social. Inúmeras dificuldades condicionam a execução do que está posto na redação de documentos legais, tais como a inexistência de pesquisas regulares em torno do segmento, a falta de articulação entre as políticas, o preconceito reproduzido nos aparelhos sócio assistenciais de atendimento à PSR, dentre outras questões. Acredita-se que é potencialmente ineficaz pensar em ações práticas

voltadas para o segmento, se não se obtiver conhecimentos básicos acerca de aspectos inerentes ao grupo, como por exemplo: quantidade, gênero, faixa etária e, principalmente, as principais demandas apresentadas. A ausência de informações tais, bem como a não regularização de indicadores sobre o segmento, interferem diretamente no planejamento de ações efetivas.

Neste contexto, o MNPR prioriza o engajamento político do segmento para fortalecer o tensionamento dos poderes públicos. As pautas reivindicatórias do Movimento voltam-se principalmente para a questão da garantia de trabalho/renda, moradia, alimentação, educação e saúde. O MNPR vem se expandido gradativamente pelo país e, atualmente, encontra-se ativo em quatorze estados brasileiros, mobilizando suas bases para o alcance dos direitos desta população.

No Rio Grande do Norte, o Movimento foi instituído em 2012, por meio da articulação entre o Centro de Referências em Direitos Humanos vinculado à Universidade e a coordenação nacional do MNPR. Conforme discutido⁵⁴, neste acontecimento foi deliberada a escolha de um representante geral da organização para o núcleo no Rio Grande do Norte. A definição deste representante aconteceu mediante votação democrática, e desde então, a pessoa escolhida permanece à frente da coordenação do MNPR no estado.

Sobre a configuração organizativa do MNPR/RN, constatou-se que o grupo apresenta uma coordenação geral, responsável pelas principais mediações políticas realizadas com o poder público, e que também desempenha a função de representação do Movimento em eventos fora do estado, como Seminários e Congressos. Além deste, houve em 2016 a deliberação de outros dois representantes de base do Movimento. A estes, cabem

⁵⁴ Capítulo 3, seção 3.3.

as funções de mediação dos Encontros de Formação Política e de organização do grupo em espaços públicos e eventos políticos na cidade. O MNPR/RN reitera a pauta de reivindicações do segmento instituída, anteriormente, na constituição do Movimento em outros estados. E, ainda, atua na perspectiva de fortalecimento da postura política ativa do segmento, em torno da formalização de políticas públicas que estabeleçam direitos aos excluídos. Além disso, adota também um posicionamento intervencionista, com objetivo de desencadear ações específicas pensadas para este grupo em situação desfavorável, buscando sempre criar condições para modificar o quadro vigente.

Mediante tais considerações, o capítulo 4 da presente pesquisa deteve-se em discutir a principal categoria de análise deste estudo – os Encontros de Formação Política. Traçados os objetivos específicos da pesquisa, que foram: I) identificar os momentos de formação política desenvolvidos pelo MNPR/RN; II) analisar as discussões que emergem de tais momentos; III) obter informações acerca da percepção do grupo com relação aos momentos de formação política realizados; a pesquisadora partiu para a imersão em campo, a partir desta iniciativa foram identificadas a realização dos referidos Encontros de Formação Política. Nos primeiros meses de imersão, os Encontros eram sediados pelo IFRN (uma Instituição de Ensino Federal). Entretanto, ao final do período de inserção no campo, tais momentos estavam sendo realizados na casa do grupo de franciscanos vinculados à Igreja do Galo. Apesar da mudança de local, a configuração do grupo manteve-se a mesma, bem como os aspectos organizativos dos momentos.

Identificou-se que os EFPs se consistem em reuniões semanais ofertadas pelo MNPR/RN, e que a responsabilidade de condução destes momentos divide-se entre coordenador geral e representantes de base do MNPR/RN e pesquisadores. Analisou-se que, além dos atores supracitados, participam de tais momentos pessoas que compõem o segmento e que geralmente também são usuários do Albergue e Centro Pop, apoiadores

vinculados a outras organizações sociais, e alunos da Universidade pública e privada. A partir da observação em campo, registou-se em diário de campo que nos EFPs priorizam-se a discussão sobre políticas públicas destinadas ao segmento, as experiências advindas das vivências na rua. Além disso, são feitas considerações acerca do atendimento nos aparelhos sócio assistenciais destinados à PSR, dentre outras temáticas de interesse do grupo. A partir disso, para fins de análise da pesquisa, foram identificadas seis categorias de discussão⁵⁵ que correspondem, respectivamente, às temáticas: liderança; preconceito; atendimento sócio assistencial; maternidade e relações de gênero nas ruas; educação; trabalho.

As categorias de discussão foram analisadas individualmente. Sempre que possível, foram realizadas considerações acerca das relações de cada temática com as discussões teóricas que orientaram o presente estudo. Analisou-se que cada categoria, apesar de se tratarem de temas específicos, corrobora uma com a outra, no sentido de orientar a luta política do segmento e de transformar o cenário social e político tal qual nos deparamos atualmente. Nesse sentido, as categorias conversam entre si, pois os temas estão subjetivamente interligados, e os debates que delas emergem colaboram para um único fim: a formação e fortalecimento da atuação política do segmento através do movimento social.

A respeito da primeira categoria apresentada⁵⁶, sobre a temática “liderança”, analisou-se, a partir dos registros em diário de campo, que o grupo por diversas vezes expôs alguns questionamentos acerca da centralização da representação do Movimento na figura de uma única pessoa. Este fato incitou comentários frequentes durante os Encontros, mobilizando o grupo a analisar quais os problemas existiam em torno desta questão e quais os possíveis caminhos para pôr fim a este transtorno interno.

⁵⁵ Representadas no texto através das subseções 4.1 a 4.6.

⁵⁶ Subseção 4.1.

Respondendo a primeira pergunta – Quais os problemas acerca da liderança? – constatou-se que desde a fundação do MNPR/RN, o grupo apresenta o mesmo coordenador geral e, a princípio, o único. As consequências geradas em torno desta questão, identificadas pela pesquisadora, são diversas. Dentre elas, destaca-se por exemplo, a personificação do movimento social estudado; a insuficiência na capacidade organizativa das demandas do grupo; a falta de incentivo dos demais participantes nas decisões deliberativas da organização; as falhas nos repasses de informações internas aos demais participantes; a ausência do coordenador geral em espaços de encontro significativos ao segmento em decorrência do excesso de responsabilidades, dentre outras questões. Tais consequências mostram que a centralização representativa em um movimento social consiste em uma prática prejudicial para o desenvolvimento coletivo, além disso, sua configuração nesses moldes pode ameaçar o caráter democrático das ações estabelecidas.

Ademais, quando o Movimento é representado por um único ator, isto significa atrair as atenções das atividades para o centro da cadeia organizadora. Dependendo do nível de atuação e das ferramentas utilizadas pelo grupo, este único representante poderá ser exposto a sofrer represálias e críticas ferrenhas por parte dos demais militantes que não se sentem representados. Ou seja, centralizar significa colocar o representante da organização em maior evidência, e expor este indivíduo a perseguições do tipo política, familiar, comercial, demissões por participação em manifestações, discriminação vindas de colegas de trabalho, da sociedade, vizinhos, etc. Dependendo da atividade desenvolvida, é conveniente aos manifestantes e representantes manter sua identidade preservada, pois até mesmo as manifestações pacíficas de panfletagem e batucada, por exemplo, podem acarretar em perseguições.

Diante de tais considerações, resgata-se a segunda pergunta analisada pelo grupo – Quais os possíveis caminhos para a erradicação deste problema interno? –. Assim, a

estratégia adotada pelo grupo foi a deliberação de novos representantes do Movimento. Dessa forma, outras duas pessoas foram escolhidas para ocupar estas novas funções, ambos responsáveis auxiliados pela atuação dos pesquisadores, pela mediação do grupo nos EFPs e em outros espaços políticos. Acredita-se que esta decisão colabora para a efetivação da horizontalidade deliberativa do Movimento, bem como incentiva a participação e adesão de novos militantes na luta do segmento.

Com relação à segunda categoria⁵⁷ de discussão, analisou-se, a partir das falas expressas durante os EFPs, que o segmento é alvo de diversas ações preconceituosas advindas não apenas da sociedade civil, como também dos aparelhos públicos de atendimento à PSR. Nesta subseção, é possível confirmar o que foi exposto anteriormente⁵⁸, a partir das análises teóricas realizadas sobre o segmento, que os desafios enfrentados pela população pesquisada consistem em lutas diárias pelo reconhecimento da sua dignidade. As violações de direitos expressas contra o segmento geram consequências amargas na vida destas pessoas, interferindo no modo como elas agem na sociedade e como percebem-se. O Estado aparece como principal agente violador de direitos dessa população. Analisa-se que estas violações se expressam de diversas maneiras, seja através do descaso na formulação de políticas públicas para o segmento, seja através de ações de higienização pública realizadas por agentes públicos nos grandes centros urbanos. Com relação a tais medidas, avalia-se que esse tipo de prática fere a dignidade da pessoa humana e o direito de ir, vir e permanecer, provocando, ainda que indiretamente, a saída das pessoas em situação de rua dos logradouros públicos, sem o seu consentimento expresso, para ambientes ainda mais

⁵⁷ Subseção 4.2;

⁵⁸ Capítulos 2.

ameaçadores da integridade física. Dessa forma, o cenário de violência e discriminação contra o segmento é algo reproduzido e legitimado muitas vezes pelo próprio Estado.

A realidade do segmento no município de Natal revela experiências de violação de direitos e ações preconceituosas por parte de instituições que prestam serviço à PSR. A partir dos relatos registrados em diário de campo, foi possível constatar que o grupo exerce pouca credibilidade com relação aos servidores que atuam nos equipamentos sócio assistenciais. Desta forma, são expostos a situações constrangedoras e até mesmo a tratamentos insultuosos. Numa tentativa de amenizar os conflitos presentes, bem como de aproximar os atores atuantes nos serviços voltados para a PSR, o Movimento tem realizado divulgações da organização social e dos momentos de formação política. Nestes espaços, busca-se alcançar tais atores na participação dos Encontros e, assim, diminuir os tensionamentos entre os grupos através do diálogo e da escuta. Analisa-se este tipo de iniciativa como uma ação proveitosa. No entanto, deve-se fomentar por meio do poder público, cursos de capacitação aos profissionais atuantes nos serviços direcionados ao grupo pesquisado, pois percebe-se que ações profissionais pouco qualificadas reproduzem o estereótipo difundido socialmente a respeito do segmento. A ausência de qualificação e capacitação dos servidores e demais atores sociais que lidam com a PSR, agem como princípios que impossibilitam a comunicação e convivência respeitosa entre os sujeitos neste contexto.

A categoria 3 aprofunda as questões discutidas acima, a respeito da função desempenhada pelos equipamentos sócio assistenciais. Desta forma, os pronunciamentos feitos nos EFPs, evidenciam que, de fato, ocorrem algumas situações violadoras de direitos, até mesmo nos espaços onde deveria ser disponibilizado o tratamento digno e igualitário dos usuários. O Movimento, como representante da luta por direitos do segmento, deve atentar para tais fatos, a fim de elevar as denúncias aos poderes públicos, debatendo, a respeito disso, em espaços políticos, como audiências e assembleias.

Constatou-se que, embora haja um esforço dos profissionais em fornecer o melhor serviço possível, afinal de contas estes serviços não são compostos apenas por pessoas que denigrem a PSR, falta capacitação aos trabalhadores atuantes nos equipamentos sócio assistenciais. Além disso, outro impasse que se apresenta com relação aos serviços voltados para a PSR é a pequena quantidade de vagas disponíveis para o atendimento do segmento. Sendo assim, os serviços atuam, involuntariamente, sempre em descompasso com relação ao seu princípio de fundação. Nessa perspectiva, reitera-se a necessidade de ampliação dos serviços assistenciais, bem como o fomento de articulações intersetoriais que colaborem para a efetivação destes serviços como ferramentas de acesso às demais políticas públicas. Além disso, considera-se necessária a reestruturação do regimento interno dos serviços de atendimento à PSR, buscando adequar as regras de acesso e permanência nesses espaços de acordo com a realidade de vida da população em situação de rua.

As análises referentes à quarta categoria⁵⁹ dizem respeito à temática sobre “maternidade e relações de gênero”. Conforme as categorias anteriores, as discussões sobre o referido tema surgiram nos EFPs e em eventos promovidos pelo Movimento. Expôs-se considerações acerca das dificuldades vivenciadas pelas mulheres em situação de rua, especificamente sobre casos de assédio e submissão feminina ao universo masculino – tal qual ocorre em outras esferas da sociedade, além da discussão sobre o direito a maternidade.

Tais considerações revelam, em síntese, que o segmento da população em situação de rua reproduz, em escala menor, padrões sociais presentes na população como um todo. Não há como compreender o segmento referido como uma parcela desassociada do restante da sociedade urbana. Apesar de se constituir como um grupo que apresenta características específicas, nele são reproduzidos sentidos, preconceitos, crenças, ideologias e padrões

⁵⁹ Subseção 4.4.

estabelecidos socialmente. Diante disso, considera-se que os debates acerca das especificidades do universo feminino em contexto de rua são importantes e necessários que se façam coletivamente nas reuniões do Movimento, pois nem o segmento, tampouco o MNPR/RN, é constituído apenas por homens. Nesse sentido, conclui-se os EFPs atuantes como ambiente de (re)formação de opiniões e de reivindicações políticas contra as transgressões difundidas socialmente, e, por isso, a temática sobre mulheres e temas afins devem ser cada vez mais difundidos na pauta de discussões do grupo e repercutidos também em espaços políticos.

Sobre a penúltima categoria⁶⁰ analisada neste estudo, as considerações detiveram-se em torno do tema “educação”. O que se evidenciou, até o dado momento, são os inúmeros problemas enfrentados cotidianamente por esta população na busca pela sobrevivência. Dentre eles, a ausência de acesso às principais políticas públicas, como saúde; moradia; programas de transferência de renda; cultura e lazer; assistência social; segurança e educação. Percebe-se que o Estado não consegue garantir o “mínimo constitucional” a seu cidadão, revelando assim, um profundo estágio de abandono pelo Poder Público a este grupo de pessoas. Neste contexto, a questão sobre o acesso à educação surge no grupo como uma das pautas de reivindicação do Movimento, pois entende-se que, apesar de não ser o único caminho, este se apresenta como estratégia de superação da condição de rua.

Diante disso, considera-se que a educação deve estar ao alcance do segmento, seja em caráter formal ou informal. A realização de ações educacionais são essenciais para o desenvolvimento e capacitação do segmento em áreas específicas. Contudo, deve-se atentar à finalidade e ao propósito de execução de certas atividades. Nesse sentido, analisa-se que os trabalhos voltados ao ensino e capacitação profissional do segmento em funções

⁶⁰ Subseção 4.5.

subalternas cooperam mais para a manutenção do *status quo* do modo de produção capitalista da sociedade, do que mesmo para a superação da condição de rua. Deve-se priorizar, portanto, atividades que levem em consideração o interesse em áreas do conhecimento desejadas pelo grupo, e não apenas a oferta de atividades que cumpram a função de *passa-tempo*. Além disso, analisa-se que é imprescindível a reivindicação do segmento através do poder público, pela garantia de recursos e condições a PSR no acesso às escolas e aos cursos profissionalizantes realizados em outras instituições. Para isso, faz-se necessário também a disponibilização de recursos materiais para o deslocamento, aquisição de materiais e alimentação da PSR (re)ingressante na educação.

A última categoria⁶¹ analisada, porém, não menos importante, diz respeito à temática sobre “trabalho”. Como foi discutido⁶², os princípios que corroboram para o advento do fenômeno pesquisado estão diretamente relacionados à função desempenhada pelo trabalho na configuração da sociedade capitalista. A Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua foi estruturada sobre os seguintes temas: direitos humanos, trabalho e emprego, desenvolvimento urbano e habitação, assistência social, educação, segurança alimentar, saúde e cultura. Nesse sentido, o acesso ao trabalho tem sido pauta de reivindicação do grupo desde a fundação do Movimento.

A partir da inserção no campo, constatou-se que algumas atividades capacitantes são ofertadas para o segmento nos equipamentos assistenciais, como mencionado na análise da categoria anterior. No entanto, o que se observou é que tais atividades pouco colaboram para a ascensão financeira do segmento e, conseqüentemente, para a superação da condição de rua. Nesse sentido, os pronunciamentos analisados na categoria 6 mostram que a ausência

⁶¹ Subseção 4.6.

⁶² Capítulo 2.

de serviços que não apenas capacitem, mas que certifiquem a qualificação profissional das pessoas em situação de rua, impede que estas ocupem funções no mercado de trabalho formal. Diante disso, resta à PSR desempenhar atividades que ofereçam ínfimo retorno financeiro, insuficientes para cobrir o gasto com necessidades básicas de sobrevivência.

Analisou-se, portanto, que o trabalho consiste em uma questão de grande influência na vida das pessoas em situação de rua, pois define-se como o centro das determinações deste fenômeno. Além disso, é associado à ideia de “desenvolvimento, sucesso, acesso, poder, possibilidade de consumo, felicidade e meio de subsistência” (Silva, 2009, p. 170).

O conjunto de considerações feitas sobre a temática pesquisada neste estudo revela que a investigação proposta abre um leque de análises possíveis acerca do fenômeno. Diante disso, o desenvolvimento deste trabalho foi construído tendo como foco responder as questões específicas da pesquisa, entretanto, sem deixar de considerar referências e informações paralelas – vistas como importantes no processo de compreensão do grupo pesquisado, bem como da luta política travada pelo segmento. A preocupação desta pesquisa sempre foi contribuir com o debate sobre o tema proposto, e, ainda, despertar no(a) leitor(a) curiosidades e inquietações pela temática, a fim de promover, portanto, o desenvolvimento de novas pesquisas acadêmicas e a conquista de novos apoiadores do movimento social protagonizado pela população em situação de rua.

Destacam-se como principais desafios identificados para a realização de estudos no contexto pesquisado a violência, o extermínio, as violações e opressões sofridas pelas pessoas em situação de rua. Há possibilidades destas ações se agravarem ainda mais diante do cenário político em que o Brasil se encontra atualmente, em que as ações destinadas a diminuição das diferenças sociais, acesso das classes marginalizadas a serviços e a qualidade de vida estão sendo cada vez mais podados. Vivemos uma tentativa de golpe, patrocinado

por um braço do judiciário, comprometido com partidos políticos e com ações políticas que não priorizam os segmentos menos abastados da sociedade, sendo assim, a população em situação de rua se já esquecida, tende a ser ainda mais marginalizada, sendo assim preocupante os rumos que a luta política do segmento terá de enfrentar num futuro próximo. É necessário que estejamos vigilantes para que não se perca o foco da luta política e de ações incisivas em busca da implementação de políticas públicas voltadas ao segmento, orientadas por princípios de equidade e que priorizem a intersetorialidades na execução das medidas planejadas.

Referências bibliográficas

- Acotto, L. & Manzur, A. (2000). *El Tercer Sector ¿una nueva alternativa laboral?*. Boletín Electrónico Surá, 47. Recuperado de: <http://cariari.ucr.ac.cr/~trasoc/trabsoc.html>
- Amado, Jorge. (2001). *Dona Flor e Seus Dois Maridos*. Rio de Janeiro, Brasil: Companhia das Letras.
- Almeida *et al.* (2014). Centro de Referência em Direitos Humanos e a População em situação de rua de Natal/RN: a luta dos (in)visíveis urbanos. In: I. Paiva *et al.* (Org.). *Direitos humanos e práxis: experiências do CRDH-RN*. Natal, Brasil: URFN.
- Akerman, M., Sá, R. F., Moyses, S., Rezende, R. & Rocha, D. (2014). Intersetorialidade? Intersetorialidades!. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(11), 4291-4300. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n11/1413-8123-csc-19-11-4291.pdf>
- Almeida, H. T. (2015). *O Processo de Organização Política da População em Situação de Rua e as Particularidades de Natal/RN* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil).
- Amaral, D. P. (2010). *A rede de atenção a população em situação de rua: possibilidades de interferência na definição e concretização de uma política pública na cidade de São Paulo* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil). Recuperado de: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&c_o_obra=194006

- Amorim, A. K. M. A. & Pereira, M. T. L. N. (2016). *Direitos Humanos da População em Situação de Rua na Cidade de Natal: investigando limites e possibilidades de vida* (Relatório Descritivo não publicado). Natal, Brasil: UFRN.
- Angrosino, M. (2009). *Etnografia e observação participante* (J. Fonseca, Trad.). Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Barreto, N. H. F. (2016). *A população em situação de rua e a efetividade do direito à moradia na cidade do Natal/RN* (Monografia de Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil).
- Blumer, H. (1969). *Symbolic interactionism: perspective and method*. Upper Saddle River, NJ: Prentice – Hall.
- Bobbio, N. Matteucci, N. & Pasquino, G. (1992). *Dicionário de Política*. Brasília, DF: EdUNB.
- Borin, M. E. S. (2003). *Desigualdades e rupturas sociais na metrópole: Os moradores de rua em São Paulo* (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil). Recuperado de: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3850>
- Boudon, R. & Bourricaud, F. (1993). *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo, Brasil: Ática.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1993). *Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm

Brasil. (2008). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. *Sumário Executivo Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS/Meta. Recuperado de: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>

Brasil. (2009). *Lei nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e Dá Outras Providências. Brasília, DF. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm

Brasil. (2010). Movimento Nacional da População de Rua – MNP. *Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua*. Brasília, DF: MDS/UNESCO/Instituto Pólis. Recuperado de: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_p ara_lutar.pdf

Brasil. (2012). Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *Plano operativo para implementação de ações em saúde da população em situação de rua: 2012-2015*. Brasília, DF. Recuperado de: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/PLano_Operativo_para_Implementa%

[C3%A7%C3%A3o de A%C3%A7%C3%B5es em Sa%C3%BAde da Pop em si tua%C3%A7%C3%A3o de Rua 2012-2015.pdf](#)

- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais* (3ª ed.). Petrópolis, Brasil: Vozes
- Escorel, S. (2000). Vivendo de teimoso: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: M. Bursztyrn (Org.). *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Brasília, Brasil: Garamond.
- Fontanella, B. & Júnior, M. (2012). Saturação teórica em pesquisas qualitativas: contribuições psicanalíticas. *Revista Psicologia em Estudo*, 17(1), 63-71. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n1/v17n1a07.pdf>
- Freire, A. M. A. (2017). *Pedagogia da Libertação Em Paulo Freire* (2ª ed.). Rio de Janeiro/São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Freire, P. (1994). *Pedagogia da esperança*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Freire, P. (2014). *Política e Educação*. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativo* (2ª ed.). Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Giddens, A. (2013). *Sociologia* (9ª ed.). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Glaser, G. & Strauss, A. (1967). *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York, NY: Aldine de Gruyter.

- Gohn, M. G. (2003). *Histórias dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros* (3ª ed.). São Paulo, Brasil: Loyola.
- Gohn, M. G. (2012). *Movimentos sociais e educação* (Coleção questões da nossa época, v. 37). São Paulo, Brasil: Cortez.
- Graciani, M. S. S. (2014). *Pedagogia Social* (1ª ed.). São Paulo, Brasil: Cortez.
- Guareschi, P. A. (2003). Pressupostos metafísicos e epistemológicos na pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(2), 245-255. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttest&pid=S0102-79722003000200004&Ing=en&tlng=pt.101590/S0102-79722003000200004
- Jardon, C. (19 de abril de 2007). Assassinato do índio Galdino completa 10 anos. *Globo.com*. Recuperado de: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL23764-5598,00.html>
- Jasper, J. (2016). *Protesto. Uma introdução aos Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Jencks, C. (1995). *The Homeless*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Junqueira, L. A. P. (1998). Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. *Revista de Administração Pública*, 34(6), 35-45. Recuperado de: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6346/4931>
- Learbach, Brena Costa. (2012). *Liderança e movimentos sociais: Apontamentos sobre a importância da ação do líder*. Espírito Santo, Brasil: Revista Simbiótica - Universidade Federal do Espírito Santo.

- Ludke, M. & André, M. E. D. A. (1996). *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo, Brasil: EPU.
- Marx, K. (1998). *O Capital* (R. Barbosa & F. R. Kothe, Trans.). São Paulo, Brasil: Nova Cultural Ltda.
- Mazda, A. (21 de agosto de 2016). Quantidade de moradores de rua aumenta 240%. *Tribuna do Norte*. Recuperado de: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/quantidade-de-moradores-de-rua-aumenta-240/355828>
- Monnerat, G. L. & Souza, R. G. (2011). Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. *Katálisis*, 14(1), 41-49. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a05.pdf>
- Montaño, C. (2007). *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social* (4ª ed.). São Paulo, Brasil: Cortez.
- Moreira, G. L. (coordenador). (2012). *Palavra Ética* [programa]. Belo Horizonte: TV Comunitária. 29min47s. color. son. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=bkQXmr68JLc&t=21s>
- Movimento Mães de Maio. (2011). *Mães de Maio, Mães do Cárcere – A Periferia Grita*.
- Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. (2001). *Carta de Brasília*. Recuperado de: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>
- Nader, P. (2017). *Introdução ao estudo do direito* (39ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Forense.

Natal (Estado). (2016). *Diário Oficial do Município - ano XVI - nº 3241*. Natal, RN.

Recuperado de:

http://portal.natal.rn.gov.br/anexos/publicacao/dom/dom_20160310.pdf

Santos, N. D. (2012). *O Movimento Nacional da População de Rua/núcleo Londrina: uma trajetória de luta* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil).

Recuperado de:

http://www.esedh.pr.gov.br/modules/inscrit_quest/uploads/8/11032016150347_TCC_Nara_Damiao_dos_Santos.pdf

SETHAS (18 de julho de 2016). DPE-RN coordena projeto para realização de censo da população de rua em Natal. *SETHAS-RN*. Recuperado de:

<http://www.sethas.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=122489&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Materia>

Silva, C. L. (2012). *Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica?* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil).

Recuperado de:

<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17574>

Silva, M. L. L. (2009). *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo, Brasil: Cortez.

Silva, S. B. & Moreira, O. L. (2015). *EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: Saberes e Práticas em Educação Popular* (1ª ed.). João Pessoa, Brasil: Editora do CCTA-UFPB.

- Smeha, L. N. (2009). Aspectos epistemológicos subjacentes a escolha da técnica de grupo focal na pesquisa qualitativa. *Revista de Psicologia da IMED, 1*, 260-268. Recuperado de: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/35/34>
- Tiene, I. (2004). *Mulher moradora na rua - espaços e vivências: um estudo exploratório sobre as moradoras na rua em Campinas, SP* (Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil). Recuperado de: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17713>
- Vieira, M. A C., Bezerra, E. M. R. & Rosa, C. M. M. (1992). *População de rua. Quem é, como vive, como é vista*. São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Weber, M. (1864-1920/2013). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Brasil: Martin Claret.
- Zitkoski, J. J. (2016). *Educação Popular e Movimentos Sociais na América Latina: o desafio da participação*. João Pessoa, Brasil: Editora do CCTA-UFPB.

Anexos

ANEXO A – Lembranças do convívio



(Registro fotográfico: Nathália Potiguara. Ato político na Governadoria, Natal – RN.)



(Registro fotográfico: Nathália Potiguara. Ato político na Governadoria, Natal – RN.)



(Registro fotográfico: arquivo web. Ato político no Albergue Municipal de Natal/RN).



(Registro fotográfico: Nathália Potiguara. Encontro de Formação Política do MNPR/RN).



(Registro fotográfico: Nathália Potiguara. Espaço de realização dos Encontros de Formação Política do MNPR/RN).



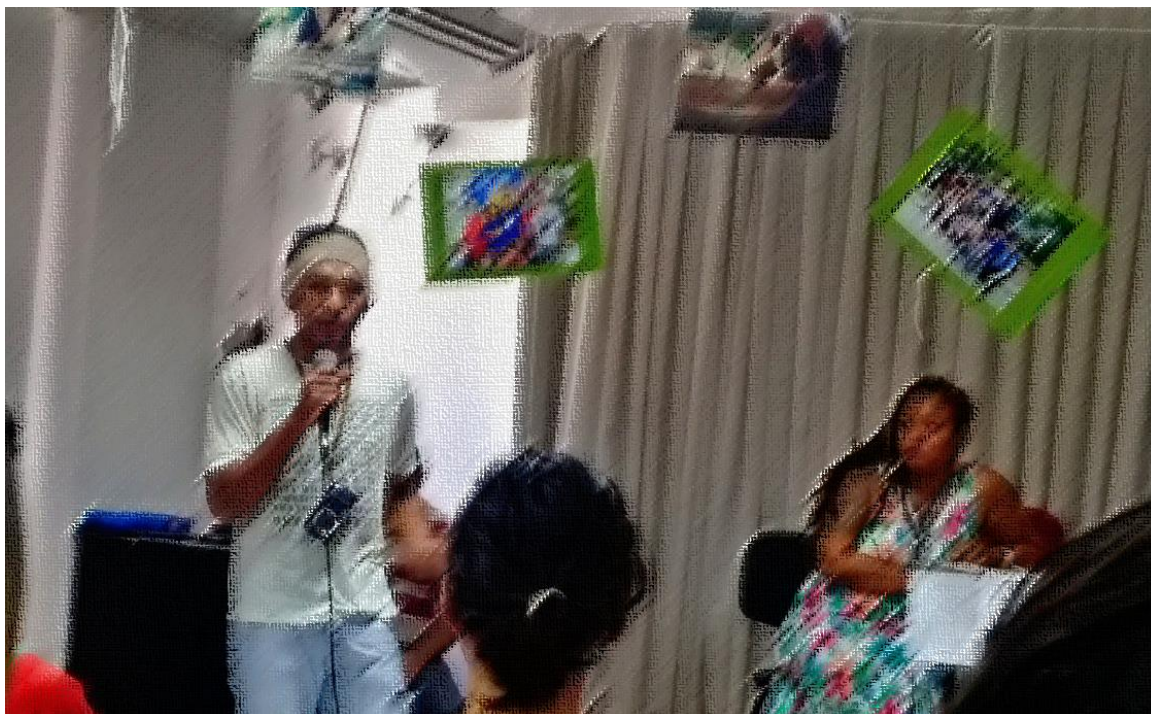
(Registro Fotográfico: Nathália Potiguara. I Seminário da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis. Natal/RN).



(Registro Fotográfico: Nathália Potiguara. Encontro de Formação Política do MNPR/RN).



(Registro Fotográfico: Nathália Potiguara. Encontro de Formação Política do MNPR/RN).



(Registro fotográfico: Nathália Potiguara. IV Seminário da População em Situação de Rua. Natal/RN).



(Registro fotográfico: Nathália Potiguara. IV Seminário da População em Situação de Rua. Natal/RN).



(Registro fotográfico: Nathália Potiguara. IV Seminário da População em Situação de Rua. Natal/RN. Mulheres na mesa de debate).



(Registro fotográfico: Nathália Potiguara. IV Seminário da População em Situação de Rua. Natal/RN).



(Registro Fotográfico: Nathália Potiguara. I Seminário da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis. Natal/RN).



(Registro fotográfico: Nathália Potiguara. Encontro de Formação Política MNPR/RN. Natal/RN, 2017).

ANEXO B – Poema dedicado à Nathália Potiguara, por Vanilson Torres (Coordenador geral do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte).



Movimento Nacional População de Rua-MNPR/RN

Natal/RN 14 de março de 2018.

POEMA

GUERREIRA POTIGUARA

I

Quando os Invasores chegaram

O Brasil já era habitado

E depois da Invasão esse

Guerreirx povo começou

A ser Morto, Dizimado.

II

Dizimado por doenças até

Então desconhecidas

Outros e outras por armas

brancas e mosquetes

Que levaram muitas Vidas.

III

Levaram nossas vidas

E Também Nossas Riquezas

Como nosso Pau Brasil

Tudo em nome da Nobreza

IV

Felizmente Alguns de nós

Indígenas em muitos lugares

Conseguimos escapar

E mesmo em meio aos

Massacres e Doenças

Conseguimos procriar

V

Das muitas que resistiram

Temos a Tribo POTIGUARA

Mais infelizmente até hoje

Esses massacres não para

VI

Vamos falar de Nordeste

Onde os Potiguara é povo forte

Estamos no Maranhão, Ceará

Paraíba e Rio Grande do Norte

VII

Mais pra Falar desse Povo

Temos que voltar no tempo

Pois no Estado da Paraíba

Houve um Massacre Sangrento

VIII

Oriundos da Nação Tupi

Uma Grande batalha se declara

Nas terras da baía da Traição

Entre os Potiguara e Tabajara

IX

Baía da Traição na Paraíba

Ganhou esse nome original

Justamente por isso

Pois os Portugueses não

Honraram Com os Potiguara

O Firmado Compromisso

X

Depois do Pacto quebrado
Dos Invasores Portugueses
Os Potiguaras traçaram um
novo e Ousado plano
se unir aos Franceses
Para guerrear contra
O Traidor Lusitano

XI

Os Tabajaras nessa época com
os Portugueses se Aliaram
E os Massacres entre a
Grande Nação Tupi
Inevitavelmente começaram

XII

Diante das disputas por terras
Riquezas, pau Brasil e Poder
Portugal, Espanha e França
Fizeram muitos Tabajaras e

POTIGUARAS perecer.

XIII

Hoje os Potiguaras têm seu
Próprio Território demarcado
Na Histórica Baía da Traição
A Luta hoje é pra Garantir
Suas Terras e também a tradição

XIV

E temos aqui em nosso meio
Nessa Importante Universidade
Uma Descendente desse Povo
Que é Guerreira de Verdade

XV

POTIGUARA que significa
Comedor de Camarão
Temos a grande alegria de ter
A PopRua em sua Dissertação

XVI

Pois na luta por direitos
Nossos ancestrais já lutaram

Parabéns Grande GUERREIRA

Ou simplesmente parabéns

Para a Pedagoga Potiguara.

FIM

Autor: José Vanilson Torres da Silva

Coordenação do MNPR Nacional

Coordenador do MNPR/RN

Conselheiro Nacional de Saúde pelo MNPR

Contatos: (84)98761 8697

99845 7137

Email: josevanilsontorres@gmail.com